UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA

MARIA DE LOURDES ROSSI REMENCHE

**A TERMINOLOGIA E OS PROCESSOS DE RESSEMANTIZAÇÃO E
RETEXTUALIZAÇÃO DO CÓDIGO PENAL – PARTE ESPECIAL**

v. I

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA

**A TERMINOLOGIA E OS PROCESSOS DE RESSEMANTIZAÇÃO E
RETEXTUALIZAÇÃO DO CÓDIGO PENAL – PARTE ESPECIAL**

Maria de Lourdes Rossi Remenche

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria
Aparecida Barbosa

v. I

São Paulo
2009

COMISSÃO JULGADORA

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora, pela fé, força e serenidade para vencer as adversidades e os desafios.

Ao meu marido Carlos, companheiro de todos os momentos, da dor e da alegria, sem quem este trabalho não teria sido possível.

Aos meus filhos, Júnior e Igor, que semantizam e ressemantizam todos os dias a minha existência.

À Prof^a Dr^a Maria Aparecida Barbosa, orientadora desta pesquisa, pelos momentos em que esteve presente, censurando, corrigindo, desfiando e estendendo a mão, mostrando, com seu exemplo, que uma pesquisa se faz com dedicação e seriedade, minha gratidão e homenagem.

Ao Dr^o José Cláudio Almada L. Cabral Marques, Dr^o Cléber, Dr^o Dálio Zippin Filho, especialistas consultados, pela disponibilidade, pelas considerações feitas e pelas indicações bibliográficas.

Aos amigos da DERC, pela compreensão e apoio constante.

Aos meus familiares e amigos, pela compreensão nas horas em que estive ausente, além do apoio irrestrito. Vocês se revelaram grandes amigos.

Sem vocês
nem a vida,
nem o tempo,
nem mesmo a morte
teria sentido,
nem sentido
teria
esta pesquisa!

O autor é substituído pelo nascimento do leitor.

Barthes (2006)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o conjunto terminológico que constitui o texto do Código Penal – Parte Especial e os processos de ressemantização e retextualização desse texto, a fim de verificar se há variação na interpretação dos termos que constituem a área de especialidade e de como essa variação interfere na compreensão. A partir dessa textualidade jurídica, buscamos compreender esse universo de discurso próprio, identificar seu conjunto terminológico e os sentidos que esses elementos estabelecem entre si. Para tanto, constituímos os *corpora* de análise por textos dos doutrinadores Jesus (2001) e Delmanto (2007) e por 140 (cento e quarenta) termos, levantados a partir das orientações de modelos teóricos da Terminologia (documentos base), pela leitura de obras gerais de Direito e de Direito Penal e pela Parte especial do Código Penal (*corpus* de análise). Para a análise comparativa dos processos de ressemantização e retextualização dos termos, construímos uma Ficha terminológico-discursiva, que foi preenchida com contextos colhidos em manuais específicos e da Matéria Penal das Revistas dos Tribunais. Essas fichas foram duplicadas para serem preenchidas com os contextos fornecidos por cada doutrinador em estudo. A análise comparativa explicitou que as unidades terminológicas ganham, com frequência, novos contornos semânticos ao serem empregadas, sofrendo ressemantizações para ajustar-se à realidade, demandas e cenários contemporâneos. A análise dos processos de ressemantização e retextualização dos textos em estudo apresentou uma realidade linguística, embora marcada pela estabilidade e terminologia do discurso normativo, permeada por redimensionamentos de valores e ideologias que põem em relevo a presença do leitor, ao transfigurar e adequar o sentido dos termos e do texto à realidade sócio-político-cultural.

Palavras-chave: Linguística; Terminologia; Código Penal – Parte Especial; Processos de ressemantização e retextualização.

ABSTRACT

This research aims to analyze the terminological set which constitutes de Penal Code – Special Part and the processes of resematization and retextualization of this text, in order to check if there is any variation concerning the terms that make the area of specialty and how this variation interferes in the understanding. From this juridical contexture, we desired to understand this universe of the discourse itself, identifying its terminological set and the meaning these elements established among themselves. We constituted the corpora of analysis by texts of doctrinaire Jesus (2001) and Delmanto *et al* (2007) and by 140 (one hundred and forty) terms, gathered from the orientation of the theoretical patterns of Terminology (base documents), through general works of reading of Law and Penal Law and through the Special Part of Penal Code (analysis corpus). For the comparative analysis of the processes of resemantization of the terms, we built a terminological-discursive form, which was filled with the contexts selected from specific guides and from the Penal Subject from Magazines from Tribunals. These forms were doubled to be filled with the contexts presented by each doctrinaire in study. The comparative analysis explicated that the terminological unities frequently acquire new semantics patterns when are used, suffering resemantization to fit themselves in the reality, demands and contemporary scenarios. The analysis of the processes of resematization and retextualization of the texts shows a linguistic reality, although marked by the stability and terminology of the normative speech, permeated by new dimensions of values and ideologies that highlight the reader's presence, by the time it transfigures and adjusts the meaning of the terms and the text to the socio-political-cultural reality.

Keywords: Linguistics; Terminology; Penal Code – Special Part; Processes of resemantization and retextulaization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	- Mapa de domínio do Direito	24
FIGURA 2	- Ordenamento jurídico penal brasileiro	39
FIGURA 3	- Mapa Conceitual do Código Penal – Parte Especial .	43
FIGURA 4	- Teorias em que se fundamenta a TCT	82
FIGURA 5	- Aspectos envolvidos nos processos de retextualização.....	103
FIGURA 6	- Fluxo de ações	105
QUADRO 1	- Constituição dos Títulos do CP – PE.....	133
QUADRO 2	- Estrutura e número de artigos dos Títulos do CP–PE.....	133
QUADRO 3	- Número de palavras e de artigos dos Títulos do CP –PE.....	133
QUADRO 4	- Termos selecionados X número de artigos considerados para o levantamento da amostragem .	134
GRÁFICO 1	- Objeto Jurídico	176
GRÁFICO 2	- Sujeito Ativo	177
GRÁFICO 3	- Sujeito Passivo.....	178
GRÁFICO 4	- Ressemantizações produzidas por Jesus (2001)...	196
GRÁFICO 5	- Processos de ressemantização por Jesus (2001) .	197
GRÁFICO 6	- Retextualização dos termos por Jesus (2001).....	197
GRÁFICO 7	- Processos de retextualização por Jesus (2001)	198
GRÁFICO 8	- Ressemantizações produzidas por Delmanto <i>et al</i> (2007)	199
GRÁFICO 9	- Processos de ressemantização por Delmanto <i>et al</i> (2007)	200
GRÁFICO 10	- Processos de retextualização por Delmanto <i>et al</i> (2007)	201

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CP	-	Código Penal
CP-PE	-	Código Penal - Parte Especial
CPP	-	Código de Processo Penal
ECA	-	Estatuto da Criança e do Adolescente
ISO	-	International Standardization Organization
LG	-	Língua Geral
LSP	-	Língua de especialidade
PE	-	Parte Especial
PG	-	Parte Geral
RT	-	Revista dos Tribunais
TCT	-	Teoria Comunicativa da Terminologia
TGT	-	Teoria Geral da Terminologia
UF	-	Unidade Fraseológica
UT	-	Unidade Terminológica

SUMÁRIO

VOLUME I

1 INTRODUÇÃO	12
2 O UNIVERSO DA PESQUISA	19
2.1 A CIÊNCIA JURÍDICA	19
2.2 O DIREITO PENAL	26
2.3 O DIREITO PENAL BRASILEIRO E O CÓDIGO PENAL	33
2.4 CONSTRUÇÃO DO SISTEMA CONCEITUAL	36
2.5 A LEI, SUA LINGUAGEM E INTERPRETAÇÃO	46
2.5.1 A Lei	48
2.5.2 A Linguagem da Lei	51
2.5.3 A Interpretação da Lei Penal	56
3 TEORIA EM QUE SE FUNDAMENTAM	
A ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS	66
3.1 TERMINOLOGIA – RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS PRINCIPAIS PARADIGMAS EPISTEMOLÓGICOS DA CIÊNCIA TERMINOLÓGICA	67
3.1.1 Terminologia – Uma Leitura Histórica	67
3.2 TEORIA GERAL DA TERMINOLOGIA (TGT) – O NASCIMENTO	70
3.3 UM NOVO PERCURSO: DA TGT À TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA (TCT)	75
3.4 TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA (TCT): PARADIGMA TERMINOLÓGICO	80
3.5 A APLICAÇÃO DA TCT	84
3.6 O TERMO	87
3.7 A TERMINOLOGIA E A PESQUISA	94
3.7.1 A Tendência Dessa Pesquisa	95
3.8 A QUESTÃO DO RECONHECIMENTO DOS TERMOS	96
3.9 O DISCURSO JURÍDICO E SUAS VARIAÇÕES: AS QUESTÕES DE RESSEMANTIZAÇÃO E RETEXTUALIZAÇÃO	100
4 METODOLOGIA E ESTABELECIMENTO DOS <i>CORPORA</i>	113
4.1 REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO TERMINOLÓGICO SOB ORIENTAÇÃO DA TCT	113

4.2 OS TIPOS DE <i>CORPORA</i> UTILIZADOS NA PESQUISA	115
4.2.1 Documento Base	115
4.2.2 <i>Corpus</i> de análise	117
4.3 ETAPAS DA PESQUISA	118
4.4 LEVANTAMENTO DOS TERMOS	119
4.4.1 Aspectos Semânticos, Semióticos e Discursivos e as Relações de Significação entre as Unidades Terminológicas	120
4.4.2 Critérios para a Seleção dos Termos	123
4.5 A DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE TERMOS QUE IRÃO COMPOR A AMOSTRAGEM PARA ANÁLISE TERMINOLÓGICO-DISCURSIVA	132
4.6 A FICHA TERMINOLÓGICO-DISCURSIVA UTILIZADA NA PESQUISA	136
4.7 CONJUNTO TERMINOLÓGICO DO TEXTO DO CP – PE	143
4.7.1 A Definição	144
4.7.2 Remissivas: recuperação X antecipação de sentidos	147
5 ANÁLISE DO DADOS	149
5.1 O DISCURSO JURÍDICO À LUZ DE DIFERENTES INTERPRETAÇÕES.	149
5.2 RESSEMANTIZAR PARA RETEXTUALIZAR: OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELOS DOUTRINADORES	152
5.2.1 Retextualizar por Damásio E. de Jesus	153
5.2.2 Retextualizar por Delmanto <i>et al</i>	158
5.3 PONTOS DE INTERSECÇÃO/CONVERGÊNCIA NO PROCESSO DE RETEXTUALIZAÇÃO ENTRE DELMANTO <i>ET AL</i> E JESUS	167
5.4 DISCORDÂNCIA ENTRE OS DOUTRINADORES	172
5.5 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS CONCEITOS TERMINOLÓGICOS INSERIDOS NO PROCESSO DE RESSEMANTIZAÇÃO E RETEXTUALIZAÇÃO	190
6 CONCLUSÃO	203
REFERÊNCIAS	207

VOLUME II

1 APRESENTAÇÃO	224
2 ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS.....	225
3 FICHAS TERMINOLÓGICO-DISCURSIVAS.....	232
3.1 FICHAS DE DELMANTO ET AL	233
3.2 FICHAS DE JESUS	418
ANEXO	571

1 INTRODUÇÃO

A linguagem constitui o mundo e é constituída por ele em um movimento contínuo de interação, construção e desconstrução. As práticas de linguagem que compõem a vida social, em toda a sua dimensão, vão variar em razão das situações, culturas, valores e atitudes, dando origem a um emaranhado e complexo feixe de relações socioverbais.

Os estudos linguísticos, semióticos e terminológicos contribuem com a compreensão da relação entre a linguagem e o mundo, os saberes produzidos pela humanidade, os artefatos culturais, e potencializam nossa leitura desse emaranhado de relações de saber-poder que caracterizam os universos sócio-culturais.

As relações sociais influenciam a escolha lexical e terminológica, assim como o que é dito e como isso é dito. Do outro lado, essa influência continua, pois a desconstrução/interpretação do que foi dito também está diretamente ligado ao emissor/locutor.

O discurso se caracteriza como prática social que se define a partir de seus participantes, pois, enquanto ação, é marcado por condições que determinam sua construção/desconstrução.

O exercício da compreensão dos diversos e diferentes textos que compõem o mundo exige a análise de contextos, das identidades dos sujeitos envolvidos e das inúmeras variáveis que o atravessam, pois a compreensão é um ato de produção e apropriação de sentidos que se caracteriza pela provisoriade e incompletude. Nesse sentido, Foucault (1995) argumenta que o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso assume a aparência da verdade, veicula o saber institucionalizado, e é um gerador de saber.

Ao produzir um texto, seu autor imprime marcas culturais, linguísticas, terminológicas que o interpretante/leitor não pode desconsiderar. Oliveira (2004) argumenta que os limites semânticos do

leitor, moderno ou pós-moderno, são os significados literais, pois o texto traz significados literais consonantes com os limites impostos pela comunidade linguística.

Para Fish (2000), são as convenções da comunidade interpretativa da qual o leitor é participante que dão sentido ao texto, visto que ele é um produto dela, tanto quanto os significados que ela o possibilita produzir. Nessa perspectiva os significados e os textos não são produto de um sujeito isolado, mas de um ponto de vista público e convencional. Esse posicionamento, denominado por Culler (1997) de monismo radical considera que tudo é resultado de estratégias interpretativas, desconsiderando a forte relação texto e leitor.

Culler (1997) contrapõe esse posicionamento ao observar que é preciso que haja dualismos, em outras palavras, um sujeito e um objeto, um ator e algo sobre o que ele age ou que age sobre ele.

Entender que o mundo e suas relações são constituídos pela interpretação, pressupõe que há significados na trama do texto que são desconstruídos, interpretados e, em algumas situações, ressemantizados a partir dos elementos textuais e contextuais dos quais o leitor dispõe. Eco (2001) colabora com essa reflexão quando argumenta que a interpretação deve falar de algo que deve ser encontrado em algum lugar e, de certa forma, respeitado. Isso implica que, embora possa haver diferenças de leitor para leitor, de comunidade interpretativa para comunidade interpretativa, o texto possui alguns significados que subjazem em sua estrutura, em sua opção lexical, no caso de nossa pesquisa, em seu conjunto terminológico.

Koch (1997) assume posição semelhante ao afirmar que o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele, no percurso da interação. É importante diferenciar, no entanto, o significado terminológico dos termos que compõem o texto e os sentidos construídos pelos leitores a partir da leitura do texto.

Ao continuar sua reflexão, Culler (1997) comenta que a atividade da interpretação depende da distinção de um sentido que está no texto e

uma significância que é fornecida. Soma-se a isso que, ao considerarmos as possibilidades de interpretação, precisamos articulá-las aos gêneros textuais a serem escritos, reescritos, interpretados e ressemantizados, visto que um texto literário propicia uma miríade de interpretações que um texto especializado/técnico não favorece.

No universo das ciências, das técnicas e das diferentes atividades profissionais, há uma produtividade linguística caracterizada pela terminologia representativa do conhecimento especializado que possui alto grau de especialização. A linguagem jurídica, no entanto, se situa em um espaço intermediário. Nela, encontramos termos que assumem uma carga semântica especializada em razão do suporte e do gênero textual em que são empregados.

A linguagem jurídica caracteriza-se como um discurso da culturalidade humana. Embora transmita um saber relativo a um campo de experiência particular, possui larga divulgação e integra, cada vez mais, o cotidiano da vida, levando as pessoas a conhecer e utilizar suas terminologias. Esse uso aumentou o interesse de profissionais da comunicação e do cidadão comum por esses termos técnicos.

A crescente circulação dos vocabulários especializados evidencia o motivo pelo qual as terminologias assumem, cada vez mais, grande relevância na e para a sociedade atual. Wittgenstein (apud Ricoeur, 2000) argumenta que a significação de uma palavra pressupõe seu uso na linguagem. Isso não implica que a palavra não tenha autonomia semântica, mas põe em relevo uma dependência entre a significação da palavra e o texto.

A prática interpretativa da linguagem jurídica remete-nos, ainda, à reflexão sobre a intenção discursiva, especialmente no que diz respeito à intenção do legislador ao produzir o discurso normativo e de como seu conjunto terminológico colabora com uma pretensa univocidade interpretativa.

Eco (1995) alude a essa questão ao debater o texto normativo e sua interpretação como um primeiro esboço de sentido, uma referência para o

destinatário que desvelará o sentido jurídico. Nessa concepção, direciona-se a análise não para a univocidade, mas sim para as diversas possibilidades de significação contidas no texto ou plurivocidade.

O texto normativo é um artefato cultural, que está em constante dialética com a realidade e os sujeitos que o produziram. Em virtude disso, embora a escrita se mantenha, seu conteúdo poderá sofrer os influxos sócio-histórico-culturais. Dessa forma, o exercício do Direito se dá por meio da comunicação e exige a interação dos sujeitos em um tempo-espço social.

Assim entendido, a abordagem do Direito nesta pesquisa será como prática de linguagens que visa à intervenção do homem sobre o homem em um movimento de construção e desconstrução, de interpretação e reinterpretação de significados. A partir dessa textualidade jurídica, interessa-nos seu universo de discurso próprio, seu conjunto terminológico e os sentidos que esses elementos estabelecem/desvelam/possibilitam.

Este trabalho busca, portanto, a inter-relação entre o Direito, disciplina humana e social, e a língua, instrumento de configuração e comunicação de conceitos, que se caracteriza como atividade sócio-interativa que extrapola o próprio código. É um fenômeno sociocultural que constrói e desconstrói realidades, identidades, valores e contribui para nossa humanidade. Nesse sentido, nossa análise percorre os estudos linguísticos e terminológicos, articulados à linguagem jurídica.

Esta pesquisa foca os métodos, fundamentos e práticas terminológicas ao analisar o Direito em seu movimento de sentido, propondo-se ir além da literalidade dos termos, explorando suas possibilidades semânticas e pragmáticas a partir dos processos de ressemantização e de retextualização.

Para tanto, fundamenta-se na Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), concebida como campo interdisciplinar construído a partir da *teoria do conhecimento*, que busca explicar como se conceptualiza a realidade e as possíveis relações dos conceitos entre si e com suas possíveis

denominações; da *teoria da comunicação* que descreve, a partir de critérios explícitos, os tipos de situações em que a comunicação pode ocorrer, considerando sua amplitude e diversidade, e que explique as características, possibilidades e limites dos diferentes sistemas de expressão de um conceito e de suas unidades; e a *teoria da linguagem* que trata das unidades terminológicas propriamente ditas, que podem participar da linguagem natural, embora possam singularizar sua especificidade significativa (CABRÉ, 1999).

Ainda que o texto escrito não indique a força ilocucionária, pelo menos não diretamente, a interpretação do texto legal é reforçada pelo contexto social que dá pistas, textuais e contextuais, de como as expressões devem ser entendidas. Os conceitos resultam das convenções estabelecidas pela comunidade linguística especializada e podem, ao longo de sua história, ser modificados pela própria comunidade linguística.

A opção pela análise do texto doutrinário se deve ao fato de esse ser um texto elaborado por operadores do direito que dedicam seu tempo à compreensão e à aplicação, analisando, classificando, sistematizando e discutindo fenômenos jurídicos, de forma descritiva e, em alguns momentos, sugestiva. É um texto revestido pela subjetividade e pela parcialidade em que há uma tendência a problematizar e inter-relacionar o objeto em estudo a elementos da realidade. Dessa forma, esses estudiosos do Direito ampliam a carga semântica dos textos normativos ao buscarem traduzir o que a lei quer dizer.

Nossa abordagem terminológica propõe uma análise marcadamente linguística dos sentidos dos termos, descritiva e comparativa (entre dois autores) orientada para o ensino e para a investigação. O público-alvo desta pesquisa são os especialistas da língua e da área jurídica, em especial os da área penal, além dos estudantes de Direito, pois está vinculada ao mundo do trabalho e do ensino /investigação desses profissionais.

Com o objetivo de analisar o conjunto terminológico do Código Penal – Parte Especial e os processos de ressemantização e retextualização

desse texto, a fim de verificar se há variação entre a lei e a doutrina, estruturamos este trabalho em dois volumes distribuídos da seguinte forma:

O **Volume I** compõe-se de sete capítulos: Introdução, O universo da pesquisa, Teoria em que se fundamentam a análise e descrição dos dados, Metodologia e estabelecimento dos *corpora*, Análise do processo de ressemantização e retextualização, Conclusão e Referências.

No capítulo **O universo da pesquisa**, temos uma visão geral da área, sua amplitude e importância social. A partir do estudo da ciência Jurídica e das principais fontes do Direito como a lei, os costumes, a jurisprudência e a doutrina, mergulhamos nas várias definições e interpretações do que é o Direito Penal, e na elaboração do seu Sistema Conceitual. O estudo da lei, enquanto texto normativo, sua Linguagem e interpretação contextualizam os capítulos seguintes.

O terceiro capítulo trata da **Teoria em que se fundamentam a análise e descrição dos dados** e faz uma reconstrução histórica dos principais paradigmas epistemológicos da Ciência Terminológica, passando pelo nascimento da Teoria Geral da Terminologia (TGT) até as circunstâncias que culminaram com a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). Neste capítulo, assumimos a TCT como proposta terminológica adotada, em virtude disso, aprofundar-nos-emos em sua aplicação, e nas bases teóricas que o processo de ressemantização e retextualização suscitam.

O capítulo **Metodologia e estabelecimento dos *corpora*** inicia-se com uma reflexão sobre o trabalho terminológico sob orientação da TCT para, então, descrevermos a prática metodológica, discorrendo sobre as fontes de pesquisa, a constituição e os tipos de *corpora* utilizados. Há também, neste capítulo, a definição do número de termos a serem analisados, e os aspectos semânticos, semióticos, discursivos e as relações de significação que farão parte dessa análise, além da descrição da ficha terminológico-discursiva utilizada na pesquisa.

No capítulo cinco, apresentamos a **Análise do processo de ressemantização e retextualização** realizada pelos doutrinadores Jesus (2001) e por Delmanto *et al* (2007). Esse trabalho foi dividido em três etapas: a primeira levantou os pontos de intersecção\convergência no processo de retextualização entre os dois estudiosos; na sequência, mapeamos aspectos relacionados à discordância entre os doutrinadores. Na última etapa, analisamos e descrevemos, a partir dos dados coletados nas fichas terminológico-discursivas, a variação dos conceitos terminológicos inseridos no processo de ressemantização e retextualização.

Na **Conclusão**, fizemos um apanhado geral dos pontos analisados que, longe de esgotar o assunto, apresenta algumas constatações sobre os resultados obtidos nesta Tese e relaciona as partes desse estudo. As **Referências** fecham esse volume.

O **Volume II** constitui-se por uma breve **Apresentação**, pela **organização das unidades terminológicas**, acompanhada de uma listagem dos termos por ordem sistemática, pelas **Fichas Terminológico-discursivas** preenchidas e analisadas e pelo **Apêndice**.

2 O UNIVERSO DA PESQUISA

2.1 A CIÊNCIA JURÍDICA

O Direito é um fenômeno sociocultural e histórico que regulamenta o comportamento humano, está classificado entre as Ciências humanas pelos órgãos governamentais (CAPES/MEC) e aparece classificado, também, entre as ciências sociais aplicadas, visto que envolve uma questão de “decidibilidade” de conflitos sociais. É uma ciência que, de acordo com Ferraz Junior (1978), tem como objeto central o ser humano, o qual, pelo seu comportamento, entra em conflito, cria normas para solucioná-lo, renega suas decisões, etc., isto é, o homem é sujeito e objeto da ação. É uma ciência que tem por missão produzir o Direito para que ele possa ser conhecido, em profundidade, e descrito pela Ciência Jurídica que se corporifica no trabalho dos que buscam conhecer o Direito, ou seja, no contexto próprio das normas jurídicas em sentido estrito (FRIEDE, 1997).

Diniz (2002) acrescenta que o Direito é uma ciência de investigação de condutas que tem em vista um *dever ser* jurídico, ou seja, é ela que investiga e prescreve as normas jurídicas, responsáveis por determinar certas regras de conduta que devem ser obedecidas pelos indivíduos. Nesse sentido, Prado (2006) comenta que o Direito se desenvolve equilibrando uma exigência de ordem sistemática, o ordenamento jurídico, e outra de cunho pragmático. Possui, portanto, uma função social a ser cumprida, não podendo ser concebido sem se referir à sociedade que deve reger.

A ciência jurídica não poderia produzir seu objeto de estudo em uma dimensão exterior à linguagem, que é objeto de rigoroso controle, pois as proposições normativas devem ser redutíveis a uma linguagem subordinada a regras que favoreçam uma rigorosa definição dos

conceitos. Diniz (2002) acrescenta que essa ciência constrói seu objeto sobre dados que são expressos pela própria linguagem, isto é, essa linguagem fala sobre algo que já é linguagem anteriormente a esta fala. Bitencourt (2003) comenta que o Direito Positivo trabalha com a linguagem-objeto ou, ainda, linguagem legal, utilizada pelos órgãos que tem poder normativo, pois é a linguagem das leis, entendendo-as no sentido amplo das normas jurídicas.

O Direito é, segundo Bunge (1976), uma ciência factual cultural em que a responsabilidade penal funda-se na responsabilidade moral. É uma ciência, complementa Prado (2006), que se desenvolve equilibrando uma exigência de ordem sistemática mediante a elaboração de um ordenamento jurídico e uma outra exigência de cunho pragmático, permitindo, dessa forma, soluções socialmente aceitáveis. Cathrein (1959) afirma, no entanto, que a moral persegue o aprimoramento das pessoas, enquanto o Direito somente a possibilidade do mesmo.

O Direito subdivide-se, inicialmente, em Natural e Positivo, que, para Diniz (2002), caracteriza-se como conjunto de normas jurídicas não-escritas (o costume jurídico) e escritas, vigentes em determinado território, na órbita internacional, na relação entre os estados e no estabelecimento de tratados e costumes internacionais.

O Direito Positivo é, nas palavras de Capitant (1976, p. 18), “o conjunto de normas estabelecidas pelo poder político que se impõem e regulam a vida social de um dado povo em uma determinada época”. É um texto que possui uma estrutura fechada, com reduzida possibilidade de retroação e que, de forma objetiva, diz respeito às atitudes dos indivíduos em sociedade e aos fatos que com eles se relacionam.

A origem do termo Direito em nossa cultura nos dá pistas para entender sua definição, Silva (2007) informa que esse termo é derivado do latim *directum* do verbo *dirigere* (dirigir, ordenar, endireitar) e significa o que é reto, o que não se desvia, seguindo uma só direção, entendendo-se tudo aquilo que se relaciona à razão, à retidão, à justiça e à equidade. É um complexo orgânico, constituído pela soma de preceitos, regras e leis,

com as respectivas sanções que regem as relações do homem, vivendo em sociedade. Por ser um fenômeno sociocultural e histórico que regulamenta o comportamento humano, está ligado diretamente à língua e é a consequência de uma evolução secular que advém do emprego da língua em um contexto real, pois é a partir dela que os conceitos jurídicos ganham forma e são repassados, configurando uma terminologia com características próprias.

Gilissen (2003) comenta que a lei e os costumes são as fontes formais mais importantes na evolução e formação dos sistemas jurídicos. Destacam-se, também, a jurisprudência, que, segundo Gilissen (2003), teve papel capital na formação e desenvolvimento do *common law*¹ inglês, e a doutrina como instrumentos fundamentais de expressão e elaboração do Direito. Entender essas fontes formais do Direito se faz importante para que possamos observar os modos/forma/linguagem por meio dos quais as normas/denominações de Direito se exprimem. Para isso, faz-se necessário precisar essas noções.

Na busca de maior compreensão do assunto, apoiamo-nos em Maximiliano (2002), que descreve as leis como a vontade transformada em palavras, uma força contínua e viva, objetivada e independente de seu relator, em que se busca o sentido imanente no texto, e não o que o elaborador pensou/objetivou. *Stricto sensu*, comenta Gilissen (2003), elas são atos do poder legislativo e, apenas, uma das categorias das leis *lato sensu*, que são todos os atos emanados direta ou indiretamente da vontade soberana da nação, podendo editar regras gerais e permanentes do comportamento humano. As leis são chamadas, ainda, de decretos, éditos, regulamentos etc., emanam de autoridades nacionais, regionais e locais, ou seja, são uma norma ou um conjunto de normas do Direito, impostas pelos que exercem o poder em um grupo sócio-político relativamente autônomo, são a manifestação da vontade do Estado na

¹ Esse sistema nasceu na Inglaterra. É um *judge made law*, ou seja, um direito elaborado por juízes e tem como fonte principal a jurisprudência, o precedente judiciário. Os seus conceitos jurídicos e a terminologia são diferentes dos sistemas jurídicos da família romano-germânica.

definição dos fatos puníveis e na cominação de sanções, por isso possuem caráter obrigatório.

Quando alguém pratica um crime, comenta Jesus (1992), não está transgredindo a lei, mas sim, praticando uma ação descrita por ela. Logo, a lei penal é composta de dois elementos, a norma ou preceito que declara ilícita uma determinada ação ou omissão e a sanção ou ameaça penal que segue à transgressão da ordem ou proibição contida nesse preceito (SILVA, 1943). Jesus (1992) complementa comentando que a lei descreve o crime e a norma possui cunho valorativo, sendo a lei, portanto, fonte formal da norma penal, em outras palavras, poderíamos dizer que enquanto a lei descreverá o crime, a norma terá um caráter mais valorativo.

O costume, ainda na definição de Gilissen (2003), é um conjunto de usos de natureza jurídica que adquiriu força obrigatória em determinados grupos sócio-políticos, a partir da repetição de ações públicas e pacíficas durante um lapso, relativamente longo, de tempo. Por sua vez, Mirabete (1991), ao tratar do costume em relação ao direito penal, acrescenta que ele é regra de conduta praticada de modo geral, constante e uniforme, com consciência de sua obrigatoriedade, frisando, todavia, o referido autor, que os costumes não criam crimes, nem os revogam, mas ajudam na elaboração e na interpretação da lei penal.

A jurisprudência é, de acordo com Gilissen (2003), um conjunto de normas extraídas das decisões judiciais, ou seja, julgamentos/decisões no mesmo sentido em razão da adoção de interpretação uniformizada das normas nos tribunais. Os juízes, em sua prática cotidiana, tendem a interpretar a lei e o costume como os seus predecessores. É um procedimento interpretativo de caráter não obrigatório que se constitui na repetição de decisões em casos semelhantes. Jesus (1992) comenta que a jurisprudência nasce do trabalho exegético dos juízes e tribunais, interpretando e aplicando o Direito ao caso concreto, de forma constante e uniforme. Com isso, o trabalho dos tribunais passa a ter relevância para

os juízes de instâncias inferiores, na medida em que pode orientá-los nos julgamentos de casos semelhantes.

A doutrina é o conjunto de conhecimento jurídico elaborado a partir das interpretações de normas e princípios pelos estudiosos do Direito, ou seja, é também um procedimento interpretativo em que os jurisconsultos e/ou escritores da área emitem opiniões e idéias, sistematizam e formulam princípios, etc. São constatações a respeito do texto jurídico, mesmo que não formuladas. A doutrina, embora não obrigatória, dispõe de prestígio, especialmente quando se torna pacífica e comum. Gilissen (2003) acrescenta que ela está na base da ciência do Direito pelos seus esforços de classificação, de sistematização, de análise e de síntese. Esse trabalho fundamenta um Direito letrado/de juristas responsável pela diferenciação, cada vez mais marcada, entre o direito teórico, ensinado nas universidades, e o realmente em vigor.

Os conceitos jurídicos devem ser interpretados como concepções da realidade. Diniz (2002) comenta que, do ponto de vista epistemológico, a ciência jurídica é uma ciência empírica, que procura interpretar a validade do Direito, busca certa correspondência entre um conteúdo normativo ideal e os fenômenos sociais, devendo, portanto, o conhecimento jurídico estar ligado ao *factum* externo da efetividade.

Bonfim (1998) afirma que o Direito contemporâneo fragmentou-se nas escolas, nas ideologias, nas tendências, nas doutrinas, enfim nas especificações. Segundo Durkheim (1902), falava-se inicialmente que o primeiro ramo do Direito Positivo era somente o penal, deu-se o *multiversum* jurídico, que dividiu o Direito em civil e penal. A partir disso, o Direito foi ganhando forma e epistemologia de ciência jurídica, ocorrendo subdivisões relacionadas à forma. Hoje, temos grandes troncos do Direito público e do privado com ramagens que se distinguem e se entrecortam. O Direito Positivo, com todo esse movimento, se subdivide de acordo com a área de abrangência, como podemos observar no mapa de domínio, baseado em Nunes (2002) e na bibliografia do *corpus*.

Figura 1: Mapa de domínio do Direito

A análise do mapa nos permite uma visão geral da área, sua amplitude e importância social. O Direito Positivo, como se observa acima, se subdivide em Externo e Interno, também denominado Nacional, que, por sua vez, se subdivide em Direito Público, Direito do Trabalho e Direito Privado. O Direito Público, ainda, se subdivide em Processual, Tributário,

Penal, Eleitoral, Administrativo, Ambiental e Constitucional. A importância dessa classificação se liga a questões de ordem didática. Friede (1997) comenta que a principal razão dessa divisão em diversos ramos está na necessidade de se estabelecer um equilíbrio entre os diversos valores axiológicos do Direito. Esses diversos ramos permitiram um tratamento legislativo diverso a situações análogas que favoreceram a inteireza do complexo valorativo do próprio Direito e restringiram, por consequência, o campo de atuação de suas contradições internas.

No processo de comunicação, comenta Sandrini (1996), as leis acabam sendo vetores de disposições e de normas legais que ratificam a existência do Direito em um domínio ligado a uma língua específica, mesmo que, em algumas situações de uso, a linguagem jurídica seja uma língua comum usada em um contexto especializado. Esta pesquisa focaliza a Área do Direito enquanto linguagem de especialidade e, como tal, analisa suas unidades-padrão, os conceitos e os termos da subárea do Direito Penal, mais especificamente o Código Penal – Parte Especial.

A linguagem de especialidade participa de todas as propriedades da língua natural, constituindo-se em um sistema articulado de unidades sígnicas multifacetadas, ou seja, os termos. Segundo Cabré (1996), eles desempenham a função comunicativa por meio da tríplice conjunção do significante – denominação; significado – conceito e referente – realidade – ativados em um contexto marcado pela especialização. Alguns termos são, às vezes, itens lexicais da língua comum e funcionam como um vetor de conhecimento na comunicação especializada, isto é, unidades lexicais que compartilham da característica do sistema linguístico da língua geral, compondo, dessa forma, a competência do falante especialista. Outros termos, entretanto, foram criados na e para a área específica e, outros ainda, provêm de outras linguagens de especialidade.

2.2 DIREITO PENAL

O Direito Penal é o ramo mais antigo do Direito e sua história, de acordo com Noronha (1991), se confunde com a da humanidade, pois ele sempre esteve presente na vida humana em sociedade. Prado (2006) afirma que o Direito regula o convívio social e assegura as condições necessárias à existência, ao desenvolvimento e à paz, por isso a sociedade e o Direito se pressupõem mutuamente. Para Mirabete (1990), o Direito Penal é uma reunião de normas jurídicas através das quais o Estado proíbe algumas condutas, sob ameaça de sanção, além de estabelecer os princípios gerais e os pressupostos para a aplicação das penas e das medidas de segurança.

O Direito Penal é, portanto, um objeto cultural, histórico e socialmente situado, pertencente à ética intersubjetiva. Mais do que um instrumento de controle social normativo – primário e formalizado – salienta Prado (2006), a lei penal tem função de proteção e de garantia.

Brandão (2002) comenta que o Direito Penal é a forma mais agressiva do Estado interferir na conduta humana, pois por meio dele pode impor uma pena. Durante muito tempo, foi empregado como um instrumento de arbítrio, garantindo os desmandos do Estado a partir da imposição de sua consequência, a pena.

Desde os primórdios, o homem vem reagindo a qualquer tipo de agressão devido ao seu espírito de justiça. O Talião, primeira conquista no terreno repressivo em relação à pena, representou, no que diz respeito à vingança privada, um avanço para a época, pois estabeleceu a proporcionalidade entre o revide e a agressão sofrida, reduzindo, dessa forma, a abrangência da ação punitiva. Silva (1996) comenta que o talião se mesclou a quase todos os códigos de moral da antiguidade como, por exemplo, o Tora (Antigo Testamento), o Alcorão, o Código de Hammurabi, o Código de Manu, a Lei das XII Tábuas, etc.

A humanização do Direito Penal começou com a *composição*, ou seja, com a substituição de uma pena corporal aflitiva, por uma pecuniária ou patrimonial, largamente aceita pelo Direito Germânico. É possível identificamos resquícios desse sistema na indenização do Direito Civil e na multa do Direito Penal.

Nos gregos, encontramos contribuições filosóficas das grandes escolas à ciência jurídico-penal: Platão em sua obra *Gorgias* explicitou o caráter expiatório da pena, afirmando que o castigo era a retribuição ao mal cometido; Aristóteles em *Política* apresentava a pena com caráter intimidatório, visto que o poder do castigo está no fato de poder intimidar o réu para que ele não voltasse a cometer o delito, além de servir como exemplo para os demais elementos do grupo social.

Os romanos também contribuíram com Direito Penal, conforme Amêndola Neto (1997), com a criação de princípios penais de vários institutos como, por exemplo, a definição e uma graduação para a tentativa e a distinção entre o dolo e a culpa, a criação de princípios penais sobre a imputabilidade, coação irresistível, atenuantes, legítima defesa, etc.

Na passagem do sistema feudal ao capitalismo, na chamada Revolução Industrial, houve uma concentração da população nas zonas urbanas e a lei da oferta e da demanda possibilitou o surgimento de novas relações sociais em que o homem, formalmente livre, com força de trabalho para oferecer se deparava com o dono do capital que, conhecedor da farta mão-de-obra, resultado do êxodo rural em decorrência do fim do feudalismo, oferecia, como salário pelo trabalho, apenas o mínimo necessário à subsistência. Tudo isso favoreceu o acúmulo de capital pelos proprietários de bens de produção que acabavam por investir em mais bens de produção, aumentando, dessa forma, a demanda de trabalho e reduzindo a oferta.

Em meio a isso, a população concentrada nas cidades, sem os antigos controles feudais e, geograficamente, distante das raízes do campo, tornou-se perigosa, pois vivia em condições miseráveis e tinha pouco a

perder. A riqueza e a miséria concentraram-se em áreas restritas e, conseqüentemente, os crimes aumentaram, gerando a necessidade de um controle social que acabou sendo exercido pelo Direito Penal (ZAFFARONI e PIERANGELLI, 1997). A sociedade mudou muito desde então, no entanto a tendência de mantê-la sob controle persiste, mediante a ampliação do âmbito desse ramo do Direito.

O Direito Penal possui, em virtude disso, caráter fragmentário, pois só pode intervir quando há ofensa a bens fundamentais para a subsistência do corpo social. Essa característica conduz à intervenção mínima e subsidiária, cedendo à ciência criminal a tutela imediata dos valores primordiais da convivência humana a outros campos do Direito, atuando somente em último caso, ou seja, age apenas quando os demais ramos do Direito e os controles formais e sociais tiverem perdido a eficácia e não forem capazes de exercer sua tutela.

No decorrer dos tempos, várias têm sido as definições e interpretações do que é o Direito Penal, dentre elas podemos destacar:

Conjunto de normas que ligam ao crime, como fato, a pena como consequência, e disciplinam também as relações jurídicas daí derivadas, para estabelecer a aplicabilidade das medidas de segurança e a tutela do direito de liberdade em face do poder de punir do Estado (MARQUES, 1954, p. 21).

Conjunto de normas jurídicas que o estado estabelece para combater o crime, através das penas e das medidas de segurança (GARCIA, 1973, p.8).

Conjunto das normas jurídicas, pelas quais se exerce a função do Estado de prevenir e reprimir os crimes, por meio de sanções cominadas aos seus atores (BRUNO, 1984, p. 27).

Conjunto de normas jurídicas mediante as quais o estado proíbe determinadas ações ou omissões sob ameaça de característica sanção penal (FRAGOSO, 1994, p. 1).

Conjunto das disposições emanadas do Estado que tipificam os crimes e reconhecem os estados de perigosidade, estabelecendo, como resposta para combatê-los, respectivamente, penas e medidas de segurança (OLIVEIRA, 1994, p. 32).

Setor ou parcela do ordenamento jurídico público que estabelece as ações ou omissões delitivas, comunicando-lhes determinadas consequências jurídicas - penas ou medidas de segurança (PRADO, 2006, p. 51).

Constatamos, a partir dessas definições, que o conceito de Direito Penal sofreu poucas atualizações no decorrer dos anos. Em relação a isso, Prado (2006) comenta que o Direito Penal elabora e desenvolve um sistema, visando à interpretação e à aplicação, de forma lógica, pois estabelece limites, define conceitos e dirige seus comandos legais, mandando ou proibindo que se faça algo, ao homem. Por tudo isso, está relacionado à pessoa humana e a sua voluntariedade de conduta, ou seja, em um querer final do homem, limitando-se às suas atividades finais e preocupando-se com o fundamento do direito de punir e com a legitimidade da pena.

De acordo com Welzel (1971), para as normas do Direito Penal, a ação está em primeiro plano, enquanto que a omissão fica em segundo. Silva (1996) assevera que a finalidade desse ramo do Direito é a defesa da sociedade, a partir da proteção de bens jurídicos fundamentais como a vida humana, a honra, a integridade física, o patrimônio, a paz pública, etc. Ele é legislado para exercer funções concretas dentro de e para a sociedade que se organiza de forma concreta e específica.

O Direito Penal possui como única fonte a norma penal, por isso, a lei penal, segundo Hungria (1958), é um sistema fechado e, mesmo que apresente lacunas ou omissões, elas não poderão ser supridas pelo arbítrio judicial, analogia, costume ou princípios gerais do Direito.

Consequentemente, as ações ou omissões humanas que não podem ser previstas na lei penal como delitos, serão consideradas como fatos atípicos ao Direito Penal. É na legalidade que o Direito Penal encontra sua legitimidade (BRANDÃO, 2002).

Prado (2006) argumenta que o Direito Penal tem natureza constitutiva e sancionatória, operando no contexto mais amplo do ordenamento jurídico, com todos os ramos do Direito, estabelecendo uma relação de complementaridade recíproca. A resposta jurídica do Estado ao combate à criminalidade é a sanção penal ou pena. Ela diferencia o Direito Penal dos outros ordenamentos jurídicos. Por isso, reforça o autor, é um ramo do Direito independente em seus efeitos e parcialmente dependente ao que se refere aos seus pressupostos.

No decorrer dos tempos, a pena foi encarada sob diferentes aspectos, de acordo com o pensamento de cada época e de cada escola. Entre elas, podemos destacar algumas como, por exemplo, a Escola Clássica, primeira Escola Penal, que se fundamentou nas idéias filosóficas do Iluminismo. Possuía cunho liberal e humanitário e defendia os postulados do livre-arbítrio do homem em conduzir suas ações para a prática de um delito. A responsabilidade moral do homem, portanto, responsabilizava-o penalmente por seus atos ilícitos; o crime era visto como entidade jurídica; e a pena, uma retribuição jurídica em resposta ao crime. Se resumirmos os postulados dessa escola, segundo Bruno (1956), o homem é um ser moral, com livre-arbítrio, por isso é imputável e recebe a pena como justa retribuição de seus crimes que são considerados entidades jurídicas. O Direito Penal, dessa forma, é uma função do indivíduo.

A Escola Positiva, comenta Bruno (1956), foi influenciada pelos postulados científicos surgidos no início do século XIX como, por exemplo, a Origem das Espécies de Darwin (1859), o curso de Filosofia Positivista do pensador francês Augusto Comte (1830), considerado o fundador da Escola Filosófica Positiva, entre outros. Os seguidores dessa escola atribuíam à pena um fim prático e imediato de prevenção geral ou especial do crime, vendo-a com um instrumento de defesa social pelo

reajustamento ou inocuização do delinqüente (BRUNO, 1956). Os mais importantes postulados defendidos pela Escola Positiva são a consideração do homem criminoso em sua realidade biológica e social, colocando o livre-arbítrio como ilusório, pois o homem seria determinado por forças inatas; o crime como uma realidade fenomênica; a fundamentação da responsabilidade penal na social e, por fim, fazer da pena um instrumento de defesa social, pela recuperação do criminoso ou pela sua inocência.

A diferença básica entre essas duas escolas reside no fato de a Escola Clássica se preocupar apenas com o crime e a pena, que era encarada como uma forma de punição, enquanto que a Escola Positiva focou o criminoso e as circunstâncias que o levaram à prática do ato delituoso. Segundo essa escola, os contornos sociais moldam o homem e, em virtude disso, a pena deve ser aplicada como meio de prevenção. Dessas duas escolas, resultaram teorias mistas das chamadas Escolas Ecléticas que buscaram equilibrar alguns aspectos das doutrinas clássicas e positivas.

Esse movimento deu origem à Terceira Escola ou Positivismo Crítico na Itália, que defendia como postulado a substituição do livre-arbítrio dos clássicos pelo critério de voluntariedade das ações, considerava o delito um fenômeno individual e social, de acordo com os positivistas e reconhecia o princípio da responsabilidade moral como a Escola Clássica. A pena, nessa Escola, era dotada de caráter ético e aflitivo e tinha por fim a defesa social.

A Escola Moderna da Alemanha foi, de acordo com Oliveira (1994), a mais notável corrente eclética de nosso século. Seus postulados defendiam o crime como fato jurídico resultante de fatores humanos e sociais e o delito não teria origem nata, mas adviria de causas diversas como, por exemplo, o caráter externo, o caráter individual, as causas físicas, sociais e econômicas. Essa escola, segundo Prado (2006), fez uma distinção entre o Direito Penal e as outras ciências criminais, estabelecendo o método lógico-abstrato para o Direito Penal. A imputabilidade deriva da capacidade de autodeterminação normal da

pessoa e a pena, com caráter defensivo, estava fundamentada na culpa e se justificava devido à manutenção da ordem jurídica.

A Escola Correcionalista, de característica eclética, concebeu o direito como conjunto de condições dependentes da vontade livre, para cumprimento da defesa do homem. Nessa perspectiva, o Direito Penal começou a olhar o homem e não apenas o ato. A pena teria como fim a correção da vontade má de quem delinqüiu, para isso deveria ser ilimitada, durando o tempo necessário para alcançar o objetivo. Noronha (1991) comenta que, para os correcionalistas, a pena era uma medida profilática, cuja finalidade era o tratamento e a recuperação do criminoso.

Em relação às escolas penais, Noronha (1991) afirma que nenhuma delas, por si só, pode satisfazer aos imperativos sociais, diante do fenômeno do crime, pois a ortodoxia é inconciliável com o conteúdo e a finalidade do Direito Penal. O que interessa à sociedade e aos sujeitos é o direito normativo, que não se pode encerrar nos limites de qualquer escola, mas deve recolher de todas o que de útil e real oferecem, sem se deixar levar por concepções ditadas pelo sectarismo.

A ciência do Direito Penal tem como objeto o ordenamento jurídico-penal positivo e por finalidade permitir a aplicação eqüitativa e justa da lei penal (BATISTA, 1993), isto é, busca elaborar e desenvolver um sistema, interpretando e tornando segura sua aplicação e cujas normas não podem ser submetidas a qualquer confronto valorativo que transcenda sua explicação e organização.

O estudo do Direito Penal não deve ser reduzido ao estudo da pena, pois ele é estruturado, segundo Brandão (2002) em três grandes teorias: a teoria do Crime, da Pena e da Lei Penal, que formam a dogmática penal e buscam reconstruir os variados elementos integradores da lei, organizando-os como sistema. Para isso, faz-se necessário estar atento à *lei de proibição da negação*, que exprime o caráter de dogma que o texto legal precisa ter, para que o trabalho de desenvolvimento lógico não induza a erros a respeito do conteúdo do Direito, e à *lei de proibição da*

contradição, que exprime a incompatibilidade de princípios ou proposições contraditórias.

Zaffaroni *et al* (2003) comenta que a expressão Direito Penal, frequentemente, é empregada para designar a legislação penal, confundindo-se o discurso do jurista com o ato do poder político, ou seja, a lei elaborada pelo poder legitimado para tanto, no caso o poder legislativo. O Direito Penal se caracteriza como um discurso que racionaliza/legitima o exercício do poder punitivo. É o consenso a partir dos valores da sociedade que legitima o Direito, pois, de acordo com sua própria sociologia, atinge a todos. Apesar dessa criação arbitrária do mundo, comenta Zaffaroni *et al* (2003), o discurso jurídico-penal não incorpora as limitações do poder jurídico dos sujeitos envolvidos no contexto, ao contrário, planifica o exercício do poder punitivo como se ele se adequasse às pautas dos teóricos.

2.3 O DIREITO PENAL BRASILEIRO E O CÓDIGO PENAL

A história do Direito Penal brasileiro se confunde, em parte, com o Direito português. Ferreira (1952) argumenta que houve uma transposição do Direito lusitano para a colônia portuguesa com as Ordenações Afonsinas, publicadas em 1446, sob o reinado de D. Afonso V e substituídas, em 1521, pelas Ordenações Manuelinas, por determinação de D. Manuel II. Na sequência, vieram as Ordenações Filipinas, promulgadas em 1603 por Filipe II e ratificadas em 1643, por D. João IV, e em 1823, por D. Pedro I. Essa legislação era rigorosa, possuía uma idéia generalizada de criminalização e punições severas como, por exemplo, mutilações, morte natural (força), morte natural cruelmente (força precedida de tortura), etc.

No Império, a primeira Constituição Brasileira (1824) proporcionou alguns princípios importantes como a igualdade de todos perante a lei, a

não retroatividade da Lei Penal, a individuação da pena e a abolição dos açoites (menos para os escravos), marcas de ferro e penas cruéis. O Código Criminal do Império do Brasil, de 1830, embora possua contradições entre liberalismo/escravidão e um movimento político de descentralização/centralização, possui soluções técnico-jurídicas criativas e originais como, por exemplo, a criação do dia-multa (art. 55), as penas tarifadas, etc. (ZAFFARONI *et al*, 2003). Amêndola Neto (1997) caracteriza esse código como único diploma penal básico que vigorou no Brasil por iniciativa do Poder Legislativo e elaborado pelo Parlamento.

O primeiro Código Penal da República foi elaborado antes do advento da primeira Constituição Federal Republicana de 1891 e, de acordo com Fragoso (1994), não considerou os avanços doutrinários do movimento positivista. Esse documento passou a vigorar a partir de 11 de outubro de 1890, promulgado pelo Decreto nº 847. Embora tenha sido muito criticado pela sua arcaicidade, impropriedade gramatical e prolixidade, esse código trouxe inovações no campo da sanção penal, como a abolição dos açoites, a consagração do princípio da legalidade e a disciplina dos crimes culposos, entre outros.

Devido às impropriedades textuais desse primeiro Código, algumas leis surgiram revogando vários dispositivos legais, em uma tentativa de adequá-lo à realidade existente. Foram apresentados projetos em 1893, 1897, 1899, 1913, 1927 e 1928 que configuraram um *Movimento de reforma* do Código Penal (FRAGOSO, 1994).

Em 1932, através do Decreto nº 22.213, houve uma reorganização do Código, que passou a vigorar com o nome de *Consolidação das Leis Penais*. Devido ao golpe de estado de 1937 e à consequente dissolução do Congresso Nacional, somente em 1938 foi montada uma comissão para a elaboração de um Código Penal. Esse texto entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1942, por meio do Decreto-Lei nº 2.848 de 1940. Não obstante tenha sido alterado em alguns dispositivos legais, sua Parte Especial ainda vigora. Zaffaroni *et al* (2003) comenta que esse Código Penal foi o *grande*

eixo programático da criminalização e, devido a sua força política, sobreviveu a cinco constituições e à Junta Militar do período da ditadura.

No final de 1980, o Ministério da Justiça instituiu comissões de juristas para a reformulação da legislação penal, processual penal e a criação de uma lei mais abrangente de execução penal. Esse movimento possibilitou a atualização da Parte Geral do Código Penal, aprovada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, que entrou em vigência em 13 de janeiro de 1985. A Parte Especial foi deixada para um momento posterior. Nessa legislação, houve uma mudança de paradigma, abandonando-se a teoria clássica para adotar, de forma evidente, a teoria finalista da ação, que leva em consideração a intenção do agente (dolo) de cometer o crime, retirando-se o dolo da culpabilidade para colocá-lo na ação descrita no tipo penal. Atualmente, para estudiosos do Direito Penal como Jesus (1992) e Mirabete (1990, 1991), o crime é fato típico e antijurídico, sendo a culpabilidade pressuposto de aplicação da pena, enquanto que, para outros como Regis Prado (2006) e Toledo (2000), etc., é fato típico, antijurídico e culpável, porém há unanimidade quanto à adoção da teoria finalista da ação, na medida em que a ação/omissão observada é tipicamente descrita e a intenção considerada nesse aspecto.

O art. 22, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, dispõe que compete privativamente à União legislar sobre o Direito Penal, sendo, portanto, o Estado, por meio dos legisladores, a fonte de produção do Direito Penal. A lei é uma expressão do direito, nesse sentido Hungria (1958) ressalta que o Direito é um *hortus conclusus*, não existindo fora da órbita legal, ou seja, sua fonte é a lei, pois não existe outro Direito Penal além do nominado na legislação do Estado. Apenas a lei, portanto, pode definir crimes e cominar sanções, conforme explicita o art. 1º do Código Penal, “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”.

No Direito Penal brasileiro, de acordo com Diniz (2002), se o juiz se deparar com um caso concreto que não possua texto legal expresso que o regule, não existirá outro caminho senão absolver o acusado, devendo o

fato ser considerado atípico. Deve-se isso ao princípio da reserva legal ou da legalidade estrita.

2.4 CONSTRUÇÃO DO SISTEMA CONCEITUAL

A terminologia possui como princípio fundamental a pertinência dos termos a áreas temáticas, estruturadas em sistemas de classificação de conhecimentos especializados (PAVEL e NOLET, 2002). Toda especialidade apresenta um sistema de áreas, também chamado árvore temática, que pode apresentar uma estrutura com vários níveis. Essa árvore temática, chamada por Castillo (1995) de árvore conceitual, é uma representação esquemática da realidade da área pesquisada e explicita as noções fundamentais a serem trabalhadas. Cabré (1993) comenta que essa árvore conceitual, chamada por ela de mapa conceitual e doravante por nós também, está integrada por um conjunto estruturado de conceitos organizados em classes conceituais. Essas grandes classes conceituais e as subclasses, assim como os conceitos de mesma classe, mantêm entre si uma série de relações baseadas nas características que comportam e em sua utilização na realidade

A construção do sistema conceitual do CP – PE favorece a compreensão da organização lógica que, completa Castillo (1995), facilita e delimita o alcance temático do trabalho, organiza um plano sistemático para a pesquisa dos termos e a completude do inventário, seleciona os termos e controla sua adequação, distribuindo-os por subáreas temáticas, classifica e ordena as fichas, define as unidades terminológicas da área de uma maneira lógica e sistemática, ajuda na obtenção de uma visão ampliada do objeto de investigação para quem não é do campo de domínio, entre outras funções que fazem do sistema conceitual um guia importante no processo terminográfico.

Pavel e Nolet (2002) acrescentam que os conceitos de uma área de especialidade se estruturam de acordo com as relações hierárquicas e lógicas entre os conceitos que integram a área temática pesquisada. Para estruturar os conhecimentos, empregam-se as relações hierárquicas entre os conceitos genéricos e os específicos relacionados, além das relações partitivas entre todo e parte. As autoras compreendem, ainda, que a construção do sistema conceitual favorece a representação gráfica das relações e facilita a identificação de traços semânticos essenciais dos conceitos, que permitem defini-los, e características acessórias, que servem para ilustrá-los.

A ISO 1087 (1990, p. 4) compreende o *sistema de conceitos* como um “conjunto estruturado de conceitos construído com base nas relações estabelecidas entre esses conceitos e no qual cada conceito é determinado por sua posição nesse conjunto”. Dessa forma, o sistema conceitual determina o domínio da pesquisa terminológica ao mesmo tempo em que é direcionado pelo *corpus* de trabalho.

Wüster (1998) colabora com esse trabalho quando descreve os *sistemas de conceitos especiais e sua representação* - que incluem os sistemas de conceitos lógicos, os sistemas e esquemas partitivos e os sistemas e esquemas de conceitos mistos - e os *sistemas temáticos* - que ocorrem em séries verticais ou horizontais e em combinações de temas - e, ainda, os *sistemas de signos de classificação ou anotações*, que podem ser grupos de cifras, letras, mistos de cifras e de letras e, também, palavras ou grupo de palavras.

Nos sistemas temáticos, o tema é todo o objeto tratado no documento e também é conceito. As relações temáticas constituem a base dos sistemas temáticos e são empregadas principalmente no campo da informação e da documentação. Enquanto as séries temáticas horizontais formam uma sequência classificatória de temas coordenados entre si de maneira formal, consequentemente se excluem mutuamente; as séries temáticas verticais possuem maior liberdade de construção em relação às séries de conceitos verticais e caracterizam-se por ser uma sequência

classificatória de temas em uma relação superordenada, no sentido de que cada tema inclui o seguinte. A combinação dos temas aproxima-se da combinação dos sistemas, contudo não cria um novo conceito, a não ser que se trate ao mesmo tempo de uma combinação de conceitos. A diferença das combinações de conceitos é decorrente da duplicidade de temas tratados – conjunção temática – e pela independência de um tema em relação a outro, ou seja, por disjunção temática.

Embora haja divergências quanto ao termo utilizado para nomear, todos os pesquisadores apresentados apontam para a importância da elaboração do sistema conceitual no trabalho terminográfico. Atentos a isso, verificamos que, no Direito, as normas constitucionais (gênero) são divididas em princípios (espécie) e regras (espécie). Os princípios contêm valores e são fundamentos para a interpretação das regras e de todo o ordenamento jurídico. A Constituição contém princípios e regras que formam o Direito Penal e direcionam sua aplicação.

O sistema jurídico brasileiro é codificado, com edição de leis pela União, Estados e Municípios, respeitando as devidas competências. No sistema conceitual do Direito Penal Brasileiro, relacionam-se objeto, princípios, divisão, fontes, Sistema Penal e exigências ético-sociais. Dessa forma, o ordenamento jurídico penal brasileiro é composto pela Constituição Federal, em que se encontram os princípios regradores do monopólio do direito de punir do Estado e, por isso, apresenta estreita ligação com o Direito Penal, que, de acordo com Prado (2006), pode ser subdividido em Direito Penal comum, também chamado de nuclear, e Direito Penal especial. Aquele é representado pelo Código Penal brasileiro (Decreto-lei 2.848/1940, alterado pela Lei 7.209/1984) – constituído por uma Parte Geral (PG), com regras aplicáveis aos tipos legais de crime, e de uma Parte Especial (PE), que trata dos crimes em espécie - enquanto que este é composto pela legislação penal especial ou extravagante (Decreto-lei 3.688/1941 - a Lei de Contravenções Penais; Lei 9.368/1976 - Lei de Tóxicos; Lei 8.072/1990 - Lei de Crimes Hediondos; Lei

9.605/1998 - e a Lei de Crimes ambientais). Esses documentos poderiam ser assim dispostos:

Figura 2: Ordenamento jurídico penal brasileiro.

O recorte da subárea Direito Penal como objeto de pesquisa, em virtude da amplitude e complexidade apresentada, exigiu um novo recorte. Nessa perspectiva, optou-se pelo recorte Código Penal que é dividido em duas partes, a primeira, chamada de Parte Geral, traça regras básicas que são aplicadas aos tipos legais de crime, enquanto que a Parte Especial trata dos crimes contra a pessoa e contra o estado, colocando o

ser humano como epicentro do ordenamento jurídico, atribuindo à pessoa humana posição destacada na tutela que o Direito Penal pretende exercer (BITENCOURT, 2003).

Welzel (1971) comenta que o Direito Penal tem basicamente a função ético-social, protegendo os valores fundamentais da vida, e a função preventiva que surge como uma consequência lógica daquela. Essa subárea do Direito regula os atos que atentam, direta ou indiretamente, contra a ordem social, pondo-a em perigo, lesando os direitos dos indivíduos, determinando as penas e as medidas de segurança que podem ser aplicadas, ou seja, é o ramo do Direito que define, tipifica e sanciona as contravenções e os crimes e vem, ao longo dos últimos sessenta anos, sendo reatualizado a cada fato jurídico.

A importância social do Direito Penal evidencia a necessidade de pesquisas terminológicas na área, pois esses estudos favorecem a transferência de conhecimento, a formulação e propagação da informação e possibilitam a atualização dos conhecimentos armazenados a partir de novos estudos, visto que asseguram a recuperação e armazenagem das informações e sua disseminação.

O Código Penal brasileiro vigente constitui-se de 361 artigos que são numerados em ordinal até o nono e, depois, em cardinal. Esses artigos dividem-se em *parágrafos* ou em *incisos*; os parágrafos, em incisos; os incisos em alíneas e as alíneas em itens. Os parágrafos também possuem numeração ordinal até o nono e cardinal a seguir. Se houver apenas um parágrafo, emprega-se a expressão por extenso *parágrafo único*. Os incisos são representados por algarismos romanos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos arábicos. Os agrupamentos de artigos caracterizam-se como *subseções* que, reunidas, constituem as *seções*. Essas formam o Capítulo e o conjunto de capítulos compõem os *Títulos*. A reunião desses títulos compõe o *Livro* que, depois de agrupado, forma a *Parte*. O CP, por sua vez, é composto pela *Parte Geral* e pela *Parte Especial*.

Essa visão geral da área e a constatação de que a Parte Geral do Código Penal, que abrange oito títulos que vão do art. 1º ao art.120 já havia sido objeto de estudo terminológico e terminográfico, direcionou a pesquisa para o recorte da Parte Especial constituída por onze Títulos, art. 121 ao art. 361 que toma por base o critério do bem jurídico tutelado. O **Título I** da Parte Especial trata *dos crimes contra a pessoa*, dividindo-se em seis capítulos, identificados pelas rubricas: "Dos crimes contra a vida", "Das lesões corporais", "Da periclitção da vida e da saúde", "Da rixa", "Dos crimes contra a honra" e "Dos crimes contra a liberdade individual".

O **Título II** ocupa-se *dos crimes contra o patrimônio* e puni as condutas que ofendem ou colocam em perigo o patrimônio, divide-se em oito capítulos, com as seguintes rubricas: "Do furto", "Do roubo e da extorsão", "Da usurpação", "Do dano", "Da apropriação indébita", "Do estelionato e outras fraudes", "Da receptação" e "Disposições gerais". O **Título III** alinha *os crimes contra a propriedade imaterial*, ou seja, os crimes contra a propriedade literária, artística, industrial e comercial, que se dividem em "Crimes contra a propriedade intelectual", "Crimes contra o privilégio de invenção", "Crimes contra as marcas de indústria e comércio" e "Crimes de concorrência desleal".

O **Título IV**, consagrado aos *Crimes contra a organização do trabalho*, não possui divisão em capítulos, mas os incisos "Atentado contra a liberdade do trabalho", "Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta", "Atentado contra a liberdade de associação", "Paralisação de trabalho seguida de violência ou perturbação da ordem", "Paralisação de trabalho de interesse coletivo", "Invasão de Estabelecimento Industrial, comercial ou agrícola, sabotagem", "Frustração de direito assegurado por lei trabalhista", " Exercício de atividade de informação de decisão administrativa", " Aliciamento para o fim de imigração", Aliciamento de trabalhadores de um valor para outro do território nacional".

No **Título V**, são classificados como espécies do mesmo gênero os *Crimes contra o sentimento religioso* e os *Crimes contra o respeito aos*

mortos. Sob a epígrafe de *Dos crimes contra os costumes*, o **Título VI** trata, de certa forma, dos crimes sexuais. Esse Título se subdivide nos capítulos "Crimes contra a liberdade sexual", "Da sedução e da corrupção de menores", "Do rapto", "Do lenocínio e do tráfico de pessoas", "Do ultrage público ao pudor" e "Disposições gerais".

O **Título VII** é consagrado aos *Crimes contra a família* e está disposto em quatro capítulos que se relacionam aos "Crimes contra o casamento", "Crimes contra o estado de filiação", "Crimes contra a assistência familiar" e "Crime contra o pátrio poder, tutela ou curatela". O **Título VIII**, *Dos crimes contra a incolumidade pública*, distribui os crimes relacionados à tranqüilidade pública em três subclasses: "Crimes de perigo comum", "Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos" e "Crimes contra a saúde pública".

Sob a denominação *Dos crimes contra a paz pública*, o **Título IX** trata do seguinte grupos de crimes: "incitação de crime", "apologia de crime ou criminoso" e "quadrilha ou bando". O **Título X** cataloga os *Crimes contra a fé pública* e divide-os em quatro capítulos: "Da moeda falsa", "Da falsificação de títulos e outros papéis públicos", "Da falsidade documental" e "De outras falsidades". Por fim, no **Título XI**, temos os *Crimes contra a administração pública* repartidos em cinco capítulos: "Crimes praticado por funcionário público contra a administração em geral", "Crimes praticados por particular contra a administração em geral", "Crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira", "crimes contra a administração da justiça", "Crimes contra as finanças públicas". O mapa conceitual (CABRÉ, 1999) do CP-PE permite a projeção da organização da área, não necessariamente de forma hierárquica, como apresentado na figura 3:

Figura 3: Mapa conceitual do Código Penal - Parte Especial.

Esse mapa conceitual favorece a delimitação das fronteiras do CP – PE que, embora não esgote as condutas definidas como crimes, pois a legislação complementar ou legislação penal especial tipifica outras, exigidas, atualmente, pela modernidade, tipifica a maioria das figuras delitivas.

A análise do CP - PE evidencia sua estruturação em um sistema temático, organizado de forma lógica na disposição dos Títulos, Capítulos, Seções e Incisos do texto legal. Observando as orientações de Wüster (1998), constatamos que essa organização se deve à estruturação em séries temáticas verticais, horizontais e também pela combinação de ambos, de forma vertical ou coordenada em uma relação de amplitude/restrrição. Essa organização é reconhecida e mantida nos manuais especializados e nos comentários ao CP.

Nesse sentido, Reale (1996) orienta que o artigo situa-se em um Capítulo ou em um Título e seu valor está relacionado à colocação sistemática, ou seja, para maior precisão na interpretação, é importante que cada artigo da lei seja interpretado de acordo com a sua inserção no sistema conceitual do documento em que está disposto.

Baldinger (1997) esclarece que a disposição dos temas no sistema conceitual forma um campo onomasiológico, ordenado em subcampos sucessivamente. No CP – PE, cada Título constitui um tema que será subdividido em subtemas sucessivamente, configurando-se como temas amplos e restritos, subordinados ou específicos. Por isso, o sistema temático foi construído de forma semelhante ao CP – PE, observando os títulos e capítulos de cada artigo e compõe-se, no primeiro nível horizontal, de onze temas: <crimes contra a pessoa>, <crimes contra o patrimônio>, <crimes contra a propriedade imaterial>, <crimes contra a organização do trabalho>, <crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos>, <crimes contra os costumes>, <crimes contra a família>, <crimes contra a incolumidade pública>, <crimes contra a paz pública>, <crimes contra a fé pública> e <crimes contra a administração pública>.

Pavel (2003) comenta que o saber, seja especializado, seja originado do senso comum\ bom senso, estrutura-se em conceitos ou noções – entidades mentais identificáveis por suas propriedades e suas relações, que evoluem de acordo com o ritmo da revisão individual e coletiva dos conhecimentos. A autora argumenta que

O aparelho conceitual de uma área de saber pode ser visto como uma árvore frondosa ou um agregado, cujos nós-conceitos são conectados por meio de ligações hierárquicas e associativas, ligações entidade-propriedade, e por ligações do tipo regra ou do tipo instanciação. (PAVEL, 2003, p. 101).

A terminologia estuda os sistemas conceituais por área de conhecimento\ especialidade, buscando definir e estabelecer seu vocabulário. A estruturação de um sistema de conceitos favorece a delimitação da área da pesquisa terminológica, além de explicitar uma visão do domínio estudado. O sistema de conceitos pode ser estruturado de diversas formas, conforme os critérios de construção adotados pelo pesquisador. A ISO 1087 (1990) define-o como um conjunto estruturado de conceitos construído com base nas relações estabelecidas entre esses conceitos, sendo que cada conceito é determinado por sua posição nesse conjunto.

O estudo dessas relações conceptuais é fundamental para a Terminologia e, conseqüentemente, para a organização dos conhecimentos e a eficiência\ propagação da comunicação especializada. No Mapa Conceitual apresentado, observamos que cada título corresponde a um tema\ conceito subdividido em subtemas e, assim, sucessivamente. Os conceitos representados podem ser amplos como <crimes contra o patrimônio> que, em sequência horizontal, apresenta os conceitos subordinados a ele, porém excludentes entre si, como <furto>, <apropriação indébita>, <estelionato>, <roubo>, <extorsão>, <dano>, <receptação> que, por sua vez, possui os seguintes conceitos

subordinados e excludentes entre si <alteração de limites>, <esbulho processório>, <supressão de marcas em animais>, <alteração de marcas em animais>, caracterizando um movimento recursivo.

2.5 A LEI, SUA LINGUAGEM E SUA INTERPRETAÇÃO

A interpretação, além de fundamental ao entendimento e aplicação das ciências, é necessária a todas as manifestações discursivas. Em virtude disso, a ciência do Direito sempre esteve atenta às questões relacionadas à interpretação e a sua prática, visto que está intrinsecamente ligada à dinâmica operacional do Direito, pois perpassa os discursos jurídicos.

Todo ato de linguagem, enquanto construção de sentido, envolve escolha e seleção de elementos constituintes relativos à estrutura, à forma, à significância, às impressões, aos objetivos, aos efeitos retóricos, etc. A estrutura discursiva do texto, por isso, comporta a soma daquilo que se encontra e daquilo que não se encontra na estrutura textual, ou seja, o texto significa pelo dito e pelo não dito. Nesse sentido, Merleau-Ponty (1991) comenta que assim como a presença é um fator determinante para a constituição do discurso, a ausência e a supressão também o são.

A interpretação é fonte de sentido jurídico e, muitas vezes, o silêncio é interpretado como uma unidade significativa precisa. O art. 1.166 do Código Civil explicita a significação jurídica do silêncio quando determina, a partir da interpretação do silêncio, a aceitação ou não de uma doação:

O doador pode fixar prazo ao donatário, para declarar se aceita, ou não, a liberdade. Desde que o donatário, ciente do prazo, não faça dentro nele, a declaração, entender-se-á que aceitou, se a doação não for sujeita a encargo. (art. 539 do Código Civil)

Entendemos que o sentido de todo texto é criado e recriado. A interpretação permite que o sujeito, entre o sentido dado e recebido, ultrapasse os signos na busca pelo sentido. O texto, nesse processo, não é inerte, acabado, ao contrário, possibilita sentidos visto que detém e, sobretudo, retém, em sua estrutura, um adensamento de elementos em fermentação, que se reúnem em revoluções e mutações constantes (BITTAR, 2006), em outras palavras, as injunções sociais, históricas, econômicas, culturais, políticas, psicológicas, técnicas fazem-se presentes no ato interpretativo e marcam a reconstrução diuturna dos sentidos, em uma luta pelo significado.

O texto jurídico é espaço de convergência sýgnica e de emergência de significado, interpretá-lo, portanto, envolve o ordenamento jurídico e, em sentido mais restrito, refere-se à norma jurídica a ser aplicada ao caso concreto em um movimento que não visa ao sentido único, mas sim às diversas possibilidades de significação contidas em um texto, ou seja, a plurivocidade. Faz-se necessário para esse estudo, portanto, refletirmos acerca da composição/construção desse texto e de sua desconstrução, analisando a ação construtiva do intérprete, no caso o doutrinador, na formação do texto. É a partir desses passos, que poderemos empreender uma discussão a respeito das questões de ressemantização e retextualização do texto jurídico, ou seja, a partir da análise das operações que envolvem os processos de ampliação, restrição, transformação, acréscimo, subtração, fusão, marcas de autoria tanto no que diz respeito ao sentido, quanto à composição do texto propriamente dita.

2.5.1 A Lei

As leis positivas, comenta Maximiliano (1990), são escritas em termos gerais, estabelecem normas e princípios, sem especificar detalhes e particularidades. É um discurso científico oficial, sustentado pela cultura ocidental e construído na ideologia dominante da época em que foi produzido. Por isso, é fundamental estabelecer a inter-relação entre o texto abstrato e o caso concreto, entre a norma jurídica e o fato social, entre o que está escrito e o seu alcance semântico, isto é, a aplicação do Direito. Em virtude disso, a interpretação está voltada à prática, é contínua, dinâmica e em constante transformação, assim como a sociedade.

As leis se dirigem a todos, seja o cidadão comum que dela depende no sentido de exigir seus direitos e, em contrapartida, respeitar o do outro, seja os juízes, promotores, procuradores da justiça e advogados em geral que a interpretam para a tomada de decisões/procedimentos jurídicos. Ferraz Júnior (1978a) alega que nenhum legislador cria normas a partir do nada, ou destinadas a ninguém, ele conhece as necessidades daqueles aos quais destina seus comandos e conhece, ainda que de forma abstrata, o grau de eficácia de suas normas, a carência daquela regulamentação na sociedade e, por isso, modula, por exemplo, a proporcionalidade da sanção.

O legislador prevê uma *espécie de fato*, um *fato tipo*, que traz implicações e acarreta aplicações do conteúdo jurídico e não corresponde necessariamente a um único fato, mas a uma infinidade de fatos concretos. Na correspondência entre um fato particular e um *fato tipo*, o agente ou autor do fato concreto arcará com as consequências predeterminadas no dispositivo ou preceito (REALE, 1996). As leis, portanto, caracterizam-se como texto legal de forma fixa e são orientadas por uma técnica legislativa.

A Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (Apêndice), no Capítulo II – Das Técnicas de Elaboração, Redação e Alteração das Leis – Seção II – Da Articulação e da Redação das Leis -, estabelece normas para a consolidação dos atos normativos e faz as seguintes determinações:

Artigo 11 – As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I – para a obtenção de clareza:

- a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;*
- b) usar frases curtas e concisas;*
- c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;*
- d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples presente;*
- e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;*

II- para a obtenção da precisão:

- a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;*
- b) expressar a idéia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósitos meramente estilístico;*

- c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;*
- d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais;*
- e) usar apenas siglas consagradas pelo uso, observando o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado;*
- f) grafar por extenso quaisquer referências feitas, no texto, a números e percentuais; (...).*

Em relação ao Artigo 11, seção II, a Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001 – DOU de 27/04/01 – acrescenta:

- a) grafar por extenso quaisquer referências a números percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto;*
- b) indicar, expressamente o dispositivo objeto de remissão, em vez de usar as expressões 'anterior', 'seguinte' ou equivalentes.*

Embora essa lei tenha sido redigida posteriormente ao CP (1940) e nem mesmo a Parte Geral, reformulada em 1984, tenha sido contemplada por ela, serve para ilustrar a preocupação na confecção das leis em geral. A Lei Complementar nº 95 evidencia o cuidado do legislador com a escrita/redação da lei, tanto em relação a sua forma, quanto ao seu conteúdo. Tal preocupação se deve à busca por um alto grau de clareza e precisão e decorre, como já comentado anteriormente, do fato de a lei ser a única fonte do Direito Penal. Retomando Hungria (1958), já citado anteriormente, a apresentação de lacunas, omissões ou imprecisões não poderão ser sanadas pelo arbítrio judicial, analogia, costume ou princípios gerais do Direito. Embora a jurisprudência seja um importante subsídio à decisão judicial, ela não tem força de lei.

Baldinger (1977), nesse sentido, comenta que apenas uma parte dos conceitos que entra em jogo juridicamente se corresponde em fronteiras bem marcadas, pois na maioria das vezes, essas fronteiras são estabelecidas de forma artificial e não são dadas antecipadamente. Faz-se necessário para a interpretação recorrer a conceitos como norma e apreciação, conceitos que resultam em cada caso jurídico em uma ampla aplicação.

2.5.2 A Linguagem da Lei

A presente pesquisa concebe a linguagem para além da representação do mundo e do pensamento, mas como uma atividade, um lugar de ação e de interação que favorece práticas sociais aos sujeitos em um movimento que desencadeia comportamentos, ações, reações, além de estabelecer vínculos e compromissos. É, como assevera Geraldi (1991), um jogo que se joga na sociedade, na interlocução, e apenas no interior de seu funcionamento que se pode estabelecer as regras de tal jogo.

A linguagem da lei, expressa pelo texto escrito, assenta-se na idéia de que é possível estabelecer clareza e segurança jurídicas a partir de regras rigorosamente elaboradas, que buscam garantir univocidade às decisões judiciais e aos atos administrativos. Em sua produção, elas são coerentes com o momento e circunstância de produção, com sua finalidade e, teoricamente, legíveis e acessíveis a todos. No entanto, a prática interpretativa da lei tem mostrado que não é possível elaborá-la com tanto rigor, de modo a fazer sua interpretação de forma exata e esgotante, eliminando possíveis dúvidas quanto a sua aplicação.

A composição das leis é uma atividade complexa que envolve inúmeras vontades, vários recortes e emendas para facilitar sua aceitação.

Quantos fatores atuam até surgir o conceito definitivo! Em uma das forjas da lei, no parlamento, composto, em regra, de duas câmaras, fundem-se opiniões múltiplas, o conjunto resulta de frações de idéias amalgamadas (...) Se descerem a exumar o *pensamento* do legislador, perder-se-ão em um bátrio de dúvidas maiores ainda e mais inextricáveis que as resultantes do contexto (MAXIMILIANO, 1990, p. 23).

Como discurso, é importante considerar a noção de circunstancialidade, que envolve o contexto de produção, valores e outros importes fáticos. Há, ainda, uma unidade na ordem jurídica, de forma que as premissas maiores jurídicas são elaboradas a partir da consideração de todo o código, buscando também outros códigos e leis. Bittar (2006) afirma que a utopia do legislador é a de construir um texto normativo livre de ambiguidades, que signifique isto (campo semântico previsto) e apenas isto (campo semântico previsto). Na busca pelo sentido, faz-se necessário atentar, portanto, para o fato de que o texto legal é um lugar de interpretação, fonte do sentido jurídico, e que as injunções sociais, históricas, econômicas, culturais, políticas, psicológicas, técnicas, etc. estão presentes nos momentos interpretativos.

A Lei Complementar nº 95 evidencia a preocupação com o emprego de termos e expressões em sentido comum. As palavras e expressões técnicas devem ter o uso restrito a quando a norma versa sobre assunto técnico. Nesse sentido, Dias (2002) comenta que a linguagem jurídica, muitas vezes, se depara com situações difíceis em virtude de ser uma língua de especialidade que, obrigatoriamente, traça seus limites em termos que também servem à linguagem comum.

Engisch (1996) alega que as normas jurídicas exprimem uma vontade da comunidade jurídica, do estado ou do legislador e são elaboradas e construídas a partir das proposições gramaticais contidas no código. Na concepção de Kant na *Metafísica dos costumes*, a lei penal é um imperativo categórico, visto que essencialmente ela se caracteriza pela

exigência, impreterivelmente. Engisch (1996) acrescenta que o Direito fixa os fins e exige sua realização de forma incondicional, tão categórica quanto a moral, por isso devemos entender que a interpretação e a aplicação dos imperativos jurídicos são meios para alcançar os fins que o Direito considera bons.

Em contrapartida, o autor acrescenta que é também um imperativo hipotético, pois ela é aplicável apenas quando se apresentam certas circunstâncias de fato que na própria regra se acham descritas. Dessa forma, por exemplo, a proibição de matar, a despeito de seu caráter categórico, pressupõe-se que esteja em face de uma situação normal, e não de uma situação excepcional, como seria o caso de legítima defesa, a existência de uma sentença de morte passado em julgado ou, ainda, o estado de guerra. A proibição de matar, assumiria, então, o seguinte teor: quando não for o caso de legítima defesa, de execução de uma sentença de morte ou de uma operação militar em tempo de guerra, é proibido matar.

Engisch (1996) acrescenta que tanto a hipótese legal como a consequência jurídica (estatuição) são representadas por conceitos abstratos e não devem ser confundidos com a concreta situação da vida e com a consequência jurídica concreta. Para esse autor, a legislação deve ser o ponto de partida das considerações, pois há um afrouxamento dos tribunais e autoridades administrativas em relação à lei quando adota formas de expressão diversificadas, devido à maior autonomia em face da lei. Para tanto, ele distingue os *conceitos jurídicos indeterminados*, os *conceitos normativos*, os *conceitos discricionários* e as *cláusulas gerais*.

Os *conceitos jurídicos indeterminados*² apresentam conteúdo e extensão, em larga medida, incertos. Eles são predominantes no Direito como, por exemplo, *assassinato* (homicídio qualificado), *crime*, *ato administrativo*, etc. Heck (*apud* Engisch, 1996) distingue nesse tipo de conceito um núcleo conceitual e um halo conceitual, dessa forma, sempre

² A indeterminação de conceitos jurídicos pode resultar da pluralidade de sentidos de uma palavra que exprime o conceito.

que temos uma noção clara do conteúdo e da extensão do conceito, estamos no domínio do núcleo conceitual, quando as dúvidas iniciam, começa o halo do conceito. Para ilustrarmos a indeterminação conceitual, tomemos do CP brasileiro a definição de: nos crimes contra a vida, o *estado puerperal* é elemento atenuante para o *infanticídio* – a medicina legal diz que esse estado ocorre após o parto e que, pelas dores do parto, a mulher tem uma perturbação dos sentidos. A medicina não prediz, no entanto, qual o tempo de duração, inviabilizando o estabelecimento de um padrão e a segurança jurídica para o tratamento do delito.

Os *conceitos jurídicos normativos* apontam dados não perceptíveis pelos sentidos ou experimentados na realidade, mas, em conexão com o mundo das normas, tornam-se representáveis e compreendidos. Eles precisam de conteúdo valorativo para serem aplicados a cada caso concreto. Simultaneamente, os conceitos normativos podem ser entendidos em sentido estrito como aquele que só pode ser encontrado no fato, em uma valoração para aplicar, no caso concreto, um conceito normativo que precisa de um preenchimento valorativo. São, frequentemente, indeterminados num grau particularmente elevado e oferecem muitos exemplos da indeterminação e, ao mesmo tempo, da insegurança e relativa desvinculação na aplicação da lei. Engisch (1996) cita, do Direito Alemão, <menor>, <indecoroso>, <casamento>, <vil>, etc. No CP brasileiro, termos como <mulher honesta>, <sedução>, evidenciam essa indeterminação e abrem lacunas para interpretações possíveis.

Conceitos discricionários envolvem a autonomia da valoração pessoal e são caracterizados pelo parecer do juiz ou do funcionário administrativo. Tais conceitos favorecem certo relaxamento da vinculação legal, propiciando maior liberdade para as decisões. Se analisarmos o Artigo 144 do Código Penal, constataremos que o texto permite ao juiz aceitar ou não as explicações do acusado em relação aos crimes de calúnia, difamação ou injúria.

Exemplo 1

“Título I – Dos crimes contra a pessoa – arts. 121 a 154

Capítulo V - dos crimes contra a honra – arts. 138 a 145

Art. 144. *Se, de referências, alusões ou frases, se infere calúnia, difamação ou injúria, quem se julga ofendido pode pedir explicações em juízo. Aquele que se recusa a dá-las ou, a critério do juiz³, não as dá satisfatórias, responde pela ofensa.*

O conceito multissignificativo de *cláusula geral* caracteriza-se pela formulação da hipótese legal que, em termos de grande generalidade, abrange e submete a tratamento jurídico todo um domínio de casos, ou seja, explora uma configuração geral do suposto de um conjunto de fatos legais. Em certas matérias jurídicas, as cláusulas gerais podem excluir o método casuístico, que formula uma pressuposição enumerativa de fatos, abarcando um campo de casos, em outras, no entanto, podem se complementar mutuamente. No CP brasileiro, ocorrem exemplos em vários artigos:

Exemplo 2

“HOMICÍDIO SIMPLES

Art.121. *Matar alguém:*

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.

(...)

HOMICÍDIO QUALIFICADO

§2º *Se o homicídio é cometido:*

*I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe*⁴;

II – por motivo fútil;

³ Grifo nosso.

⁴ Destaque nosso.

*III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;*⁵

*IV – à tradição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;*⁶ (...).

Jesus (2001), nas notas do art. 121, comenta que o CP emprega fórmula genérica após fórmula casuística. Esta se refere à traição, emboscada e dissimulação, enquanto aquela diz respeito a qualquer recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido. Nesta hipótese é necessário que o outro recurso tenha a mesma natureza das qualificadoras anteriormente citadas.

O significado das cláusulas gerais encontra-se no domínio da técnica legislativa, pois, graças à generalidade, podem sujeitar um grupo vasto de situações, de forma a ilacunar, gerando possibilidades de ajuste a uma consequência jurídica. As *cláusulas gerais* evitam o risco de fragmentação da matéria jurídica.

Enfim, esses conceitos e as cláusulas gerais nos remetem ao Direito do caso concreto, não apenas pela interpretação e subsunção, mas também pelos juízos de valor e pelas decisões de vontade.

2.5.3 A Interpretação da Lei Penal

O sentido tradicional da interpretação, que remonta ao período clássico, remetia a *revelar* ou *tornar claro ou explícito* o sentido de uma passagem ou de um texto. Na contemporaneidade, o sentido é mais subjetivo, pois consiste em *construir* ou, ainda, ver o texto sob uma luz particular. Olson (1997) esclarece que o sentido antigo do verbo *interpretar* (revelar o sentido) o aproxima de *compreender*, para o autor

⁵ Destaque nosso.

⁶ Destaque nosso.

compreender envolve *saber* o que significa, enquanto interpretar envolve possibilidades de significado. O conceito pós-moderno da interpretação admite o elemento da subjetividade, para a inferência da melhor explicação possível.

Por ser uma atividade noética, produtora de sentido, a interpretação é fundamental à caracterização do Direito, ela não o cria, mas revela-o, tornando-o visível, apreciável. As práticas jurídicas, tanto em relação ao funcionamento, totalidade e dinâmica operacional, dependem, diretamente, da interpretação da lei. Essa é uma operação que visa à fixação de uma determinada relação jurídica, a partir da percepção clara e exata da norma estabelecida pelo legislador (Fiore, 1927 *apud* LIMONGI FRANÇA, 1995). Interpretar envolve o conteúdo e o alcance/extensão dos conceitos jurídicos e perpassa todos os discursos jurídicos. Enquanto teoria, dimensão epistêmica ou prática, no entanto, a interpretação constitui-se em um desafio.

A ciência que se dedica à interpretação da lei é a hermenêutica jurídica⁷ que oferece os meios e os métodos da interpretação e de integração do direito para sua aplicação, caracterizando-se como processo dinâmico e vivo. O termo hermenêutica tem origem no nome de Hermes, a divindade grega que enuncia e interpreta mensagens (PADEL, 1992). De acordo com Maximiliano (1990), a hermenêutica jurídica estuda e sistematiza os processos aplicáveis na busca do sentido e alcance das expressões do Direito. Alguns autores, como Segnanfredo (1979), defendem que a hermenêutica jurídica é a interpretação da ciência do Direito e não visa à aplicação da norma jurídica em casos concretos, enquanto que o termo interpretação pressupõe a interpretação da norma jurídica, sendo prática, portanto, própria do Direito Positivo.

⁷ Há uma ambiguidade relacionada ao aspecto semântico dos termos *hermenêutica* e *interpretação*, para esclarecê-la, apoiamo-nos em Maximiliano (1990, p. 08) quando afirma que “A aplicação não prescinde da Hermenêutica: a primeira pressupõe a segunda (...). Em erro também incorre quem confunde as duas disciplinas: uma, a Hermenêutica, tem um só objeto – a lei; a outra, dois – o Direito, no sentido objetivo, e o fato. Aquela é um meio para se atingir a esta; é um momento da atividade do aplicador do Direito. Pode a última ser o estudo preferido do teórico; a primeira, a Aplicação, revela o adaptador da doutrina à prática, da ciência à realidade: o verdadeiro jurisconsulto.”

Por nosso estudo visar ao estudo de textos relacionados à doutrina, especificamente textos de Jesus (2001) e Delmanto *et al* (2007), assumiremos a posição de Reale (1968) que contrapõe, esse posicionamento acerca da hermenêutica, argumentando que essa distinção não faz sentido. Para o autor é inadmissível a interpretação da lei, no seu sentido prático dissociada da hermenêutica jurídica, interpretação teórica, do campo da Filosofia do Direito, visto que ambas se exigem reciprocamente, não sendo possível a interpretação jurídica sem uma fundamentação filosófica que a condicione e situe em uma compreensão integral da sociedade e do Direito. Friede (1997) salienta que é fundamental levar em conta, além da literalidade da norma, os aspectos históricos, sociológicos, ideológicos e filosóficos.

Enquanto teoria de interpretação, a hermenêutica oferece meios de estudo, sistematização dos processos para a interpretação, além de favorecer a integração do Direito, pois se não há no texto legal dispositivo em que se enquadre um caso concreto, quem aplica o Direito fará a sua integração, recorrendo a outros dispositivos legais do ordenamento jurídico, além de outras formas de interpretação do Direito para formular a norma a ser aplicada. Em face disso, é um risco dimensionar a questão hermenêutica na univocidade, pois são muitas as variantes/fatores que interferem na interpretação. Para Rastier (1989) a hermenêutica surge como a face oposta a da semântica gerativa, dando maior autonomia ao fazer da linguística na busca do sentido textual, pois antes de possuir uma imanência textual, é produto da interação comunicativa, ou seja, o resultado pragmático da composição de sujeitos comunicantes.

Bittar (2006) resume os argumentos em termos de interpretação normativa, afirmando que o texto normativo é um produto humano, com finalidade e intencionalidade, fato que justificaria o mister interpretativo ser a busca da *intentio auctoris*⁸; ou que o texto normativo é um produto autônomo, que ganha vida com sua exteriorização e promulgação; ou,

⁸ Intenção do autor.

ainda, é um esquema ou esboço inicial de sentido, um ponto de partida para o destinatário, verdadeiro desbravador do sentido jurídico.

Para Engisch (1996), a interpretação fornece ao jurista o conteúdo e a extensão dos conceitos jurídicos. O conteúdo vem indicado pela definição, ou seja, pelas conotações conceituais, a indicação da extensão se dá pela apresentação de grupos de casos individuais que são de subordinar ou subsumir ao conceito jurídico. A interpretação da lei penal é um processo, portanto, que busca estabelecer o contingente real da norma jurídica. Ela se restringe à interpretação de leis existentes para fatos previstos pelo legislador. De acordo com Noronha (1991), ela pode ser autêntica, jurisprudencial e doutrinária.

A interpretação autêntica, conforme Naufel (1986) procede da própria lei e emana do poder que fez o ato cujo sentido e alcance ela declara. Nela, o legislador dá depoimentos sobre os trabalhos preparatórios da lei, da realidade social delimitante e dos objetivos fundamentais. É, de acordo com Ferraz Jr. (2003), a interpretação realizada pelos órgãos competentes, no sentido jurídico da expressão.

A jurisprudencial, comenta Limongi França (1995), é realizada pelos órgãos do Poder Judiciário e está ligada às questões da jurisprudência como forma de expressão do Direito. É a interpretação que emana do juiz, ou seja, é a orientação dada por juízes e tribunais à norma, não possuindo força vinculativa.

A interpretação doutrinária é o entendimento dado aos dispositivos legais pelos escritores, juristas e comentadores do Direito. Embora não tenha força obrigatória, essa interpretação forma o pensamento jurídico, exercendo influência na elaboração do Direito que se manifesta no ensino dos cursos jurídicos. Friede (1997) esclarece que é incontestável a influência das obras doutrinárias sobre os legisladores que nelas buscam subsídios para legislar, além de sua contribuição para a construção da jurisprudência. Ferraz Jr. (2003) argumenta que essa interpretação é ciência até o ponto em que denuncia a equivocidade resultante da plurivocidade, isso porque há uma questão política, há a tentativa de

persuadir alguém de que esta e não aquela é a melhor saída, ou seja, há uma proposta política que se esconde sob a capa de uma pretensa cientificidade.

A interpretação doutrinária ou científica tem como fonte do ato interpretativo a doutrina. Ela é estabelecida pelos juristas que não só respeitam o caráter científico do Direito, mas também caracterizam suas obras de forma particular, diferenciando-se pelos recursos discursivos e também pelas próprias interpretações. Bittar (2006) afirma que a interpretação é um desafio de linguagem que atinge todos os ramos da ciência jurídica e todas as práticas jurídicas. Em virtude disso, os doutrinadores dedicam-se à interpretação e dispõem de alguns paradigmas que subsidiam o intérprete, como:

- a) *interpretação histórica*: leva em conta os antecedentes jurídicos que promoveram seu aparecimento e envolve toda história jurídica e política, social e econômica do contexto, lembrando que o sistema jurídico não é isolado dos demais acontecimentos sócio-culturais.
- b) *interpretação literal*: verifica o sentido do texto jurídico, apoiando-se na leitura de palavra por palavra do texto. No final, une o sentido global a partir dos fragmentos de sentidos formados pela decodificação parcial do texto, ou seja, parte da apreciação das palavras do texto.
- c) *interpretação gramatical*: a partir da análise da forma, das estruturas textuais, do concatenamento das partes do texto procura-se identificar o sentido do texto jurídico.
- d) *interpretação lógica*: procura identificar o sentido da norma jurídica a partir da lógica interna do legislador ao produzir o texto. É um método que se atém ao sentido lógico global formado pelo preceito, enfatizando o todo, o conjunto da oração.
- e) *interpretação sistemática*: procura verificar o sentido da norma jurídica a partir da contextualização do texto em meio a uma cadeia de outros textos, de outros princípios, regras ou normas.

Dessa forma, leva-se em conta o sistema como um todo, criando redes de sentido mais abrangentes.

A interpretação pode se relacionar ainda à extensão. Nesse sentido, Limongi França (1995) divide-a em *declarativa*, *restritiva* e *extensiva*.

A *declarativa*, continua Limongi França, é o tipo normal/comum de interpretação, pois nela o enunciado, em sua amplitude, coincide com o que está contido nas expressões do dispositivo, em outras palavras esse tipo de interpretação repete a amplitude de sentido contida no texto. Amêndola Neto (1997) reforça essa leitura quando afirma que essa interpretação não amplia o texto, nem o restringe, explicitando-se apenas o significado oculto do termo ou expressão utilizada pela lei como, por exemplo, o artigo 141 – Disposições Gerais -, inciso III, pelo sistema utilizado pelo Código Penal, “várias pessoas” quer significar mais de duas, se a lei se contenta com duas é ela expressa, procede-se a uma interpretação declarativa.

Ferraz Jr.(2003) chama essa interpretação de especificadora. Para esse autor, essa prática parte do pressuposto de que para elucidar o conteúdo da norma não é necessário sempre ir até o fim de suas possibilidades significativas, mas até o ponto em que os problemas parecem razoavelmente decidíveis.

A *restritiva* reduz o alcance da lei na busca pela exatidão, limitando o sentido da norma como, por exemplo, no artigo 332 – Tráfico de influência -, do conceito de *funcionário público* deve ser excluído o juiz, jurado, órgão do Ministério público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha, referidos no crime de exploração de prestígio contra a Administração da Justiça (art. 357). Ou ainda, no art. 173 – Abuso de incapazes – em que a enumeração legal é taxativa (...) *necessidade, paixão ou inexperiência de menor, ou da alienação ou debilidade mental de outrem* (...) não se aceitando a ampliação do termo *incapazes* para poder abranger a ingenuidade, a falta de cultura ou a simplicidade. A interpretação restritiva, dessa forma, ocorre quando a lei

diz além do que o legislador queria ou deveria dizer, fazendo com que o intérprete restrinja o sentido do texto legal, relegando o preceito a um círculo menor de casos.

Para Bittar (2006), o legislador não ignora a interpretação e suas consequências, por isso prescreve a interpretação restritiva em vários campos com o objetivo de tentar deter o avanço frenético do exercício exegético sobre determinadas categorias de normas jurídicas, por exemplo: art. 4 da Lei n. 9. 610, de 19/02/1998, Lei de Direitos Autorais: *Interpretam-se restritivamente os negócios jurídicos sobre os direitos autorais*. Nesse caso, o legislador proíbe interpretações, analogias e outros usos extensivos, interferindo diretamente na significação da norma. A interpretação restritiva acontece, ainda, com o objetivo de resolver falhas na redação da lei como, por exemplo, no art. 5, XII, da Constituição Federal que estabelece como *inviolável o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso*⁹, *por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal*. A redação desse dispositivo não deixa claro se a expressão grifada se refere apenas às comunicações telefônicas ou, ainda, às comunicações de dados, tende-se a interpretar restritivamente disposições que possam restringir a garantia dos direitos individuais já assegurados pela Magna Carta, por isso a tendência é relacionar a exceção apenas às comunicações telefônicas

O contrário ocorre com a interpretação *extensiva* que amplia o alcance da lei para além do texto escrito, aumentando o sentido contido no texto como, por exemplo, o art. 130 – Perigo de Contágio Venéreo - inclui não só o perigo, mas também o próprio contágio da moléstia venérea ou, ainda, o art. 235 – *Bigamia* - trata da bigamia e é estendido também à poligamia. Nesse caso, o texto da lei diz menos do que o autor queria ou deveria dizer, levando o intérprete a ampliar o sentido do texto para a aplicação da lei. Embora essas interpretações sejam práticas de

leitura que não corrigem problemas de expressão, nem de estrutura, elas são instrumentos para a adequação da norma jurídica à realidade sócio-histórico-cultural da época.

Embora o Direito Positivo tenha sido fixado, a vida continua, é intermitente, desdobra-se em muitas atividades, cada vez mais dinâmicas e manifesta-se sob aspectos morais, sociais e econômicos. Para atender a essas demandas, Amêndola Neto (1997) faz menção à interpretação progressiva que visa abarcar, no processo, novas concepções ditadas pelas transformações sociais, científicas, jurídicas ou morais que devem permear a lei penal estabelecida como, por exemplo, a concepção de *mulher honesta* (arts. 215 e 219) e *inexperiência* da menor (art. 217), devido à evolução dos costumes. Esses artigos foram revogados pela lei n. 11.106 de 2005.

Por fim, os doutrinadores referem-se à interpretação analógica, ou seja, são empregadas fórmulas casuísticas inscritas em um dispositivo penal seguidas por espécies genéricas, abertas, a partir da semelhança ou analogia para uma interpretação mais acertada, por exemplo, quando o art. 161- Alteração de Limites - se refere a *outro sinal indicativo de linha divisória* como tapume ou marco; a casa *do mesmo gênero* que a taberna e casa de jogo (art. 150 – *Violação de Domicílio*, § 5º,II), a própria lei leva o intérprete a buscar o entendimento como fundamento na semelhança com as fórmulas específicas estabelecidas nesses dispositivos. Seganfreddo (1979) acrescenta que a analogia é a interpretação em sentido amplo, visto que se baseia em outras leis do ordenamento jurídico para preencher as lacunas do texto legal.

Amêndola Neto (1997) comenta que os elementos de interpretação podem ser sistemático, rubrica, legislação comparada, conceitos extrajurídicos e a própria história da lei. O elemento sistemático busca harmonizar o texto interpretado com o contexto da lei, na tentativa de um sistema lógico. Dessa forma, o parágrafo de um dispositivo deve ser analisado tendo em vista o *caput* do artigo. A rubrica caracteriza-se como

⁹ Grifo nosso.

a denominação jurídica do dispositivo, podendo levar a um esclarecimento maior sobre o texto interpretado. A legislação comparada confronta a lei pátria com a lei de outros países e favorece a interpretação do texto legal, especialmente quando se refere a leis que serviram de base para a norma jurídica nacional. Os elementos extrajurídicos são esclarecimentos técnicos, científicos, filosóficos e políticos úteis à descoberta da vontade da norma. O histórico da lei inclui seu anteprojeto, projeto original, modificações das comissões revisoras, debates legislativos, etc.

Esses são paradigmas que orientam a interpretação, no entanto se forem empregados de forma absoluta, unilateral e imperativa podem causar distorções de sentido para o texto jurídico. Nesse sentido, Engisch (1996) afirma que o jurista moderno deve lançar mão de todos os métodos de interpretação possíveis, no entanto ele destaca o método teleológico de interpretação que busca o fim, o pensamento fundamental do preceito legal e, a partir dele, determinar seu sentido, em outras palavras, o sentido é o fim visado pela lei.

Nessa mesma linha de pensamento, Ferraz Jr. (2003) argumenta que, para a doutrina hermenêutica, interpretar é um ato de síntese e o intérprete, para alcançar o *ratio legis*¹⁰, deve lançar mão dos diversos meios doutrinários ao seu alcance. Enfim, a união dos métodos propicia, de forma mais completa, a tarefa de interpretar o texto jurídico.

Engisch (1996) comenta que, além do teor verbal, deve-se considerar a coerência interna da norma, o lugar em que se encontra e a sua relação com os outros preceitos, assim como toda a evolução histórica, bem como a história da gênese do preceito, resultado dos trabalhos preparatórios e, finalmente, a interpretação teleológica. Por fim, por fazer parte da cultura global, o preceito da lei, na dúvida, deve ser interpretado de tal forma que se ajuste às exigências da vida em sociedade, assim como os traços culturais.

A metodologia da interpretação depende da metodologia da atividade legislativa, pode-se enfatizar o sentido natural e corrente da linguagem ou

privilegiar o sentido técnico-jurídico dessa mesma linguagem. Em relação a isso, Bittar (2006) esclarece que cada ramo do Direito possui orientações específicas na condução da interpretação. Na área de Direito Penal, a interpretação extensiva é proibida em sede de criminalização de condutas, visto que o setor é orientado por meio do princípio *pro reo*, que orienta o raciocínio criminal.

Todas as divergências encontradas em uma interpretação advêm das possibilidades de sentido e, onde há sentido, pode haver diferença no entendimento, pois há relatividade, que evidencia a imprecisão do texto legal, visto que toda leitura posterior à feita pelo produtor do texto será uma interpretação. Nesse caso, a interpretação visa a um dos sentidos, contextualmente, possíveis. Essas diversas possibilidades evidenciam a necessidade de discussões e estudos a respeito do sentido do texto jurídico.

Diante dessas questões, este estudo se lança, conforme dissemos anteriormente, a analisar os termos e sua interpretação, a relação entre textos escritos e reescritos, ou seja, o Código Penal – Parte Especial que abrange do art. 121 a 361 e sua terminologia, como objeto de partida para a análise do texto doutrinário de Delmanto *et al* (2007) e Jesus (2001) visando às diferenças interpretativas desses autores. O texto doutrinário é um texto sobre outros textos e sua interação com a lei resulta em uma rede de sentidos que, comparados entre si e relacionados, caracterizam-se como um campo de ambiguidades e disparidades semânticas, realçando, ainda mais, a complexidade do texto jurídico.

¹⁰ Fundamento da lei

3 TEORIA EM QUE SE FUNDAMENTA A ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS

A linguagem é um emaranhado e complexo feixe de relações socioverbais, produto da sociedade. Observamos o mundo a partir de esquemas culturais de representação mental (Barbosa, 1996), por isso fatores como posição e meio social, profissão, idade, sexo do locutor/interlocutor interferem na escolha do falante e, conseqüentemente, influenciam na variação linguística. Soma-se a isso a influência de elementos externos, discutida por Saussure (1994), em que a história de uma língua, uma raça ou civilização e as relações da língua com as diversas instituições podem modificar os elementos internos da língua, assim como os fatores externos. Desse modo, o desenvolvimento científico caracteriza-se como um elemento externo da língua.

Essa diferenciação entre subgrupos sociais faz com que a linguagem seja um sistema complexo e heterogêneo de subsistemas interrelacionados que podem ser descritos em diferentes níveis como, por exemplo, o morfológico, sintático, lexical, etc. O nível lexical é uma forma de registrar e transmitir o conhecimento criado e acumulado através dos tempos e é marcado pela conceptualização da realidade, que se cristaliza a partir de um símbolo verbal, ou seja, uma representação linguística, caracterizando, dessa forma, o processo cognitivo de formação do léxico. São ações sucessivas de cognição da realidade e ordenação dos dados sensoriais da experiência, materializadas em signos linguísticos.

Esse signo verbal é fundamental para a formação do conceito que, para Vygotsky (1977), é uma parte ativa do processo intelectual que visa servir à comunicação, ao entendimento e à solução de problemas. O conceito, portanto, é dinâmico e pode ser continuamente revisto e reformulado, conseqüentemente, os termos ou palavras a que se referem também podem ser revistos, seja em sua face de significante, seja em sua face de significado.

Biderman (2001) defende que o universo conceptual de uma língua natural pode ser descrito como um sistema ordenado e estruturado de categorias léxico-gramaticais, dessa forma as palavras e os termos são instrumentos abstratos a partir dos quais o homem interage cognitivamente com o seu meio.

O sistema linguístico também apresenta variações em relação às características das situações comunicativas que requerem uma adequação discursiva, determinadas pela especialização dos elementos constituintes do processo de comunicação.

A humanidade desenvolveu a ciência e as técnicas gradativamente, esse movimento exigiu a ampliação do repertório linguístico, responsável por documentar as criações e os novos conceitos. As ciências, nessa dinâmica, tendem a criar uma concepção universal do mundo, proporcionando conceitos científicos mais aproximados entre as línguas do que na linguagem comum. Essa linguagem especializada é frequentemente chamada de jargão, denominação em que subjazem aspectos pejorativos do vocabulário especializado e que gera alguns desencontros com a área da Terminologia – disciplina linguística consagrada ao estudo científico dos conceitos e dos termos empregados nas línguas de especialidade (PAVEL; NOLET, 2002) e teoria que fundamenta nossa pesquisa.

3.1 TERMINOLOGIA - RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS PRINCIPAIS PARADIGMAS EPISTEMOLÓGICOS DA CIÊNCIA TERMINOLÓGICA

3.1.1 Origens da Terminologia - Uma Leitura Histórica

O nascimento da Terminologia está associado à consciência dos cientistas sobre a importância das nomenclaturas científicas para a fixação

e circulação do saber científico e técnico. Enquanto componente lexical das comunicações especializadas, faz parte da história da humanidade, Rondeau comenta isso quando afirma que:

A terminologia não é um fenômeno recente. Com efeito, tão longe quanto se remonte a história do homem, desde que se manifesta a linguagem, nos encontramos em presença de línguas de especialidade, é assim que se encontra a terminologia dos filósofos gregos, a língua de negócios dos comerciantes cretas, os vocábulos especializados da arte militar, etc. (RONDEAU, 1984, p. 1)¹¹.

A terminologia é uma ciência da linguagem que se dedica à observação e estudo do léxico e das relações de significações dos signos terminológicos. Almeida (2003) destaca que a função do sistema lexical de uma língua natural é nomear o mundo, isso inclui as ciências e as tecnologias, portanto não é possível expressar o mundo, de forma completa, sem terminologias.

No fim do Médio Império faraônico (c. 1800 a.C.), surgiram no Egito os primeiros dicionários temáticos (SIDARUS, 1990). No século IX, o físico Rhazés (865-925) relacionou o nome de órgãos do corpo humano e doenças, em cinco línguas, no *Liber Continentis* (Livro Abrangente). Platão (427 – 347 a.C.), em *Crátilo*, fez discussões em torno das palavras e a pertinência dos nomes, realizando as primeiras reflexões filosóficas.

Cabré (1993) comenta que a prática terminológica teve início com os trabalhos científicos de Lavoisier e Berthold no domínio da química, Linné na botânica e zoologia no século XVIII, que buscaram relacionar/associar as denominações aos conceitos científicos. A consolidação da Terminologia deve muito a naturalistas como Karl Von Lineu (1707-1778), que propôs um sistema universal de nomenclatura binominal e dotou a botânica e a zoologia de regras precisas de criação de nomes científicos para

¹¹ Tradução nossa.

designarem espécies da flora e da fauna do mundo todo, independente do idioma falado pelo cientista.

O desenvolvimento progressivo das ciências favoreceu a busca, cada vez mais acentuada, do entendimento e descrição das regras de formação dos termos dos domínios de especialidade. Isso é expresso nos colóquios e/ou congressos internacionais de botânicos (1867), zoólogos (1889) e químicos (1892), que aconteceram no final do século XIX. Benveniste (1989) reforça essa idéia e salienta a dimensão cognitiva das terminologias nas especialidades que advêm do avanço do conhecimento quando afirma que:

A constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceituação nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história (...). Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados (...). Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última. (Benveniste, 1989, p. 252)

Com o progresso das ciências e das técnicas e o acelerado desenvolvimento das tecnologias na primeira metade do século XX, acentuou-se a necessidade de denominar novos conceitos e, sobretudo, harmonizar as novas denominações realizadas nos trabalhos técnicos. O desenvolvimento da Terminologia, tanto na teoria, quanto na prática, ocorreu na cultura da sociedade rural dos dois primeiros terços do século XIX e da cultura industrial do final do século XIX e início do XX, passando para a cultura pós-industrial da segunda metade do século XX em que o papel das terminologias na representação, padronização e discriminação linguística do conhecimento começou a se fortalecer.

As mudanças políticas e socioeconômicas acabaram repercutindo no nível vocabular, pois a cada atividade, produto, lei, etc. surgiam termos

equivalentes, levando a uma ampliação do universo lexical e dos conjuntos terminológicos.

Três escolas estudaram a Terminologia, a *Escola Soviética* que teve como representante maior Dimitri S. Lotte¹²; a *Escola Tcheca ou Escola de Praga*, representada por Drodz, e a *Escola de Viena ou Austríaca*¹³ que teve como marco fundador a tese doutoral de Eugen Wüster (1899-1977). Esse trabalho marcou o surgimento dessa disciplina científica que, além de estudar as linguagens de especialidade, é também uma ciência social que, junto com a Antropologia, Sociologia, Geografia, Linguística e outras corrobora para a consolidação da sociedade pós-industrial.

3.2 TEORIA GERAL DA TERMINOLOGIA (TGT) – O NASCIMENTO

A terminologia moderna surgiu da necessidade de cientistas e técnicos em normalizar conceitual e denominativamente seus campos de estudo. Nesse contexto, o austríaco Eugen Wüster (1898-1977), formado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Berlim, perseguindo o ideal de univocidade da língua de especialidade, desenvolveu a chamada Teoria Geral da Terminologia (TGT) com a publicação, em 1931, de sua tese de doutorado intitulada *Internationale Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektrotechnik* (A normalização internacional da terminologia técnica, com ênfase especial na eletrotécnica), pela Universidade Técnica de Stuttgart, na Alemanha. Nesse trabalho, ele discutiu o tema da precisão conceitual na linguagem, explicitando os motivos para a sistematização dos métodos do trabalho, para tanto, constituiu princípios e diretrizes metodológicas para o tratamento dos dados terminológicos. Produziu, posteriormente, o dicionário *The Machine Tool* (1968), em que esboça as linhas gerais da TGT.

¹² Para RONDEAU (1984), D. S. Lotte (1889-1950) foi o pai da Terminologia.

Wüster construiu o pensamento teórico em torno do termo *terminologia*, definindo-o, conforme Lurquin (1979), como sistema de conceitos próprios a um domínio especializado e de suas denominações, ou seja, um conjunto de termos com suas significações; em que, em uma dada língua, se constitui como domínio especializado, ou, se quiser, lexicologia especializada desse domínio, a partir de uma visão sincrônica e sem preocupação com a morfologia e a sintaxe.

A divulgação da versão russa da tese de Wüster despertou interesse pela área nos domínios especializados e influenciou a criação do Comitê Técnico 37 *Terminologia* (TC37) da ISA (*International Standardization Association*) da Federação International das Associações Nacionais de Normalizadores, a precursora da atual ISO (*International Standardization Organization*) (CABRÉ, 1993 e 1996) que prevê o cumprimento das condições básicas da denominação, estabelecendo prioridades entre eles, além de objetivar a economia linguística, pois a exatidão da expressão relaciona-se à menor agilidade da palavra. Em torno dessa concepção clássica e de cunho normativo da terminologia, desenvolveu-se a Escola de Viena que compreendia o léxico especializado como representação de conhecimentos produzidos pela ciência, privilegiando, dessa forma, a língua universal, a univocidade comunicacional e a perspectiva cognitiva da linguagem.

A TGT iniciada por Wüster, a partir da década de 1950, deixou de ser vista apenas como instrumento de normalização dos termos para se transformar em um instrumento de comunicação, tornando-se objeto de interesse dos lingüistas. Wüster questionou a relativa autonomia da terminologia como disciplina e vinculou-a à linguística aplicada que, para ele *Ce point, précisément, est hautement caractéristique de La théorie générale de La terminologie: celle-ci est une branche de La linguistique appliquée* (LURQUIN, 1979, p. 65). O *Infoterm* - Instituto Austríaco de Normalização - e o Instituto Internacional de Investigação Terminológica,

¹³A Escola de Viena trabalhou com a perspectiva cognitiva da Terminologia, ao compreender o léxico especializado como representação de conhecimentos produzidos pela ciência.

constituído por terminólogos, linguistas e especialistas de documentação, investiram em um desenvolvimento teórico mais sistemático e coerente já realizado sobre os termos (CABRÉ, 1996).

Enquanto o trabalho dos linguistas tem como base o conteúdo das palavras e sua evolução espontânea, o trabalho do terminólogo se fundamenta nos conceitos - e sua representação por termos, símbolos, e outros signos linguísticos, ponto de partida para a denominação e procedimento de busca da terminologia - e na formação consciente da língua. Inicialmente, a terminologia foi concebida como disciplina autônoma, porém com interfaces com as ciências das coisas e com outras disciplinas como a Linguística, a Lógica, a Ontologia e a Ciência da Informação, imbricada com diversas áreas de saber como a informática, a Física, a Economia, etc., delineando, dessa forma, seu caráter multidisciplinar e se constituindo como área inter e transdisciplinar. Wüster¹⁴ estabelecia uma relação entre a Terminologia, os domínios da vida e sua utilidade, vinculando as características dos termos técnico-científicos à função de representação e de transmissão dos conhecimentos especializados em todos os campos do saber científico e tecnológico.

Wüster (1998) considerava a língua científica e técnica como a língua de uso oposta à língua literária e acreditava na formação consciente da língua. O termo/denominação é o símbolo linguístico correspondente ao conceito em um contexto técnico-científico. Esse pesquisador buscou eliminar a ambiguidade da linguagem técnica e transformá-la em um instrumento eficaz, para tanto propôs a normalização, método que se tornou imprescindível à tecnologia. De acordo com Felber (1996), essa foi a gênese da normalização da terminologia e da organização consciente da língua.

Uma das faces da terminologia estuda os princípios teóricos e metodológicos de coleta, classificação, criação normalização dos termos. O trabalho com as unidades significativas das linguagens de especialidade

envolve, entre outros objetivos, a produção e divulgação de glossários, vocabulários, dicionários e banco de dados que contêm a terminologia específica do domínio, ou seja, o conjunto de termos de uma área especializada.

As diferentes visões da língua são bem aparentes na sua representação em dicionários de Terminologia, elas envolvem a definição adequada do conceito e a entrada em ordem sistemática. Wüster (1998) apresenta, de um lado, *os sistemas de conceitos especiais* - em que constam os sistemas de conceitos lógicos, os sistemas partitivos e os sistemas de conceitos mistos – em que as relações lógicas, ontológicas ou a escolha de dois tipos de combinação.

Em oposição a esses, ele apresenta *os sistemas temáticos* que ocorrem em séries verticais ou horizontais e em combinações de temas, além dos *sistemas de signos de classificação/notações* que podem ser grupos de cifras, letras, grupos mistos de cifras e letras e, também, palavras ou grupos de palavras.

O trabalho de Wüster buscou a difusão de terminologias normalizadas, com o objetivo de contribuir para uma comunicação eficiente e rápida, o que acabou por configurar a TGT como uma terminologia representativa e prescritiva, visto que denominava e etiquetava informações. Sob tal enfoque, a terminologia expressa conceitos e não significados.

A concepção wüsteriana é fundamentada em um modelo positivista de ciência, em que os conceitos científicos são estáveis, pragmáticos e universais e, ainda, a língua científica é um lugar homogêneo e transparente que tem por função expressar verdades científicas. Assim, ocorre um controle mais eficiente das terminologias para que a comunicação seja, de fato, eficaz e inequívoca.

A contribuição de Wüster para a constituição dos princípios e desenvolvimento dos estudos teóricos e aplicados da área da Terminologia

¹⁴ ...A Terminologia vai além da Lingüística por reunir conhecimentos lingüísticos em todos os domínios da vida e torná-los úteis a todos os domínios da vida. (Wüster, apud Rondeau, G. Felberg,

é inegável. Cabré (1999) comenta que a TGT é coerente e sistemática, suficiente para os trabalhos terminológicos de orientação onomasiológica e de finalidade standardizada. Para a comunicação real, no entanto, essa teoria emprega alguns princípios que se mostram inconsistentes, visto que essa comunicação é apenas uma das formas da comunicação real, ou seja, ela não ampliou as possibilidades explicativas, tornando-se apenas orientações metodológicas para a produção terminográfica, alicerçada em uma visão idealizada e normalizadora do componente lexical temático das línguas.

Se considerarmos o contexto do surgimento da teoria wüsteriana, entenderemos que suas deficiências decorrem de uma proposta que nasceu da necessidade, de técnicos e de cientistas, de normalizar denominativa e conceitualmente suas disciplinas a fim de garantir a comunicação profissional e a transferência de conhecimento, em um momento em que se buscava uma língua universal que permitisse superar os obstáculos que a linguagem comum causava.

Com o surgimento de novas demandas informativas e comunicacionais, a partir dos anos 90, alguns especialistas em terminologia articularam uma revisão crítica dos fundamentos teóricos epistemológicos originais da TGT, alegando que a teoria de Wüster é restritiva e não possibilita a descrição, de forma satisfatória, do léxico especializado. Cabré (1998), nesse sentido, comenta que a teoria wüsteriana:

limita o objeto às unidades unívocas normalizadoras próprias dos âmbitos científico-técnicos, reduz a atividade terminológica à recolha de conceitos e termos para a normalização (fixação de noções e denominações normatizadas) dos termos, circunscreve os âmbitos especializados à ciência e à técnica e limita seus objetivos para assegurar a univocidade da comunicação profissional, fundamental no plano internacional. (CABRÉ, 1998, p. 2)

Essas proposições abalam a idéia de univocidade, ancorada nos pressupostos de exclusividade designativa, monossema terminológica e monorreferencialidade pregados pela escola de Viena. Soma-se a isso, o apagamento da pluralidade tipológica dos trabalhos que advém das diferentes necessidades terminológicas, a dinâmica constante dos domínios especializados e a diversidade da terminologia, determinada pelas características pragmáticas da comunicação, inerentes ao léxico das linguagens especializadas. As restrições elencadas evidenciaram um reducionismo diante do funcionamento da linguagem e contribuíram para que a TGT fosse criticada e vista como uma teoria insuficiente.

A TGT também não explora a dimensão social dos termos, pois os concebe, unicamente, como elementos denominativos (dimensão representacional) e limita seu uso à comunicação entre especialistas e profissionais (dimensão comunicativa). Em virtude disso, Rey (1979) argumenta que é na reflexão sobre o nome e a denominação, base da terminologia, que encontramos toda a reflexão sobre a linguagem e o sentido, ou seja, a produção terminológica não é compreendida apenas a partir do ponto de vista descritivo, mas vai além, extrapola o constructo ideal e homogêneo de uma comunicação, sem polissemia e ambiguidades conceituais restrita ao âmbito dos especialistas, e passa a ser compreendida como uma questão de linguagem.

3.3 UM NOVO PERCURSO: DA TGT À TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA (TCT)

A constituição multifacetada da TGT ocasionou movimentos diferentes em relação ao sistema denominativo das ciências e das técnicas. Isso favoreceu o surgimento de teorias e metodologias que questionavam a natureza constitutiva e a funcionalidade dos léxicos terminológicos, provocando uma reavaliação crítica dos fundamentos teóricos e epistemológicos da Terminologia que se baseavam em uma visão

idealizada, reducionista e normalizadora do componente lexical temático das línguas. Tal renovação não invalida a teoria wüsteriana, mas amplia seu alcance sem distinguir as situações de aplicação.

Para Cabré (1999), o precursor na discordância em relação aos postulados wüsterianos foi Rey em sua obra *La Terminologie: noms et notions* (1979), seguido por Sager(1990)¹⁵, Gaudin (1991 e 1995)¹⁶, Temermann (1997)¹⁷, e a própria Cabré (1992 e 1998)¹⁸, entre muitos outros.

A pesquisadora (1999) questiona a TGT quando afirma que, à luz das necessidades atuais, a teoria de Wüster não descreve satisfatoriamente os termos porque não dá conta de aspectos como: a multidisciplinariedade de aborgagens das UTs (denominativa, cognitiva e funcional); a poliedricidade de todas e de cada uma de suas unidades, sua dupla função na realidade do discurso especializado (representativa e comunicativa); a distinção entre seu valor descritivo e o prescritivo, de acordo com as situações comunicativas; a variação conceitual inerente a toda unidade de conhecimento, ligada à cultura geral e científica, determinante da visão de mundo; a dependência linguística das unidades terminológicas, realizadas nas línguas particulares e, por fim, a variação denominativa, característica ao discurso e à comunicação, em função dos aspectos pragmáticos.

Essas deficiências são decorrentes do caráter metodológico, da natureza prescritiva e normalizadora da TGT, que não tem preocupação com os modos de funcionamento dos léxicos terminológicos. Sua insuficiência, de acordo com Cabré *et al* (1998) ainda, deve-se a questões

¹⁵ SAGER, J. C. **A practical course in terminology processing**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1990.

¹⁶ GAUDIN, F.. Terminologie et travail scientifique: mouvement des signes, mouvement des connaissances. **Cahiers de linguistique sociale**, 18, 1991. (p. 111-132).; _____ Champs, clôtures et domaines: des langues de spécialité à la culture scientifique. **Meta** 40/2, 1995. (p. 229-237)

¹⁷ TEMMERMAN, Rita. Questioning the univocity ideal. The difference between sociocognitive Terminology and traditional Terminology. **Hermes. Journal of linguistics** 18, 1997. (p. 51-91)

¹⁸ CABRÉ, Maria T. Sobre La diversidad y La terminologia. In: **Actas Del III simposio iberoamericano de terminologia**. Barcelona: Servei de Llengua Catalana, Universitat de Barcelona; Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra; CINDOC, 1992. (p. 363-377); _____. Elementos para uma teoria de La terminologia: hacia um paradigma alternativo. **El lenguaraz. Revista académica del Colegio de Traductores Públicos de La ciudad de Buenos Aires**. 1/1, 1998. (p.59-78)

como o método de análise lógica da realidade – o logicismo - que é a forma científica de descrever o mundo. Isso se evidencia, por exemplo, na descrição dos tipos de relação entre os conceitos, que aparecem denominados por um modelo de organização do conhecimento do caráter hierárquico e binário. As relações que não se encaixam nesse modelo são apenas apontadas e não são suficientemente descritas. Embora Cabré (1999) destaque que os princípios da TGT eram suficientes para as finalidades a que se propunha, a teoria apresentava deficiências por não considerar a relação próxima entre terminologia e língua natural e, conseqüentemente, os aspectos envolvidos.

Outro ponto que favoreceu as críticas foi o fato de a análise do conhecimento especializado ser aplicado, da mesma forma, a contextos geográficos e a realidades socioeconômicas, culturais e linguísticas completamente distintas a partir do princípio do Universalismo em que o método de análise do conhecimento especializado tem pretensões universais e é explicitado, por exemplo, nas normas sobre princípios e métodos internacionais aprovadas pela ISO. Em virtude disso, muitos estudiosos entendem a normatização institucionalizada como uma espécie de ditadura do modo conceitual europeu para entender o conhecimento e as ciências.

Embora a TGT reconheça o fato de que os conceitos evoluem, seu modelo de representação do conhecimento tem caráter marcadamente estático, em uma perspectiva estritamente sincrônica, não propiciando, em sua análise da realidade, a integração de elementos que dêem conta da dinamicidade e evolução do conhecimento especializado, bem como de suas denominações. Soma-se a isso o fato de a aplicação da TGT, em âmbito original, estar ligado à técnica em geral, à mecânica e, em particular, à engenharia.

A TGT apresentou, portanto, redução na sua capacidade de descrição do modelo, com dificuldade para dar conta das distintas realidades. Tal reducionismo diz respeito ao enfoque do tratamento de muitos aspectos da terminologia, tanto na teoria como em sua aplicação, sem justificativa

empírica e ignorando os dados da realidade da comunicação especializada. Dentre outros aspectos que evidenciam o caráter reducionista dessa proposta, Cabré (1999) destaca o fato de os objetivos atribuídos à matéria se limitarem à busca pela univocidade da comunicação profissional, contrariando a complexidade interdisciplinar e negando a variação formal e conceitual como aspectos importantes para a investigação; o trabalho com a unidade terminológica globalmente, separando o conceito (supostamente, de uma língua universal) do significado (ligado às línguas particulares); a redução das unidades terminológicas (UTs) à condição denominativa, sem observar os elementos linguísticos constituintes e a estrutura morfológica interna do termo; a não atenção aos aspectos sintáticos, comunicativos e discursivos das UTs; o silêncio em relação à variação formal e conceitual das unidades especializadas, além da rigidez no trabalho com a UT não permitir a análise da poliedricidade do termo.

A terminologia proposta pela TGT, ainda, de acordo com Cabré (1998), parece refletir um idealismo, em que os conceitos são entes preexistentes às expressões, criados por consenso e que etiquetam/nomeiam, por meio dos termos, realidades com valor supralinguístico e supracultural. Dessa forma, os termos são considerados rótulos, com os quais denominamos os resultados das ciências e das técnicas e evitamos, assim, a polissemia e a ambiguidade do léxico comum. Essa posição idealizada pressupõe que o conhecimento científico preexiste a qualquer expressão e é independente das línguas e culturas.

A partir dessa concepção, entende-se o conhecimento científico e técnico como universalmente uniforme; a estruturação consensual de todos os âmbitos da especialidade e a estruturação de uma área de domínio como única para a totalidade de grupos e contextos; o conhecimento científico como neutro e destituído de traço social, cultural ou ideológico; consenso no uso dos termos normatizados, além de considerar as características mais importantes por todos os grupos e contextos e representar pelo termo normatizado (Cabré, 1999).

Para Krieger (2001c), a revisão a que os enfoques linguísticos submeteram a teoria e a aplicação terminológica normalizadora está situada na tensão de duas concepções antagônicas a respeito da constituição e da natureza das terminologias. A primeira nega a naturalidade dos termos ao sistema linguístico e, por isso, anula a dimensão comunicativa das terminologias, desconsiderando o fato de que os léxicos temáticos são importantes elementos constitutivos dos textos que veiculam conhecimentos especializados.

A recusa da naturalidade dos termos é fruto da crença de que há absoluto artificialismo nas terminologias, devido à forte presença de formantes gregos e latinos nas nomenclaturas das ciências taxionômicas como, por exemplo, na Zoologia, na Química, etc. Coseriu (1986) reforça essa posição quando afirma que as terminologias estão fora da língua como sistemas de significação, portanto não pertencem à linguagem, visto que seu emprego objetiva apenas classificação científica.

Em oposição a essa concepção, há a compreensão de que as terminologias são unidades lexicais, logo são componentes naturais do sistema linguístico. O desenvolvimento do pensamento estrutural, o alargamento do conceito de ciência e os estudos linguísticos, sociológicos, antropológicos, psicanalíticos, especialmente lacanianos, ampliaram os campos de saber e alcançaram estatuto científico. Com isso, as áreas humanas do conhecimento estabeleceram seus princípios epistemológicos e desenvolveram metodologias próprias. As terminologias diferenciaram-se daquelas de natureza taxionômica, anteriormente citadas, e muitas vezes se confundiram com o léxico comum das línguas. Tal movimento, afirma Krieger (2001c), fez com que os termos revelassem sua naturalidade aos sistemas linguísticos de várias formas, começando pela consonância aos padrões morfossintáticos das línguas que o veiculam, fossem eles originais ou produto de estruturas neológicas.

Muitos estudos, portanto, contribuíram para o redimensionamento das práticas terminológicas, envolvendo questões filosóficas, tradutológicas, sociolinguísticas, entre outras, pois apontaram deficiências

da TGT para explicar o funcionamento do léxico temático e colaboraram para o avanço dos estudos terminológicos clássicos, com atenção aos aspectos linguísticos e pragmáticos dos termos, ou seja, uma teoria terminológica que enfocasse os aspectos comunicativos da linguagem em detrimento de questões normalizadoras.

Tal constatação não nega, no entanto, a importância e contribuição da TGT para a consolidação desse campo do conhecimento e a constituição de uma identidade própria, independente da lexicografia e da lexicologia. Mas ajuda a compreender porque a TGT, concepção tradicional da terminologia com excessiva normalização da disciplina em nome da universalidade dos seus princípios, abre espaço à Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), uma teoria mais ampla e flexível, cujo instrumental teórico-metodológico procura explicitar, com mais clareza, os fenômenos que envolvem a comunicação especializada, descrevendo os termos, suas unidades mais representativas, sua complexidade, além de contemplar a variação linguística em toda a sua dimensão.

3.4 TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA (TCT): PARADIGMA TERMINOLÓGICO

Maria Teresa Cabré, e seu grupo de colaboradores, da Universidade de Pompeu Fabra, em Barcelona, estabeleceu os paradigmas terminológicos da TCT em sua obra de 1999, embora já discutisse diferentes possibilidades de abordagem para a Terminologia em sua obra de 1993, bem como em conferências, seminários e cursos ministrados pela autora.

A proposta estabelecida por Cabré (1999) e discutida em Cabré *et al.* (1998) está ancorada em pilares teóricos que fundamentam esse modelo e integra a função representacional à comunicativa. Atenta aos diferentes níveis de formalidade e de domínios especializados e estruturalmente

diversos, a proposta introduz as bases de uma teoria que integra a dimensão linguística das terminologias, aberta à multiplicidade de aplicações da disciplina:

la teoria que proponemos pretende dar cuenta de los términos como unidades singulares y a la vez similares a otras unidades de comunicación, dentro de un esquema global de representación de la realidad, admitiendo la variación conceptual y denominativa, y teniendo en cuenta la dimensión textual y discursiva de los términos (CABRÉ, 2000, p. 120).

Na TCT, a UT é uma unidade léxica, composta de forma ou denominação, seu conteúdo pode variar de acordo com a seleção de traços em situação pragmática comunicativa, portanto não pode ser reduzida a um conceito independente de sua forma, nem a uma denominação separada do conteúdo. É uma unidade descrita como denominativo-conceitual, dotada de capacidade referencial, que pode exercer funções distintas (referencial, expressiva, conativa, etc.) e possibilidade para ser termo ou palavra, de acordo com o contexto e a situação de uso. Essa potencialidade decorre da seleção de traços morfossintáticos, semânticos e pragmáticos específicos.

Isso é possível, porque o termo pertence ao sistema linguístico, conseqüentemente, as regras gerais que regem o funcionamento do léxico são as mesmas que o regulamentam. Desse modo, as possíveis diferenças entre termos e palavras se anulam, esclarece Cabré *et al* (1998), visto que não existe um conjunto de termos isolados constituindo uma língua periférica à língua geral, mas sim signos da língua natural que se realizam em determinadas situações como palavras e, em outras, como termos. A especialização ou não de um conceito é estabelecida por critérios temáticos ou pragmáticos, já que os conceitos não têm um modo de funcionamento distinto dos significados da língua geral e também podem apresentar graus de especialização.

Nessa perspectiva, a variação é entendida como fenômeno natural, inerente à linguagem, pois os conceitos também estão sujeitos às influências de fatores externos como os socioculturais e linguísticos de uma comunidade como, por exemplo, os dispositivos midiáticos por onde eles circulam e se difundem. Assim, a variação passa a ser considerada e deve estar adequadamente descrita na terminologia.

Baseada nesses aspectos, a TCT se estrutura nos seguintes parâmetros (CABRÉ, 1999):

- a) é um campo interdisciplinar, ancorado na *teoria do conhecimento*, responsável por explicar como se conceptualiza a realidade, os tipos de conceptualização que podem acontecer e a relação dos conceitos entre si e com suas possíveis denominações; a *teoria da comunicação* que descreve as situações em que a comunicação pode se dar; e a *teoria da linguagem* que trata das unidades terminológicas propriamente ditas.

Figura 4: Teorias em que se fundamenta a TCT

- b) os termos são unidades léxicas, singularmente ativadas por condições pragmáticas de adequação a um tipo de comunicação. A forma compartilha as características gerais da unidade; o conteúdo se singulariza pela seleção de traços adequados a cada tipo de situação, de acordo com o âmbito, o tema, a abordagem do tema,

o tipo de texto, o emissor, o destinatário e a situação de comunicação.

- c) os termos são unidades de forma e conteúdo, de tal modo que o conteúdo é simultâneo à forma. O conteúdo de um termo nunca é absoluto, mas relativo, de acordo com o âmbito e a situação de uso.
- d) os conceitos de um mesmo âmbito especializado mantêm entre si relações de diferente tipo. O conjunto dessas relações entre os conceitos constituem a estrutura conceitual de uma matéria.
- e) o valor do termo se estabelece a partir do lugar que ocupa na estruturação conceptual de uma matéria de acordo com os critérios estabelecidos no trabalho. Um conceito pode participar de mais de uma estrutura com o valor igual ou diferente. Os termos não pertencem a um âmbito, porém são usados em um âmbito com valor singularmente específico.
- f) o objetivo da terminologia teórica é descrever forma, semântica e funcionalmente as unidades que podem adquirir valor terminológico, dando conta de como se ativam e explicar suas relações com outros tipos de signos do sistema. A terminologia aplicada visa à recompilação das unidades de valor terminológico em um tema e situação determinada e estabelecer suas características de acordo com essa situação.
- g) a finalidade aplicada da recompilação e análise das unidades de valor terminológico usadas em um âmbito é bastante diversa e permite muitas aplicações. Em todas se ativa a dupla função dos termos – a representação do conhecimento especializado e sua transferência, ainda que em graus e modos distintos e em situações também diversas.

A TCT extrapola o texto e o conhecimento especializado e propõe o estudo sob a perspectiva social, cognitiva e linguística. Cabré evidencia esse posicionamento quando afirma que:

Tanto o conhecimento especializado, quanto os textos especializados, como as unidades terminológicas podem ocorrer em diferentes níveis de especialização e serem descritas em diferentes níveis de representação. Só assim, a terminologia do desejo passa a ser a terminologia da realidade. (CABRÉ, 1999, p. 126).

O aspecto social, portanto, vai envolver as características que um trabalho terminológico eficiente deve observar, ciente dos fins a que se propõe, para isso é preciso adequá-lo às necessidades comunicativas dos profissionais e dos usuários em geral.

A perspectiva cognitiva se refere ao conhecimento do domínio especializado que será objeto do trabalho, visto que sem o conhecimento das especificidades da área-objeto não é possível localizar/identificar e estruturar sua terminologia. Por fim, a perspectiva linguística diz respeito ao uso de um modelo que abranja a competência e a atuação.

Como disciplina linguística, a Terminologia, conforme Cabré (1999), busca descrever os códigos e os atos comunicativos especializados reais, explicar o funcionamento da terminologia dentro da linguagem natural, além de elaborar aplicações terminológicas diferentes que satisfazem necessidades comunicativas também diferentes.

Enfim, a TCT estabelece fundamentos mais amplos e flexíveis para a Terminologia, instrumentalizando e fortalecendo-a para o desenvolvimento de seu objetivo – estudar e descrever completa e adequadamente os objetos terminológicos, abrindo possibilidades para o tratamento de realidades distintas.

3.5. A APLICAÇÃO DA TCT

Embora a terminologia clássica postulada por Wüster, na TGT, seja sistemática, coerente e válida para dar respostas mais especificamente à

comunicação estandardizada, a terminologia praticada atualmente se distanciou desse modelo. A dinamicidade do falante e das situações sociais se reflete na linguagem, exigindo uma flexibilização da teoria e da prática terminológicas para a descrição da realidade e de como essas terminologias se apresentam, isto é, observando a diversidade inerente a qualquer registro de linguagem, incluso nas comunicações especializadas. Os modernos estudos de terminologia têm proporcionado, à luz de teorias e práticas terminológicas, idéias novas que complementam as já existentes e, em alguns momentos, se contrapõem a elas.

A TCT foi concebida a partir de uma teoria ampla da linguagem e integra, teórica e metodologicamente, a variação linguística, tanto nos aspectos formais como conceituais. Assume também que os termos estão associados a características gramaticais - em todos os níveis de representação - e pragmáticas, inclusive a variação por critérios dialetais e funcionais distintos como os geográficos, históricos, sociais, temáticos, de nível de formalidade, de grau de especialização, etc. Busca também dar conta dos termos como unidades, ao mesmo tempo, singulares e similares a outras unidades de comunicação, admitindo a variação conceitual e denominativa, levando em conta a dimensão textual e discursiva dos termos. Por tudo isso, a TCT favorece a flexibilização do termo, tanto da teoria quanto da prática terminológica, visto que é mais explícita na conceituação, auxiliando na identificação da unidade léxica.

Os princípios metodológicos da TCT podem ser resumidos nos seguintes pontos (Cabré, 1999):

- Adequação ao contexto. Observando os princípios mínimos que lhe servem de marco, o trabalho adotará uma estratégia em função de sua temática, objetivos, contextos, elementos implicados e recursos disponíveis.
- Caráter interdisciplinar que pode levar os especialistas de uma mesma ciência a definir os termos de forma diferenciada, devido à perspectiva de critérios ou de funções, evidenciando a poliedricidade do termo.

- A denominação dos conceitos pode variar no interior da mesma língua ou, ainda, refletir prioridades distintas em diferentes línguas ou grupo.
- As denominações podem coincidir total (denominação e conceito) ou parcialmente (apenas alguns aspectos do conceito) com unidades de outros campos. Dessa forma, os termos podem apresentar polissemia em um duplo sentido: a) uma unidade pode ser reutilizada com o mesmo significado em outro campo do conhecimento, conhecendo os mesmos traços conceituais; b) pode-se depreender de uma só unidade de base sentidos essencialmente coincidentes, mas parcialmente específicos em função do campo em que se aplicam.
- O termo é determinado por sua presença no âmbito de especialidade. Sua forma e conteúdo são sistemáticos tanto no que diz respeito à língua geral, como no interior de cada âmbito de especialidade.
- O método é, necessariamente, descritivo e consiste na recompilação de unidades reais usadas por especialistas de um campo em diferentes situações de comunicação.
- As unidades consideradas representativas do conhecimento especializado podem ser termos (nominais, verbais, adjetivais) ou unidades mais amplas. Podem ser fraseológicas, ou combinações mais abrangentes que constituem unidades oracionais próprias de uma área específica.
- A categoria básica dos termos é a nominal. As unidades adjetivas e verbais de caráter terminológico são assemelhadas com o termo nominal. Há também as locuções de valor terminológico, compostas de preposição e sintagma nominal.
- Os termos recebem uma só definição dentro de um vocabulário definido, são associados a conjuntos de traços/características de significado, alguns encapsulados em um módulo que deve funcionar em bloco, e outros autônomos, que são selecionados em

função do uso em um campo especializado preciso. São associados também a categorias gramaticais e pragmáticas. Podem ser polissêmicos no sentido de que uma denominação pode aparecer com um significado parcialmente distinto em outros âmbitos de especialidade.

- A terminologia é concebida como conjunto de unidades usadas efetivamente na comunicação especializada e pode se dar em diferentes níveis de especialização e propósitos, dessa forma o maior grau de especialização e o menor grau de variação denominativa.

Enfim, o trabalho com a TCT parte do princípio de que a realidade comporta variação em toda a sua dimensão, assume a dimensão discursiva e admite níveis de especialização, graus de opacidade semântica, índices de compreensão, etc.. Faz-se importante ressaltar que esse trabalho requer o assessoramento de especialistas da área-objeto, visto que o terminólogo, ao iniciar um projeto de pesquisa, não tem o devido domínio da área escolhida para o estudo e não pode, portanto, prescindir da ajuda desses especialistas.

3.6 O TERMO

A terminologia expressa a organização conceitual de uma especialidade, sua gênese está intimamente ligada ao termo e sua função de manifestar o conhecimento/conteúdos no campo das ciências, das técnicas e das tecnologias. Por isso, no universo terminológico, o termo é o elemento primeiro e está veiculado diretamente à transferência de conhecimento. Compreendê-lo, portanto, envolve entender o sentido maior da Terminologia.

É importante observar, no entanto, que as questões relativas ao termo estão diretamente relacionadas às diferentes posições epistemológicas e ao fato de ele ser uma entidade complexa, multifacetada que revela a especialização e caracteriza a linguagem de especialidade.

Dentre algumas possibilidades, o termo pode ser entendido como uma unidade lexical básica da linguagem de especialidade ou, ainda, palavras técnicas empregadas em um domínio de especialidade, conforme a ISO 1087 (2.2) o termo é “designação (5.3.1) de uma noção (conceito) (3.1) definido em uma língua de especialidade por uma expressão linguística”. É utilizado para referir-se aos conceitos relacionados à matéria de especialidade e, por isso, aparece em textos especializados, no discurso científico-técnico e em textos de caráter fundamentalmente objetivo. Seus usuários são profissionais que se ocupam da área correspondente.

Na Terminologia clássica, Wüster (1998) estabelece que uma unidade terminológica consiste em uma “palavra” a que se atribui um conceito como seu significado. Nessa perspectiva, os termos são considerados como unidades de conhecimento, restritos à parte significativa da unidade lexical, e têm sua face de unidade linguística esquecida, pois ele não é considerado em sua totalidade de signo linguístico. Isso acontece porque Wüster contrapõe posições epistemológicas diferenciadas entre terminólogos e lingüistas, entendendo o conceito como componente responsável pela atribuição do estatuto de termo a uma palavra da língua.

Para esse estudioso, os termos funcionam como etiquetas denominativas a serviço da ciência e da técnica, constituindo-se em fenômenos particulares de designação. A partir dessa concepção, constatamos que, para Wüster, o termo apresenta apenas sua parte significativa, não considerando sua totalidade de signo linguístico. De acordo com Krieger (2001a), essa discussão pode ser compreendida sob o ângulo das primeiras nomenclaturas científicas, articuladas basicamente a partir de componentes gregos e latinos.

Nessa linha, Alain Rey (1977) faz referência à distinção significativa entre as unidades lexicais relativas ao plano de conteúdos, responsável por formar a terminologia da área e esclarece as condições para que uma unidade da língua seja considerada termo quando afirma que:

No plano nocional, para que um nome tenha direito ao título de termo, é necessário que ele possa, enquanto elemento de um conjunto (“uma terminologia”) ser distinto de qualquer outro. (REY, 1977, p. 40).

Rondeau (1984) acrescenta que, além do aspecto sógnico, o termo apresenta, teoricamente, para cada noção dada apenas uma denominação:

Esta característica do termo se funda sobre um outro postulado da terminologia: o da relação de univocidade entre denominação (significante) e noção (significado, relação do tipo reflexiva). (RONDEAU, 1984, p. 19).

Analisando o termo, Gouadec (1990) afirma que essa unidade terminológica não se restringe apenas à expressão de objetos concretos, mas também a conceitos, abstrações, processos e a todos os mecanismos cognitivos de apreensão da realidade e de construção do saber técnico-científico:

(...) termo é uma unidade lingüística que designa um conceito, um objeto ou um processo. O termo é a unidade de designação de elementos do universo percebido ou concebido. Ele, raramente, confunde-se com a palavra ortográfica. (GOUADEC, 1990, p. 3).

Maciel (2001) contribui para a identificação das características do termo quando afirma que ele é tematicamente marcado e começa a existir quando se une definitivamente a conceitos determinados dentro de um conjunto conceitual estruturado em uma área de especialidade. A partir daí, a unidade lexical passa a ser unidade terminológica e se constitui uma terminologia.

Felber (1984) e Cabré (1993) classificam as características de um conceito em extrínsecas e intrínsecas. Estas são inerentes ao objeto e identificam-no como classe, enquanto aquelas dizem respeito aos elementos externos dos objetos e não se relacionam com a sua descrição enquanto classe. Barros (2004), no entanto, considera essa classificação imprecisa, pois compreende que todas as características que descrevem as propriedades de um objeto e, por consequência de um conceito, são intrínsecas. Nessa perspectiva, a função do objeto descrito, seu uso nos contextos, sua origem, entre outras propriedades, são inerentes ao conceito e ao objeto, logo, são características intrínsecas.

Cabré (1996) acrescenta ainda que, ao mesmo tempo que o termo é unidade de comunicação e expressão, permitindo a transferência de conhecimento da especialidade, seu conjunto representa o conhecimento de uma área, denomina seus conceitos e é uma maneira de conhecer e de denominar. Isso evidencia o fato de que o termo é criado pelo e para o especialista, favorecendo a monossêmia por meio da exclusividade denominativa, sendo considerado expressão ideal de monorreferencialidade.

Ainda que não restrita ao domínio científico, a comunicação especializada é marcada pela articulação do componente lexical que se constitui em um recurso fundamental para a precisão conceitual. Nessa perspectiva, a unidade lexical terminológica, além de constitutivo da produção de saber, é também um recurso linguístico que favorece a univocidade comunicacional.

Krieger (2001a) salienta que os termos são entidades complexas e, a despeito de suas particularidades, integram o funcionamento das línguas

naturais, soma-se a isso o fato de serem constituídos, na maioria das vezes, ao modo dos sintagmas, exigindo o estudo dos graus de coesão interna dos constituintes, entre outros. Eles circunscrevem conteúdos específicos e, por isso, contribuem para a precisão conceitual ao dirimir a polissemia e possíveis ambiguidades, características no léxico comum.

A terminologia concebe os termos em sentido internacional, privilegiando os modos de formação que caracterizam as línguas históricas entre si. Devido a isso, segundo Cabré (1999), são empregados critérios internacionais para a formação de termos e, por essa razão, a terminologia priorizou a formação dessas unidades terminológicas a partir de formadores/radicais grecolatinos e a frequência das estruturas sintagmáticas. Para Krieger (2001b), num determinado momento da história das ciências, essas denominações foram cunhadas de modo diferenciado e foram instituídas sob a forma de nomenclaturas científicas, valendo-se desses constituintes.

Na realidade, esse procedimento foi uma forma de criar uma linguagem diferenciada, com limites demarcados entre o componente lexical especializado e o empregado nas comunicações ordinárias, no intuito de evitar a polissemia e as ambiguidades do léxico comum. É dessa concepção que advém a equivocada idéia de que há uma fronteira bem definida entre léxico de especialidade e léxico comum e de que a terminologia é uma linguagem artificial, não pertencente à linguagem.

Todas essas características tornam o reconhecimento dos termos uma tarefa difícil. Permite, no entanto, depreender que o estatuto terminológico de uma unidade lexical especializada definiu-se por sua dimensão conceptual, característica fundamental e responsável por integrá-lo ao campo de especialidade específico.

As terminologias, esclarece Rey (1985), não são compartimentos estanques dentro da área de especialidade, usadas apenas por especialistas, visto que qualquer falante pode usar termos técnicos, mesmo quando não está empregando uma linguagem de especialidade. Isso é facilmente constatado quando analisamos o falar cotidiano e

encontramos termos específicos do Código Penal como *roubo*, *furto*, *agressão*, *estupro*, etc. Para discutirmos a problemática que envolve os limites dos termos, devemos considerar a amplitude do saber científico e técnico em que as terminologias estão inseridas. Tal estudo permite adentrar nos elementos constitutivos do objeto analisado, seja em sua configuração genérica, seja nas especificidades próprias das áreas especializadas.

Devido às novas áreas de conhecimento e sua difusão, à elevação de alguns campos de conhecimento ao estatuto de cientificidade e à circulação dessas informações em diversas esferas comunicacionais, verificamos que as fronteiras entre o léxico especializado e o comum estão, cada vez mais, tênues e diluídas, pois as novas terminologias, ao contrário das primeiras nomenclaturas, se aproximam mais do léxico comum. O inverso também acontece, pois algumas unidades da língua geral sofrem um processo de terminologização, ou seja, as palavras da língua comum passam pelo fenômeno de ressignificação e adquirem sentidos especializados que coexistem com os sentidos comuns da língua geral, integrando o repertório terminológico de determinado campo de saber científico ou técnico. Esse duplo movimento evidencia que embora a exclusividade do termo seja o ideal em terminologia, não é o real.

Barbosa (2004) comenta que o universo de discurso de uma mesma ciência é constituído de subconjuntos terminológicos de natureza e funções diversas, visto que alguns subconjuntos contêm unidades terminológicas criadas especificamente para determinada área, exclusivas e caracterizadoras dessa área, outros universos, no entanto, possuem unidades oriundas de outra área. Outros, ainda, contêm unidades da língua geral. Outros universos, por sua vez, possuem unidades com acepções parcialmente comuns às de outras áreas.

No estudo dos termos, sua naturalidade e uso, Cabré (1993) comenta que eles são elementos da linguagem em funcionamento, pois

(...) não formam parte de um sistema independente das palavras, mas que conformam com elas o léxico do falante, mas ao mesmo tempo, pelo fato de serem multidimensionais, podem ser analisados de outras perspectivas e compartilham com outros signos de sistemas não lingüísticos o espaço da comunicação especializada. (CABRÉ, 1993, p. 119).

Em conformidade com essa afirmação, Krieger (2001b) salienta que, no interior dos sistemas linguísticos, os termos podem revelar sua naturalidade de várias formas, assim como podem sofrer processos de sinonímia e comportarem variações das mais diferentes naturezas. À medida que se aprofundam os estudos sobre a natureza do termo, essa diversidade tende a se ampliar e evidenciar sua complexidade e dimensão multifacetada, explicitando a *poliedricidade do termo*¹⁹. Dessa forma, o termo se relaciona tanto com os aspectos conceituais, que expressam conhecimento e fundamentos dos saberes, quanto com os linguísticos que determinam sua naturalidade e integração aos sistemas linguísticos, favorecendo a transferência do conhecimento.

Maciel (1996) esclarece que as marcas de especialização do termo se constituem de vários fatores que vão desde a natureza cognitiva, linguística como a pragmática. A questão cognitiva diz respeito à pertinência temática que, revelada a partir da língua pelos traços semânticos, relacionam o termo ao universo conceitual da área focalizada. Os fatores de natureza pragmática se referem às características dos destinatários e destinadores da comunicação, seus propósitos e as circunstâncias da situação, caracterizando a pertinência pragmática. Assim, a comunicação acontece em um contexto em que aspectos de pertinência, como questões temáticas e pragmáticas, são de extrema importância, pois revelam a especificidade à primeira vista, além de explicitarem o estatuto dos actantes da comunicação, seus objetivos e as circunstâncias em que acontece a comunicação, o tipo e o canal da mensagem.

¹⁹ De acordo com a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) (Cabré, 1999).

3.7 A TERMINOLOGIA E A PESQUISA

O Direito é um fenômeno sociocultural, dependente, portanto, do uso da língua. Seu processo de conceitualização acontece no uso pleno da língua em situações reais, pois é a partir da língua que os conceitos jurídicos ganham forma, são transmitidos e configuram, dessa forma, uma terminologia própria. No processo de comunicação, de acordo com Sandrini (1996), essa terminologia é vetor de disposições e de normas legais que evidenciam a existência do Direito em um domínio ligado a uma língua determinada.

A utilização adequada da terminologia jurídica favorece a eficiência da comunicação do texto legal. Essa precisão conceitual é fundamental para as decisões judiciais quando da interpretação da lei. Ter acesso à terminologia jurídica e dominá-la é uma necessidade da comunicação social e constitui-se, hoje, em ferramenta de defesa dos direitos sociais e necessidade para o exercício pleno da cidadania.

Nesse sentido, Cabré (2005) comenta que a Terminologia é, atualmente, e será, também no futuro, uma necessidade, uma prática, um recurso para aplicação e, por fim, um campo do conhecimento. Atribuir um significante a um item lexical não demanda grande esforço, no entanto, é difícil especificar os limites do conceito ao qual ele se refere, pois os indivíduos podem interpretar os conceitos diversamente segundo sua conceptualização da realidade. Barbosa (1998 p.40) comenta que “uma unidade lexical não é termo ou vocábulo, em si mesma, mas, ao contrário, está em função *termo* ou em função *vocábulo*”, ou seja, o universo do discurso em que se insere determina seu estatuto em cada caso. A autora salienta, ainda, que é na instância discursiva que se produz a cognição e a semiose, a partir de um processo de instauração da conceptualização de um *fato*, engendra-se um conceito e sua manifestação linguística, pois é no discurso manifestado que se presentificam os traços conceptuais, em uma ação de codificação e é dele,

ainda, que se extraem, em um procedimento investigativo, esses mesmos traços (BARBOSA, 2001).

3.7.1 A tendência desta pesquisa

Nesta pesquisa, entendemos que a terminologia se ocupa de subconjuntos do léxico da língua que se reportam ao universo referencial. Entendemo-la como uma matéria autônoma, interdisciplinar, constituída por elementos procedentes da base da linguística, da ontologia e das especialidades. Uma ciência que possui bases teóricas delimitadas, objeto de estudo definido, o termo; vertentes teóricas que favorecem aplicações específicas.

Nesse sentido, concordamos com Cabré (1999) quando afirma que a vertente teórica da terminologia responde a um modelo determinado, coincidente, parcialmente, com o da linguística, por isso, empregaremos, como macro referencial teórico de Terminologia, os princípios da TCT (Cabré, 1999) na pragmática, entendendo o termo como unidade linguística, além de nos apoiarmos também em Barbosa, Beaugrande, Rondeau, Dubuc, Krieger e também nas ISOs que tratam do tema.

Em relação às linguagens de especialidade, adotaremos as linhas da TCT em que as diferentes linguagens de especialidade se dividem em um eixo vertical e outro horizontal. Aquele se situa na temática e classifica distintas linguagens de especialidade (LSPs) em blocos e por áreas, enquanto este caracteriza o estilo e o grau de abstração, unindo-se em um tipo de discurso unitário, ou seja, linguagem de especialidade (LSP) (CABRÉ, 1999). Nesta perspectiva, falaremos de diversidade quando tratarmos dos campos de conhecimento, e de unidade, no tratamento das características discursivas e de princípios teórico-metodológicos.

A pesquisa terminológica caracteriza-se pela seleção e análise das variações sofridas pelos termos nos processos de ressemantização e

retextualização do texto doutrinário em relação ao texto legal, ampliando-se para uma reflexão linguístico-discursivo-terminológica.

Para o tratamento dos dados, selecionamos bases específicas na matéria jurídica, no caso o CP – PE, reconfigurando-o e construindo um espaço próprio e diferenciado de outros campos científicos. Nesse sentido, o estudo tem como finalidade a representação e a transferência de informações em que, apoiados em Cabré (1999), são empregadas como peças operativas e constituem o objeto de trabalho da documentação, engenharia linguística e especialidades. A transferência está a serviço da comunicação direta entre os especialistas e da comunicação indireta para os intérpretes, tradutores, redatores, meios de comunicação, etc. e da normalização plena de uma língua ao descrever, semântica e funcionalmente, as unidades que podem adquirir valor terminológico, dando conta de como se ativam e explicar suas relações.

A normalização terminológica pode dar relativa univocidade de significado e de uso do termo científico em um dado domínio, embora, como já comentado anteriormente, as fronteiras entre a língua comum e a usada na área de especialidade sejam muito tênues, já que tanto uma como a outra se constituem basicamente dos mesmos elementos. Negar o fenômeno da variação denominativa nas terminologias e nas diferentes formas em que ela se reveste é cada vez mais difícil. Em face disso, nessa análise, estaremos atentos às diferentes possibilidades de significar os termos no contexto jurídico-penal, além de fenômenos como a polissemia e a sinonímia, considerados, por algum tempo, interferentes do discurso de especialidade.

3.8 A QUESTÃO DO RECONHECIMENTO DOS TERMOS

Na Terminologia Jurídica, os termos cruzam fronteiras, pois a produção do conhecimento/leis está diretamente ligada ao cotidiano da

sociedade. Encontramos muitas unidades lexicais especializadas do Direito que efetivamente circulam pela sociedade, enquanto outras permanecem mais restritas aos especialistas da área.

O reconhecimento dos termos de uma área de conhecimento não se limita à organização temática refletida pela área do domínio, pois o *corpus* é compreendido como texto que reflete toda complexidade do funcionamento da linguagem jurídica que possui traços reveladores de determinadas escolhas linguísticas em que os profissionais, quando se comunicam em situações concretas da atividade profissional, assumem um posicionamento linguístico técnico-profissional. Por isso, os elementos textuais e discursivos colaboram para a determinação das unidades terminológicas da área, assim como o componente pragmático.

Dessa forma, uma unidade lexical pode assumir o valor de termo, instituir-se como tal, devido aos princípios e propósitos da área jurídica e não apenas pela posição que ocupa no sistema cognitivo. Assim, os termos adquirem sentido de acordo com sua inserção no contexto discursivo jurídico, não se restringindo a sua dimensão significativa.

O Direito Penal é uma área complexa, multidisciplinar, com um universo conceitual abrangente e com aspectos que dificultam a identificação/caracterização de sua terminologia, por isso é importante concebê-lo não apenas como um domínio de conhecimento, mas também como um espaço com regras e formas particulares de constituir-se com o objetivo de cumprir sua função social, ou seja, como um universo de discurso. Em função disso, nesse universo, temos o acesso, a identificação, a construção e a aceitação de um conceito jurídico, ao mesmo tempo em que se instala sua transformação e revogação, visto que os conceitos, assim como os termos, podem sofrer transformações no tempo e no espaço (GAUDIN, 1996).

Nesse contexto, esta pesquisa apoia-se na TCT no que concerne à exploração da *Teoria das Portas* (Cabré, 2000) em que, metaforicamente, podemos ter acesso ao termo a partir de várias entradas: a da Teoria dos Signos (Semiótica), a da Teoria da Linguagem (Linguística), a da Teoria

do Conhecimento (Cognição) e a da Teoria da Comunicação (Sociologia). A Terminologia está inserida na Teoria da Linguagem, que faz parte da Teoria da Comunicação, que, por sua vez, inclui-se na Teoria dos Signos que é abarcada pela Teoria do Conhecimento. Esse movimento espiralado evidencia as muitas faces do termo e abre possibilidades para o estudo de aspectos gramatical, semântico, pragmático e textual.

O trabalho terminológico com a amostragem de termos do CP – PE envolve aspectos semânticos ao explorar o processo de ressemantização e retextualização e os aspectos textuais relativos ao discurso. Tais aspectos se relacionam entre si e envolvem também o pragmático, pois as definições baseiam-se no sistema temático e no estudo e aplicação desses termos no *corpus* de análise.

Para analisar o universo do Código Penal – Parte Especial, ainda, faz-se necessário considerar a natureza deôntica do Direito e as estruturas da terminologia jurídica. Devido a isso, um termo como *crime* integra a terminologia do Direito Penal, pois se considera a natureza da área, a realização linguística dentro de uma situação sociocultural dada e seus objetivos maiores. Será o uso e o suporte textual que conferirá valor terminológico à unidade lexical, pois é no processo comunicacional, catalizador das marcas de especialização, que atribuiremos valor terminológico, elevando a palavra da língua comum ao estatuto de termo.

Um número grande de palavras da competência comum do falante é utilizado para expressar conceitos do micro-universo jurídico do CP - PE, passando a integrar sua terminologia. Unidades lexicais, como *maus-tratos, incêndio, rixa, desobediência, difamação*, etc. não se singularizam nem pela sintaxe, morfologia e, muitas vezes, nem mesmo pelas características semânticas. Tais características complexificam ainda mais a seleção dos traços linguísticos identificadores das especificidades da terminologia jurídica. Beaugrande (1996) reforça nosso posicionamento quando afirma que essa dificuldade e insuficiência de resultados nas análises unilaterais justificam uma abordagem que englobe também o aspecto pragmático da comunicação nas situações especializadas.

Reconhecer todas essas possibilidades caracteriza-se como um recurso teórico-metodológico fundamental que norteará a identificação e seleção dos termos com maior precisão.

3.9 O DISCURSO JURÍDICO E SUAS VARIAÇÕES: AS QUESTÕES DE RESSEMANTIZAÇÃO E RETEXTUALIZAÇÃO

O universo jurídico e todas as atividades que o permeiam são mediatizadas pelo discurso. Entendê-lo, portanto, faz-se necessário para o desdobramento/análise desta pesquisa, pois para a atividade de retextualização e ressemantização de um texto, é essencial a compreensão do texto escrito, pois anterior a qualquer prática de transformação textual, deve ocorrer uma atividade cognitiva de compreensão, responsável por inúmeras questões relacionadas à coerência no processo de retextualização.

O termo discurso se reveste de ambiguidade e suas acepções são variadas. Bittar (2006) comenta alguns laços etimológicos desse termo e esclarece que essa ambiguidade se deve à distensão do termo em vertentes variadas que traduzem as idéias de *dianóia* (*discursus*) e de *logos* (*oratio*). O *discursus* é marcado pelo uso da racionalidade depurativa das idéias, contrariando, dessa forma, a noção de intuição (*noésis*). Por envolver o *cursus* de uma posição a outra, todo raciocínio encontra-se condicionado pelo percurso do discurso. Do outro lado, o discurso é interpretado como transporte do pensamento (*noûs*) das estruturas eidéticas para a esfera da comunicação, ou seja, *logos*. Nesta pesquisa, no entanto, tanto o termo *texto* quanto *discurso* se inscreverão como um lugar de convergência sígnica e de emergência de significado (GREIMAS, 1976a). Dessa forma, para estudarmos os processos de ressemantização e retextualização do texto jurídico, empregaremos texto jurídico e discurso jurídico como equivalentes.

O discurso jurídico é um subconjunto dentro de um conjunto e, embora possua uma terminologia própria que o distingue dos outros discursos, possui todas as características/elementos que permitem defini-lo como um discurso da língua natural.

Para Greimas (1976b), esse discurso se desenvolve sobre uma dupla isotopia de ordem linguística. A primeira é representada pelo discurso legislativo, marcado por enunciados performativos e normativos que instauram seres e coisas, instituindo as regras de comportamentos lícitos e ilícitos, enquanto a segunda aparece sob a forma de um discurso referencial que, embora não passe de uma elaboração ideológica, apresenta-se como o próprio mundo social, anterior à fala que o articula. Esses níveis discursivos se apresentam à realidade semântica e evidenciam as dependências de uma isotopia em relação à outra, suas interferências mútuas, marcando as especificidades do discurso jurídico.

Seu significado é permeado por elementos externos à natureza símica do discurso como, por exemplo, ideologia, traços culturais, de poder e de elementos de outros sistemas semióticos. Nesse sentido, Ferraz Jr. (1978b, p. 115) observa que o discurso é um procedimento no qual “certas pessoas em determinada situação pronunciam determinadas palavras produzindo determinado entendimento”, isto é, o momento e as circunstâncias em que o discurso foi produzido, assim como os fins para os quais foi produzido, condicionam sua interpretação.

Compreender essa noção de circunstancialidade envolve o entendimento do fenômeno histórico subjacente à existência do discurso, visto que ele sempre ocorre no tempo e na história, em um movimento dialético em que interagem as condições de produção, os valores e importes fáticos, reveladores de uma fenomênica discursiva que enfatiza o estar em discurso. Nesse sentido, Bittar (2006) comenta que a Semiótica Jurídica convive com a heterogeneidade do discurso jurídico, para desse convívio extrair possibilidades de análise da significação que não se detenham exclusivamente na superfície do texto manifestado.

Pottier (1992) mostra que o discurso representa uma tomada de posição do sujeito falante em relação aos elementos de sentido disponíveis quando afirma que:

Um discours est toujours la manifestation d'un je qui formule un propôs. D'ou la position fondamentale, et commune a toutes lês langues de grandes catégories de signifié come la dêixis moi, ici, maintenant la modalité pensée cutifree du je sur le propos, la hiérarchisation intetionelle présupposition, thème-rhème; mise em topicalisation, em focalisation; effets illocutoires et perlocutoires, etc.(POTTIER, 1992, p. 10).

Nessa perspectiva, todo produtor de um discurso participa de um sistema semiótico, caracterizado por Pais (1995) como um instrumento que permite, aos usuários de uma comunidade linguística e sócio-cultural, a análise e organização dos dados da experiência, integrando-os em um universo semiótico coerente. Isso é possível, porque na relação de significância do texto, os interlocutores – produtor e decodificador – pertencem à mesma comunidade semiótica. A partir de uma dialética interacional dos sujeitos por meio do texto, ocorrerá o entrelaçamento dos sentidos.

Dessa forma, partilham-se, direta ou indiretamente, identidades, valores, vocabulário, etc., além da interação com outros sistemas semióticos. Há infinitas possibilidades para a construção do discurso que envolvem escolhas, responsáveis pela ordem nas bases de um código que, além de reduzir a entropia²⁰ do sistema sígnico, favorece a comunicação, assim como as trocas discursivas e a organização para as combinatórias semióticas. O processo de retextualização, inserido nesse contexto, precisa considerar essas variantes.

De acordo com Marchuschi (2003), retextualizar é passar de uma ordem para outra. Isso pode se dar da fala para a escrita; da fala para a fala; da escrita para a fala e da escrita para a escrita. Ao estudar os processos de retextualização da fala para a escrita, esse autor enfatiza algumas variáveis relevantes ao processo que, guardando as devidas proporções, poderemos transpor para a retextualização feita pelos

²⁰ "L'informazione misura dunque di equiprobabilità, di distribuzione statistica uniforme Che esiste allá fonte; e questo valore statistico è quello Che i teorici dell'informazione, desumendolo dalla termodinâmica, chiamano *entropia*" (ECO, **La struttura assente**, 1989, p. 25)

profissionais da doutrina, ou seja, na passagem de um texto escrito para outro texto escrito, podemos elencar variáveis como:

- o propósito ou o objetivo da retextualização;
- a relação entre o produtor do texto original e o transformador;
- a relação tipológica entre o gênero textual original e o gênero da retextualização;
- os processos de formação típicos de cada modalidade.

No que diz respeito ao propósito, o trabalho com a retextualização visa à maior clareza, favorecendo a leitura e a compreensão dos possíveis sentidos. Isso se dá a partir da proposição de novas possibilidades de escrita e de sentido, em um movimento espiralado de arranjo e rearranjo, construção e desconstrução. O processo de retextualização produz um encadeamento de reformulações do texto legal, imbricadas linguisticamente, com tratamento da coesão textual que favorece e amplia o entendimento da lei.

A relação entre o produtor do texto original e o transformador pode interferir no processo de retextualização. No caso do texto legal, embora a relação entre o legislador e o doutrinador seja muito próxima, pois são estudiosos do Direito e, na maioria das vezes, profissionais experientes da área que partilham a mesma terminologia. Esses profissionais possuem valores, leituras, formações complementares, enfim um conhecimento de mundo e linguístico que pode interferir no processo de retextualização.

Em se tratando da relação entre os gêneros, a transformação do texto da lei, de construção coletiva, orientado por alguns princípios regradores pouco flexíveis, para um texto de caráter informativo-explicativo, que busca ser didático, produz mudanças estruturais e semânticas vinculadas a cada modalidade.

Um trabalho consciente de retextualização segue algumas estratégias e, por vezes, insere, elimina, substitui, reordena algumas formas linguísticas na busca por explicar, trazer à tona alguns sentidos que subjazem ao texto. Há operações, no entanto, que advêm do estilo, da

ordenação tópica, da argumentatividade e estão diretamente ligadas à reordenação cognitiva e às mudanças que atingem a forma e o conteúdo pelas transformações no discurso.

As realizações linguísticas podem ser correntes ou elaboradas, dependendo do uso, da situação comunicativa, do interlocutor, etc. O texto da lei é mais elaborado e formal, enquanto o texto doutrinário, retextualizado, é mais corrente, mais livre, marcado pela presença do autor, por exemplos, explicações, citações, etc.

Para Marcuschi (2003), quando analisamos as formas, situamo-nos no sistema da língua, enquanto que nos processos, estamos no discurso. O trabalho de retextualização explora os dois aspectos, embora, essencialmente, trate dos aspectos discursivos, pois o uso de uma sintaxe mais elaborada, uma terminologia específica, expressões latinas, é uma decisão que pertence à alçada do discurso e envolve aspectos estilísticos, pragmáticos, terminológicos, etc. Mapeando os fenômenos que devem ser analisados nos processos de retextualização, Marcuschi (2003, p. 69) apresenta a seguinte representação:

Figura 5. Aspectos envolvidos nos processos de retextualização.

A representação possui três subconjuntos diferenciados de operações em que os aspectos *A* e *B* se referem às operações e processos de natureza linguístico-textual-discursivos, analisando as evidências empíricas e interferindo no código e no discurso, visto que ambos são inseparáveis. A coluna *C* explora as operações de citação e trata as falas como conteúdos. Nas operações cognitivas, bloco *D*, temos um trabalho que se distribui pelas demais operações, envolvendo a compreensão/interpretação do texto. Essa é a operação fundamental à atividade de retextualização que se apóia na suposição da compreensão do texto de origem. No caso da retextualização do texto da lei para um texto informativo-explicativo, a dificuldade é maior ainda, pois se passa de um gênero a outro, o que envolve o modelo global de transmissão.

A retextualização é uma operação que envolve transformações, acréscimos, fusões, marcas de autoria. Marcuschi (2003) argumenta que a distinção entre operações linguístico-discursivas e cognitivas não é uma tarefa simples. Essa não é uma questão apenas metodológica e, dificilmente, poderemos realizar uma sem a outra, visto que a língua não é transparente, nem determinada, os sentidos são depositados no interior do código e vêm à tona na relação dos sujeitos com a língua, dos sujeitos entre si e na complexa articulação com as outras instâncias de produção e funcionamento da língua.

O trabalho de retextualização tem como base o texto legal que passa pela compreensão/interpretação. Olson (1997) enfatiza que uma teoria ou um conjunto de conceitos pode guiar a interpretação, tornando-a consciente, reflexiva, sujeitando-a à análise deliberada, a considerações racionais, em outras palavras, o autor esclarece que a interpretação pode ser uma característica universal de todos os que utilizam símbolos, enquanto que os conceitos da interpretação constituem artefatos culturais sujeitos à revisão, à mudança histórica e evolutiva.

Na atividade de retextualização, poderão ocorrer adaptações na escrita, subtrações, acréscimos na carga semântica, visando à clareza de seu teor, gerando/favorecendo a ressemantização do texto. Em virtude

disso, a compreensão é situada e possibilita o aparecimento de marcas de autoria, pois fatores como conhecimento de mundo, conhecimento linguístico e interacional, estilo, etc., interferirão no processo de leitura/compreensão do texto base, e são semanticamente carregadas.

As operações realizadas no trabalho de retextualização darão origem ao texto final que poderá apresentar marcas metalinguísticas, citações, remissivas, exemplificações, contextos históricos e reordenação sintática, como estratégia de reformulação objetivando explicitude, introdução de argumentação, tratamento estilístico e novas opções terminológicas. Marcuschi (2003) observa que as construções sintáticas têm valor semântico, portanto as escolhas sintáticas equivalem a escolhas semânticas, visto que, por exemplo, um enunciado na voz passiva ou na voz ativa apresenta características diferentes ou, ainda, o sujeito na posição de tópico ou em outra posição não tem a mesma carga semântica. Tal operação poderia ser representada no seguinte diagrama:

Figura 6 - Fluxo de ações

Logo, a interpretação do CP – PE precisa considerar não apenas o texto legal, mas todo o ordenamento jurídico em que ele está inserido, atenta a pressões de sentido, suas necessidades aplicativas, lacunas, falhas estruturais, etc.. Essas operações exigem do estudioso/doutrinador

o domínio da escrita, familiaridade com o tema e com sua terminologia, estratégias de organização lógica do raciocínio, fortemente influenciado pelo processo cognitivo, pois vai além da mera substituição, visto que se vai de um gênero a outro, o que pode gerar algumas consequências, por isso é fundamental atentar para a superestrutura dos gêneros, tanto o do texto base quanto o do texto final.

Nesse sentido, Eco (1991) afirma que a condição de um signo não é apenas a de substituição, mas também de uma possível interpretação. Tal posição reforça a existência da interpretação onde houver signos e situa as questões que envolvem a hermenêutica no âmbito da teoria semiótica, relacionando-a à noção de signo. A relação comunicativa, dessa forma, emerge do texto e tem nele um mediador.

Greimas (1976b) pondera que o discurso científico comporta uma dimensão comunicativa e um fazer comunicativo importante na sua elaboração. A problemática que o envolve relaciona-se à comunicabilidade universal de seu saber. Assim, o discurso jurídico tem como cerne a comunicabilidade. O autor acrescenta que qualificar um subconjunto de discurso como jurídico implica a organização específica das unidades que o constituem, como também uma conotação particular subentendida a esse tipo de discurso ou, ainda, as duas coisas ao mesmo tempo. Por se tratar de um discurso, há a manifestação sintagmática, linear da linguagem e, por outro lado, a forma de sua organização que é levada em consideração e compreende as unidades frásicas²¹ e as transfásicas²².

No interior de um texto, portanto, manifestam-se ideologias, interesses, significações, etc. que se referem a contextos culturais próprios, a sujeitos que se endereçam, a situações específicas e a universos de discurso determinados, enfim o texto está em constante dialética com seu meio. Isso acontece porque o discurso está sujeito à manipulação, aos efeitos de sentido, a ambiguidades, a polissemias, a homonímias, etc.

²¹ Lexemas, sintagmas, enunciados.

²² Parágrafos, capítulos, enfim, discursos-ocorrência.

Todo discurso, portanto, possui infinitas possibilidades no que diz respeito à sua produção/textualização que evoca um universo de significações. As possibilidades de uso, interpretações, recorrências estão de acordo com determinadas práticas sociais que possibilitam a tecitura dos sentidos. Quando tomamos o texto legal do CP – PE como objeto de estudo/análise, não podemos reduzi-lo à literalidade, nem permitir que fique isolado da trama de imbricações que parte da percepção (mais profundo) ao texto (mais superficial), pois sua significação jurídica se produz, guardada sua especificidade, no momento de textualização, em uma esquemática semiótica (GREIMAS, 1986).

De acordo com a semiótica, a interpretação se relaciona à cognição e é identificada como parte integrante do processo de formação do discurso. O texto jurídico, como lugar de interpretação jurídica, possui uma complexidade sýnica. A interpretação se dá a partir do uso do texto, visto que, ao texto produzido, se opõe um uso qualquer em que interagem atores textuais. Eco (1991) discute essas questões quando afirma que um texto não é só um aparato comunicativo, mas também um questionador dos sistemas de significações preexistentes a ele, frequentemente se renova e, às vezes, destrói-os. Enfim, o texto detém uma complexidade sýnica caracterizada pelo conjunto de aspectos semânticos, pragmáticos, sintáticos e estéticos.

A interpretação de um texto passa, inicialmente, por uma análise superficial, em que o texto é aquilo que parece significar, uma primeira impressão. Um trabalho mais demorado pode identificar possibilidades de sentido de acordo com a constituição da expressividade. Embora seja o mesmo texto, a cada leitura, mudança de perspectiva, novo uso, ou seja, circunstancialidade, emergirão as malhas do texto e ele se fará diferente. Isso se deve à potencialidade interpretativa e ao manejo do texto pelo intérprete.

Ferraz Jr. (2003) comenta que o ato interpretativo está relacionado a uma mecânica intersubjetiva de seletividades que envolve a seleção de possibilidades comunicativas da complexidade discursiva, isto é, uma

busca consciente do intérprete pelo sentido. Tal busca ancora-se em contexto, situações, finalidade, forma, interlocutores, etc. A interação desses elementos e outras injunções acontecem no interior do texto, o desprezo a esses elementos remeterá a uma redução da leitura interpretativa.

Por tudo isso, a investigação interpretativa não privilegia a univocidade, mas a plurivocidade, ou seja, as diversas possibilidades de significação do texto. No texto jurídico, o legislador procura estabelecer parâmetros e limites para a interpretação, pautado na relatividade interpretativa, sob aspectos temporal e espacial. Enfim, a interpretação sustenta as principais práticas de sentido jurídicas e participa da construção da juridicidade.

A comunicação é um ato, uma escolha. Em um universo significativo, selecionam-se algumas significações em detrimento de outras, pois a comunicação pressupõe, embora que limitada, certa liberdade. Greimas (1976a) argumenta que essa limitação diz respeito ao enunciado como ato acabado de comunicação, bastando-se a si próprio e inscrito em uma rede apriorística de limitações. A liberdade se dá dentro das categorias morfo-semânticas e se referem a um conjunto de escolhas sêmicas que vai constituir, finalmente, a investidura semântica explícita do enunciado.

Sob a perspectiva pragmática do texto como parte integrante da linguística pode-se chegar à proposição mais completa expressável pelo texto em que o intérprete modula o sentido, servindo como fonte referencial. Bittar (2006) comenta que o texto legal interage com a alteridade, coloca-se a serviço do público, sustenta decisões, publica-se e impõem-se às partes, por isso recebe influxos subjetivo-individuais, ideológicos, sócio-culturais, visto que toda prática do conhecimento se faz a partir da interação contínua com a intersubjetividade, diante dos fluxos e refluxos da dialética dos valores sociais. Nesse sentido, Maximiliano (1990) adverte que não se deve exagerar na influência do fator coletivo, social, sobre a legislação, pois há de fato um predomínio, mas não de forma exclusiva.

O texto jurídico, portanto, sofre uma potencialização de sua significação a partir da interpretação. Em sua constituição interna há uma rede de pressupostos semióticos e sociossemióticos que devem ser analisados, pois favorecem a dinâmica do sentido. Maximiliano (1990) argumenta que a norma encerra em si um infinito conteúdo de cultura, conseqüentemente, o intérprete precisa atentar aos termos codificados da textualidade, além dos fenômenos culturais engendrados nas relações e interações sócio-culturais.

A prática interpretativa semantiza e ressemantiza o sentido do texto jurídico, em interação constante com a criação do sentido textual, isso se deve ao uso pragmático do texto por seus usuários. A aplicação, no caso desta pesquisa, relaciona-se aos doutrinadores, estudiosos da lei, responsáveis por sucessivas buscas pelo sentido, combinação, exemplificação, desnudamento e valoração dos conceitos jurídicos. Eles são responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração, cristalização e aceitação de sentido, pois, ao seu modo, criticam, propõem novas possibilidades de escrita e de sentido.

A questão em debate é a busca pelo sentido e a possibilidade de variantes significativas. Maximiliano (1990) avalia que a palavra não revela todo o conteúdo da lei, possibilitando sempre conceitos e dúvidas, pois sob um invólucro verbal podem se esconder várias idéias, valores mais amplos e profundos do que a mera apreciação literal. Em virtude disso, a questão que se coloca em análise não é a clareza do texto legal, mas as possibilidades de desconstrução das mensagens verbais a partir da utilização de signos linguísticos, estruturados e relacionados por aspectos terminológicos, semióticos, semânticos e pragmáticos.

Matêncio (2002) argumenta que a retextualização envolve a produção de um novo texto a partir de um ou mais texto-base no qual o sujeito explora estratégias linguísticas, textuais e discursivas identificadas no texto-base para, a partir daí, projetá-las tendo em vista uma nova situação de interação, portanto um novo enquadre e um novo quadro de referência. Na concepção da autora, a retextualização envolve as relações

entre gêneros e textos – o fenômeno da intertextualidade – e as relações entre discursos – a interdiscursividade.

Nesse sentido, as práticas de retextualização implementadas pelos doutrinadores passam por sucessivas reformulações do texto legal, com níveis linguísticos e estilos variados. Isso acontece porque, quando parafraseamos, repetimos ou reescrevemos um fato\um texto, mesmo nas supostas citações *ipsis verbis*, estamos recriando, reformulando, enfim, alterando o texto de alguém.

Embora a norma positivada seja, ainda, pretensamente invariável, cada ativação do dispositivo legal por meio da interpretação suscita novas possibilidades de sentido. Ainda que o texto normativo\Código Penal esteja em vigor há várias décadas, sua carga semântica, tendo em vista as ondulações axiológicas, questões sócio-político-sociais, culturais, avanços tecnológicos, as tendências jurídicas, as correntes doutrinárias, etc., podem variar. Tal proposição não significa atribuir ao texto infinitos sentidos, mas que um texto plasmado, ao longo dos anos, incorporou algumas cadeias de sentido.

Nessa perspectiva, Bittar (2006) comenta que existe, na aparente estrutura estática de um texto normativo, uma verdadeira fábrica de sentido em funcionamento, tudo depende da atuação de seus manipuladores. O ordenamento jurídico em que o texto está inserido, assim como suas pressões de sentido, suas necessidades aplicativas, seus defeitos estruturais, suas lacunas, interferirão no sentido desse texto.

O trabalho de retextualização parte da compreensão do texto legal e implica a compreensão, adaptação e mudanças na linguagem, com interferências tanto na forma e substância da expressão como na forma e substância do conteúdo, percorrendo, semanticamente, de um mínimo a um máximo na busca pelo equivalente. É um exercício de compreensão que favorece o desenvolvimento do domínio dos modelos globais de gêneros textuais.

Para Greimas (1976a), estudos semânticos voltados à linguagem científica envolvem a união, pela relação de pressuposição recíproca, de

duas metalinguagens – uma linguagem descritiva ou translativa, em que as significações contidas na linguagem-objeto poderão ser formuladas, e uma linguagem metodológica, que defina os conceitos descritivos e verifique sua coesão interna.

Partindo do pressuposto de que o texto traz em seu bojo uma proposta de sentido ou, ainda, inúmeros sentidos, muitas vezes imprevisíveis, salientamos que a não compreensão do texto base não inviabiliza a retextualização, contudo acarreta problemas de ordem semântica, podendo levar ao falseamento²³ e a imprecisões.

O texto falado, ao passar para o texto escrito, passa por uma redução linguística, diminuindo em volume e tamanho. No entanto, o texto escrito, ao ser retextualizado, pode ficar do mesmo tamanho ou, até mesmo, aumentar. É o que acontece com o texto da lei ao ser transposto para o texto doutrinário, devido às inserções, adaptações, citações, explicações, etc.

Embora os dois textos sejam produzidos na linguagem padrão, o doutrinário procura ser mais didático. Essa diferença se deve à própria natureza/função dos textos estudados. Os aspectos levantados podem ser estendidos a outros tipos de retextualização.

O processo de ressemantização é favorecido pelo caráter progressivo de que se reveste os elementos sógnicos que constituem a arquitetura do texto jurídico e pela sua pretensa literalidade, sujeitando-o a mudanças de acordo com os pressupostos axiológicos de uma cultura, de acordo com o tempo e o espaço.

²³ Trata-se de uma espécie de “acréscimo”, não de um fenômeno linguístico, mas da “falsidade” dos enunciados (...) revelam uma má compreensão do texto (MARCUSCHI, 2003, p. 102)

4 METODOLOGIA E ESTABELECIMENTO DO *CORPUS*

Buscamos discutir questões relativas à Terminologia e à interpretação do texto jurídico, assim como estabelecer alguns pressupostos e, sobretudo, alguns princípios teóricos. As discussões aprofundaram o contexto terminológico, investigando e elaborando o sistema conceitual do código Penal – Parte Especial, embasado por princípios teóricos, característicos dos terminólogos.

A pesquisa terminológica empreendida nesta pesquisa é temática e tem como objetivo analisar o conjunto terminológico que constitui o texto do Código Penal – Parte Especial e os processos de ressemantização e retextualização desse texto, a fim de verificar se há variação na carga semântica dos termos que constituem a área ao serem interpretados e de como essa variação interfere na compreensão.

Para tanto, foi estabelecida uma amostragem do conjunto de termos – noções e denominações – relativa ao CP – PE para análise e comparação dessas unidades terminológicas, entendidas aqui como representantes de um conceito inserido em um sistema temático específico, portadoras de forma e conteúdo, com o objetivo de verificar o grau de variação que esses termos sofrem no contexto do discurso doutrinário. Os *corpora* são constituídos por textos de uso social, reais.

4.1 REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO TERMINOLÓGICO SOB ORIENTAÇÃO DA TCT

Cabré (1999) esclarece que a análise terminológica orientada pela TCT, já em sua fase de elaboração, delimita o tema e caracteriza o trabalho na busca pela competência cognitiva na especialidade. A

construção do sistema conceitual possibilita a visualização e aprofundamento no campo de conhecimento.

Operacionalmente, um conceito pode reaparecer em estruturas distintas com valores diferenciados. A definição do trabalho que vai se realizar delinea variáveis temáticas e pragmáticas como, por exemplo, tema, perspectiva de abordagem, tipo de trabalho, destinatários, objetivos do trabalho e finalidade dos objetivos. Nesta aplicação, o tema é compreendido como o campo especializado, a perspectiva trata da teoria, aplicação ou ponto de vista.

Para a TCT, a seleção do *corpus* de informação deve ser mais ou menos homogênea quanto ao tratamento do tema, nível de especialização, tipos de texto e uso de normalização. A seleção dos termos, preparação e organização do trabalho devem ser coerentes com a perspectiva adotada. A coleta de termos no *corpus*, observando as variáveis definidas e as informações a ele associadas é o próximo passo. As UTs podem ser estritas ou amplas. Quanto mais heterogêneo for o *corpus* em relação ao nível de especialidade e à perspectiva de tratamento do tema, mais frequente será a variação.

Cabré (1999) propõe as competências cognitiva, linguística e sociofuncional como pré-requisitos básicos para o trabalho terminológico. A primeira diz respeito ao conhecimento do tema escolhido, a linguística corresponde ao conhecimento da língua pesquisada e a última refere-se à adequação das características do trabalho terminológico ao auditório e aos objetivos traçados. Nessa concepção, o termo funciona como unidade de comunicação e expressão, permitindo a transferência de conhecimento da especialidade, seu conjunto representa o conhecimento de área jurídica do CP - PE, denominando seus conceitos.

Observando tal proposição, definimos que os objetivos são a delimitação de uma amostragem dos termos que constituem a Parte Especial do CP para a análise comparativa do processo de ressemantização e retextualização realizado por doutrinadores exponenciais do Direito Penal brasileiro para verificar até que ponto a

unidade terminológica, além de constitutivo da produção de saber, é também um recurso linguístico que favorece a univocidade comunicacional.

A apresentação do trabalho tem como critério dominante, portanto, a verificação da variação das UTs, no que diz respeito à carga semântica e aos atos comunicativos especializados reais, buscando explicar o uso, variação e funcionamento da terminologia jurídica para satisfazer as necessidades comunicativas no processo de ressemantização e retextualização.

Em relação aos aspectos sociais, cognitivos e linguísticos que permeiam a conceituação dos termos desse tema e das líquidas fronteiras com outras linguagens, interessa-nos observar como a coincidência com outras áreas, as marcas históricas, culturais, políticas e sociais do grupo que criou ou, ainda, reutilizou a denominação estudada interferem no processo interpretativo.

4.2 OS TIPOS DE *CORPORA* UTILIZADOS NA PESQUISA

Entendemos que o conjunto de textos, escrito ou oral, relativo ao domínio estudado e utilizado em um trabalho terminológico (BOUTIN-QUESNEL, 1996) caracteriza o *corpus* de trabalho. Esta pesquisa, apoia-se nos seguintes documentos²⁴: documentos base e *corpus* de análise. Conta também com a colaboração de especialistas da área do Direito Penal.

4.2.1 Documentos Base

Esses documentos subsidiam, de forma teórica e metodológica, a área de Terminologia, Linguística e Semiótica e constituem-se de obras de

²⁴ Documento de análise propriamente dito, conforme recomendação da ISO R/919:1969, documento propriamente terminológico. (Cabr, 1993, p. 227)

autores como Barbosa (2004, 1998, 1996, 1990), Beaugrande (1996), Cabré (2008, 2000, 1999, 1998, 1996, 1994, 1993), Castillo (1995), Dubuc (1992, 1978), Eco (2001, 1997, 1995, 1991), Greimas (1990, 1976), Krieger (2001), Rey (1977, 1979), Rondeau (1984), Marchuschi (2003), ISOs específicas. Foram pesquisados também autores que discutiram especificamente a linguagem jurídica como Bittar (2003), Engisch (1996) e Sandrini (1996).

Houve, também, o estudo de obras relativas ao Direito com o objetivo de contextualizar, histórica e socialmente, a área. Dentre esses autores podemos citar Bitencourt (2003), Bunge (1976), Capitant (1976), Diniz (2002), Durkheim (1902), Friede (1997), Gilissen (2003), Jesus (1992, 2000), Maximiliano (2002), Prado (2006), Silva (1943), Silva (1996). Na sequência, foram realizados estudos em obras de Direito Penal como Bonfim (1998), Brandão (2002), Bruno (1984), Ferraz Jr. (1980), Ferreira (1952), Fragoso (1994), Hungria (1958), Jesus (1992), Mirabete (1990, 1991), Amêndola Neto (1997), Noronha (1991), Nunes (2001), Oliveira (1994), Welzel (1993), Zaffaroni *et al* (2003), Zaffaroni e Pierangelli (1997). Esses estudos foram fundamentais para a ampliação e aprofundamento do conhecimento da área em estudo.

A confecção das fichas exigiu a coleta de contextos em dicionários de Direito como Naufel (1986), Iêdo Batista Neves (1991), Maria Helena Diniz (1998), Plácido e Silva (2007), e na matéria penal constante nas *Revistas dos Tribunais* de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, e nos manuais comentados de Bitencourt (2004) e Mirabete (1991). Essas leituras serviram como fonte de extração de contextos e de informações complementares para a elaboração das fichas terminológico-discursivas e para a análise comparativa do processo de ressemantização e de retextualização dos textos doutrinários de Jesus (2001) e Delmanto *et al* (2007).

Busca-se, com isso, garantir o critério de confiabilidade e adequabilidade dos contextos. Aubert (1996) comenta que esse critério é assegurado por fontes de consulta que contenham os termos empregados

pelos usuários da linguagem de especialidade, inseridos em contextos que permitam ao terminólogo depreender traços conceituais caracterizadores da relação conceito/designação e distintivos dos demais conceitos e suas designações dentro da área de especialidade.

Esses textos expressam o discurso jurídico em situação de comunicação entre seus pares, pois remete ao discurso de um profissional experiente dirigido a um profissional/estudante da área visando à atualização/aquisição de conhecimentos ou, ainda, textos que relatam /discutem interpretações/situações ocorridas na área.

4.2.2 *Corpus* de Análise

O *corpus* de análise é constituído pelos termos. Para a coleta, em nossa pesquisa, utilizamos o *Código Penal – Parte Especial* que se configura como texto central e justifica o recorte do objeto de estudo. Nosso trabalho também se apoia nos textos que comentam o Código e, de certa forma, decodificam, ampliam, descrevem, explicam, esclarecem o que o texto legal buscou dizer. Embora essas escritas também empreguem terminologias características da área em estudo que, muitas vezes, não constam no texto legal, optamos apenas pela extração de termos constantes no código. A análise do processo de ressemantização e retextualização está diretamente relacionada ao trabalho de análise terminológica.

Buscamos também diminuir o risco de selecionar unidades terminológicas que não pertençam ou não sejam relevantes ao conjunto de termos da *Parte Especial*. Para a análise comparativa dos aspectos de retextualização e ressemantização do texto legal ampliamos esse *corpus* e utilizamos os manuais comentados de Jesus (2001) e Delmanto *et al* (2007).

O conjunto de termos da pesquisa terminológico-discursiva é levantado a partir de diferentes critérios que se caracterizam por uma face qualitativa e outra quantitativa. Em virtude de o Código Penal ser um texto relativamente pequeno, os critérios qualitativos serão formados por paradigmas inter-relacionados que, juntamente com o critério quantitativo configurarão os parâmetros que subsidiarão a seleção dos termos. Dentre esses critérios, serão observados o grau de especialidade e o de informatividade para a inclusão ou não da unidade, a relação intertermos, identificando o núcleo semântico e pragmático, pois o estudo do contexto vai possibilitar identificar quais unidades são utilizadas conjuntamente e com quais acepções. Por fim, o critério mais relevante é o estatuto terminológico que localiza e determina quais unidades são empregadas como termos dentro da área.

Esse trabalho parte da consulta de dicionários de língua para verificação se a acepção é a mesma da língua comum. Faz-se importante observar que a relação entre todos os critérios será determinante para a identificação do termo.

4.3 ETAPAS DA PESQUISA

Como pesquisa temática e monolíngue, percorremos as seguintes etapas:

- escolha da área, recorte da subárea e da língua de trabalho;
- opção teórico-metodológica que sustenta a pesquisa;
- seleção dos *corpora* de trabalho;
- estabelecimento da estrutura conceptual do tema dentro da área do CP – PE a partir da identificação dos conceitos e suas relações;
- recolha das UTs no CP – PE;

- construção das fichas terminológico-discursivas e submissão aos especialistas;
- análise comparativa dos processos de ressemantização e retextualização do CP – PE realizados Delmanto *et al* (2007) e Jesus (2001);
- análise das fichas Terminológico-discursivas;
- apresentação dos resultados em forma de análise terminológico-discursiva.

Esta pesquisa, enfim, está delimitada em relação à língua usada, à área de especialidade e às obras que compuseram os *corpora* e que foram utilizadas como fontes de recolha, parâmetro, análise e sistematização das unidades terminológicas e da textualidade jurídica.

4.4 LEVANTAMENTO DOS TERMOS

O texto do CP - PE possui natureza deontica e um ordenamento jurídico permeado pela complexidade de funcionamento da linguagem. Para compreendê-lo, faz-se necessário explorar seus modos de produção de significado e os propósitos comunicativos dos universos discursivos. A análise dessas características, além de constituir-se em um recurso teórico-metodológico para o trabalho terminológico, traz à tona a importância da análise da dimensão comunicativa no processo de seleção dos candidatos a termo.

O levantamento de termos do CP – PE é um trabalho delicado, pois, como já comentado anteriormente, as fronteiras entre a LC e a LSP são muito movediças, visto que essas duas linguagens se constituem basicamente dos mesmos elementos. Essa fluidez, tanto no que diz respeito à forma, quanto ao significado, faz com que o contexto seja o elemento divisor de águas. A identificação dos termos exige também um

trabalho sistemático de investigação ancorado em princípios teóricos da terminologia e da terminografia, orientação linguística e conhecimento da área temática. Para tanto, na identificação dos candidatos a termos do Código Penal, apoiamo-nos nos princípios teórico-metodológicos propostos e adotados por Guilbert (1973), Rondeau (1984), Auger e Rousseau (1987), Dubuc (1992), Cabré (1993, 1994, 1999), Krieger (2001b) e Maciel (2001).

4.4.1 Aspectos Semânticos, Semióticos e Discursivos e as Relações de Significação entre as Unidades Terminológicas

Maciel (2001) comenta que o plano semiótico, o semântico e o discursivo se entrelaçam de forma sistematizada para proporcionar o ato da fala²⁵ pretendido pelo legislador. No plano semiótico, a organização corresponde ao ordenamento e à disposição sistemática da mensagem do emissor, seja na forma gráfica, seja na discursiva. O primeiro aspecto relaciona-se à estrutura formal convencionada para o gênero textual em estudo, enquanto o segundo se refere à função pragmática que o texto pretende realizar. Isso é importante, porque o texto da lei não transmite apenas uma mensagem, vai além, pois realiza um ato jurídico. Greimas (1976b) corrobora essa posição ao afirmar que o enunciado inicial do texto legislativo “O Presidente da República promulga”, no Código Penal brasileiro, o “Presidente da República (...) decreta”, não indica apenas um querer coletivo delegado, vai além, pois essa expressão instaura, à maneira do *fiat* divino, o conjunto dos enunciados jurídicos que só existirão devido a esse ato performador original.

No plano semântico, o texto legal do CP – PE organiza-se a partir dos onze títulos que se caracterizam como conceitos básicos da área: <crimes

contra a pessoa>, <crimes contra o patrimônio>, <crimes contra a propriedade imaterial>, <crimes contra a organização do trabalho>, <crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos>, <crimes contra os costumes>, <crimes contra a família>, <crimes contra a incolumidade pública>, <crimes contra a paz pública>, <crimes contra a fé pública> e <crimes contra a administração pública>.

Esses conceitos funcionam como elementos geradores do Sistema conceitual, estabelecendo redes de ligações e jogando luz sobre as possíveis UTs que constituem o texto em estudo. No processo de seleção dos candidatos a termos, o trabalho com a dimensão comunicativa explicitou a possibilidade de expandirmos a identificação do repertório terminológico do CP – PE para além do Sistema conceitual, pois consideramos também as especificidades constitutivas da área que incidem sobre os termos, além das significações que o contexto evidenciam.

Nessa rede semântica, as UTs expressam diferentes relações, como se observa a seguir:

- **Hiperonímia > hiponímia**

<difamação>/<desacato> <injúria>

- **Antonímia**

<consentimento> X <dissentimento>

<sujeito passivo> X <sujeito ativo>

<conduta omissiva> X <conduta comissiva>

- **meronímia**

- *Usurpação > alteração de limites, esbulho processório, alteração de marcas em animais, suspensão de marcas em animais, introdução de*

²⁵ Entendido na acepção proposta por Austin (1978) como texto cuja emissão escrita de acordo com as condições e circunstâncias preestabelecidas, coincide com a realização de seu próprio discurso.

animais em propriedade alheia, abandono de animais em propriedade alheia, apropriação indébita.

- **Sinonímia**

<roubo qualificado pelo resultado morte> = <latrocínio>

<delação> = <denúnciação>

<extorsão> = <extorsão comum>

<divulgação de informação sigilosa> = <divulgação de informações reservadas da administração pública> art. 153 -§ 1

O CP-PE apresenta o art. 134. *<Exposição de recém nascido>* *<abandono de recém-nascido>* com a conjunção alternativa *ou*, indicando tratar-se de uma relação sinonímica. Nessa linha de interpretação, Delmanto *et al* (2007) afirma que os termos têm significação igual (largar, deixar sem assistência). Jesus (2001, p.447), no entanto, não emprega o termo em sentido sinônimo, comentando que “*expor*” *significa remover a vítima para local diverso daquele em que lhe é prestada assistência e “abandonar” quer dizer omitir à vítima a assistência devida*. Essa diferença na interpretação evidencia como o trabalho de desconstrução\reconstrução textual\semântica pode variar para leitores distintos com conhecimento linguístico e de mundo diferente.

No que diz respeito às questões relacionadas à sinonímia, a TCT compreende que estão ligadas diretamente ao nível de especialização e aos traços pragmáticos do discurso. Nessa perspectiva, a variação depende, funcionalmente, do tema, do emissor e do destinatário, do grau de formalidade, da situação, do tipo de discurso, entre outras variáveis, ou seja, a TCT reconhece a variação discursiva e a gramatical relacionadas, especialmente, aos indivíduos e à situação.

O plano discursivo do texto jurídico é marcado por escolhas\características específicas relacionadas à área jurídica, em que os especialistas sentem-se, muitas vezes, obrigados a se expressarem de

determinada maneira. Nesse jogo de saber-poder, o contexto exige o emprego e o domínio terminológico da área, assim como o emprego de mecanismos de persuasão que evidenciam a produção e sustentação de ideologias. Há, nesse universo de discurso, a presença constante de verbos performativos que proíbem, emprego de orações subordinadas adverbiais condicionais e da conjunção condicional *se* para indicar a possibilidade, assim como o predomínio da classe lexical de base nominal²⁶.

Guilbert (1973) fundamenta o trabalho de levantamento dos termos ao comentar que são os traços distintivos, que separam o termo do não termo, que conferem o estatuto terminológico a uma unidade lexical em uma área. Tais traços advêm da especialidade da área e devem ser explorados a partir da relação com a realidade descrita e, também, da realidade daquele que a descreve. Em virtude disso, torna-se fundamental o estabelecimento de critérios objetivos de reconhecimento dos termos para um estudo terminológico.

Nesse sentido, a análise da área e o nível da consultoria dos especialistas, o estudo dos enunciados no plano semiótico, semântico e discursivo do *corpus* de análise, as condições de comunicação são fatores que devem ser considerados para o trabalho de levantamento dos termos.

4.4.2 Critérios para a Seleção dos Termos

A análise empreendida nesta pesquisa considera todo o texto do CP – PE para a seleção das UTs que representam os conceitos no mapa conceitual da área. Dubuc (1992) estabelece alguns critérios que podem ajudar na seleção de termos para uma pesquisa terminológica, tais como: o grau de lexicalização, em que a ausência do artigo indica lexicalização avançada, função de caracterização fornecida pelo determinante, co-

²⁶ Substantivos.

ocorrências no domínio de estudo, elementos tipográficos como negrito, itálico, aspas, sublinhados.

Auger e Rousseau (1978) comentam que o estabelecimento de critérios linguísticos e extralinguísticos favorece a tarefa de seleção e delimitação de termos. O critério linguístico é caracterizado pela denominação. As categorias lexicais constituem-se de substantivos, adjetivos, verbos e respectivos sintagmas. Em relação à forma, esses autores salientam também que as unidades podem ser *simples* ou *complexas*.

Nesse sentido, a Norma Internacional ISO 1087 (1990) define o termo composto com apenas um radical, com ou sem afixos, de *termo simples* como, por exemplo, <*homicídio*> e <*distanásia*> e *complexos* aqueles constituídos por dois ou mais radicais, podendo ainda acrescentar outros elementos como, por exemplo, <*homicídio doloso*>, <*homicídio doloso simples*>, <*homicídio doloso qualificado*>.

A TCT (Cabré, 1993) amplia essa classificação quando separa as unidades léxicas em:

- *simples* – constituída por um só morfema, ex: *rixa*, *roubo*.
- *complexas* – constituídas por mais de um morfema, que se dividem ainda em derivadas (formadas pelo acréscimo de afixos à base léxica) e compostas (formadas por combinações de bases léxicas, com possibilidade de acréscimo de afixos), ex: *charlatanismo*, *prevaricação*, *cárcere privado*.
- *aparentemente simples, mas de origem complexa* como, por exemplo, siglas, acrônimos, abreviaturas e formas abreviadas.
- *Sintagmas terminológicos* - a frequência de determinadas combinações de estruturas sintáticas cristaliza esse sintagma, ex: *corrupção passiva*, *falsificação ideológica*.

Nesta pesquisa, acolheremos a definição da ISO 1087 quanto à formação das UTs e chamaremos o termo composto por um único radical, com ou sem afixos, de termo *simples* e os termos constituídos de dois ou

mais radicais de *complexos*. Consideramos também, em conformidade com Barros (2004), as unidades lexicais compostas por aglutinação e pela justaposição de dois ou mais radicais sem hífen de termo *simples*.

Os termos complexos constituídos de uma base em oposição distintiva entre as UTs e que tem como lexema-base um hiperônimo apresentaram grande produtividade no discurso do CP – PE, isso pode ser observado em:

- <lesão>
- <lesão corporal>
- <lesão corporal dolosa>
- <lesão corporal culposa>
- <lesão corporal gravíssima>
- <lesão corporal privilegiada>
- <lesão corporal seguida de morte>
- <lesão corporal de natureza grave>
- <lesão (corporal) dolosa seguida de morte>
- <lesão corporal dolosa leve qualificada>

Esses termos *complexos* caracterizam-se como produções neonímicas e têm como base o termo <lesão>, estendido, posteriormente, para cinco unidades lexemáticas.

O grau de lexicalização desses termos pode ir da sintaxe ao léxico, em que uma sequência de unidades lexicais transforma-se em uma única unidade léxico-semântica e pode ser identificado, de acordo com Barros (2004), por algumas características:

- não-autonomia de um constituinte em relação aos outros que compõem a unidade léxico-semântica sem que haja modificação de sentido como, por exemplo, no termo <alteração de limites> em que os constituintes do termo possuem uma dependência semântica;
- impossibilidade de substituição de um componente sem acarretar mudança de sentido como, por exemplo, a substituição da unidade

léxica *relâmpago* em <*sequestro relâmpago*> dará origem a um outro termo;

- não-separabilidade dos componente como em <*delito-fim*> em que, separadas, as unidades léxicas possuem significações diferentes ;
- particularidade da estrutura interna como, por exemplo, ausência de determinação significa integração dos elementos constitutivos, ex: moeda falsa;
- existência de definição especializada para o termo analisado como, por exemplo, o termo <*latrocínio*> que consta nos dicionários especializados da área;
- comutação sinonímica que se caracteriza pela substituição do determinante. Se a comutação provocar mudança de sentido na essência da base do termo, significa que a ligação entre o determinado e o determinante é muito próxima e que a sequência é um termo complexo como, por exemplo, nos pares <*homicídio doloso*>, <*homicídio culposo*>;
- substituição do termo complexo por um termo simples como em <*latrocínio*>, <*roubo qualificado pelo resultado morte*> em que temos uma equivalência semântica;
- maneabilidade, ou seja, a facilidade de uso do termo em textos especializados, ex: <*desacato*>, <*concussão*>;
- imprevisibilidade semântica, isto é, o interpretante conhece o sentido de cada palavra do termo separadamente, sem, entretanto, conhecer o sentido particular do termo complexo, ex: <*exposição ou abandono de recém-nascido*>, <*violação de sigilo funcional*>;
- frequência de coocorrências, ou seja, reencontrar sempre a mesma associação de palavras no domínio estudado, ex: <*extorsão mediante sequestro*>, <*sequestro e cárcere privado*>, <*sequestro-relâmpago*>.

Todos esses critérios colaboram para a identificação do grau de lexicalização dos termos *complexos*. Todos, no entanto, possuem limitações. O ideal é que, para um trabalho mais seguro de seleção de termos, sejam aplicados vários critérios, evitando, dessa forma, possíveis equívocos.

Ainda na delimitação das unidades complexas, reconhecer e empregar adequadamente as fraseologias são fundamentais à interpretação e produção de textos tanto do ponto de vista linguístico, quanto do especializado. Devido, talvez, a amplitude desse tema, os estudos teóricos revelam que há muitos aspectos a serem explorados, principalmente no que diz respeito aos paradigmas propostos pela TCT.

Ao definir fraseologia, Pavel (2003) associa aspectos sintáticos e semânticos quando afirma que se trata de uma combinatória sintagmática de unidades terminológicas relevantes de uma estrutura conceitual coerente. Nessa perspectiva, as Unidades Fraseológicas (UFs) são elementos que ocorrem, de forma recorrente, com certos termos.

Bevilacqua (2002, p. 107) define as UFs como:

Unidades sintagmáticas de significação especializada que incluem um elemento eventivo (verbal ou procedente de verbo) e, no mínimo, uma unidade terminológica. Além disso, possuem certo grau de fixação, determinado mais pela relação semântica estabelecida entre os elementos que as compõem que pelas relações sintáticas, e uma frequência relevante em um determinado âmbito ou nos textos especializados em que são utilizadas.

Nessa perspectiva, as UFs são unidades sintagmáticas que incluem um termo entre seus elementos e possuem certo grau de fixação e frequência relevante em um conjunto de textos ou em um âmbito especializado. No texto legal, por exemplo, *instaurar um inquérito*, *cometer um delito*, etc; ou ainda, as unidades mais próximas a fórmulas

ou frases próprias de determinados discursos como *esta lei entra em vigor na data de sua publicação* encontrada no texto legal.

A TCT (Cabr, 1998 e 1999) amplia as unidades que podem ser consideradas objeto de estudo da terminologia, dessa forma, n apenas as UTs so consideradas unidades transmissoras de conhecimento especializado, mas outras unidades lingusticas tambm podem exercer essa funo. As UFs so includas nesse contexto e seu estudo pela TCT permite a explorao de aspectos lingusticos, comunicativos e cognitivos, pois parte do texto na busca do carter discursivo dessas unidades.

Bevilacqua (2001) chama a ateno para os aspectos pragmticos da UFs quando afirma que o carter de unidade transmissora de conhecimento especializado est condicionado pela variabilidade das situaes comunicativas que caracterizam determinados discursos especializados. Esses aspectos se relacionam tambm ao grau de fixao dessas unidades e ao uso nos textos especializados.

Tal posicionamento encontra dissidentes entre autores como Bjoint e Thoiron (1992) e Picht (1990) que argumentam que a fraseologia especializada se constitui em uma disciplina independente da terminologia. Nosso posicionamento, no entanto, centra-se no fato de as unidades fraseolgicas serem formadas por, no mnimo, uma UT e por coocorrentes. Esse conjunto de combinaes estveis baseado em relaes sintticas e semnticas, normalmente mais extensas que as UTs e apresenta, com bastante frequncia, verbo²⁷.

Uma anlise da terminologia do CP – PE no poderia deixar de considerar as UFs, embora no nos aprofundemos no assunto. Para identificarmos alguns exemplos, tomamos como base: a) critrios lingusticos, utilizando a conformao multivocabular, as relaes semnticas existentes entre os elementos que constituem as UFs, a

²⁷ Bevilacqua (1999) comenta que as unidades cujo ncleo sinttico um verbo so consideradas unidades fraseolgicas especializadas e se situam no extremo de maior graduao fraseolgica. As unidades formadas por um ncleo sinttico nominal e um participo adjetivo, no entanto, estariam em uma posio intermediria, enquanto que as unidades formadas por um ncleo sinttico deverbais tendem a estar no extremo de menor graduao fraseolgica e, portanto, mais prximos aos termos.

estrutura morfosintática e a capacidade de comutabilidade das diversas classes de coocorrentes; b) critério conceitual, localizando a UF no sistema temático; c) critério pragmático-discursivo, fundamentado na proposta teórica-metodológica de Gouadec (1994), que argumenta que as UFs se definem no universo do discurso em que ocorrem, portanto, faz-se necessário estudá-lo.

A análise das UFs permite compreender o termo em toda sua dimensão semântico-sintática, além de jogar luz sobre a rede de relações desses termos e seus coocorrentes, ampliando o trabalho de ressemantização e retextualização dos textos especializados. Se tomarmos como exemplo *<Se o crime é cometido>*, identificamos como coocorrentes:

<em concurso>;

<mediante concurso de mais de duas pessoas>;

<por mais de duas pessoas>;

<por duas ou mais pessoas>.

Encontramos, ainda, UFs muito frequentes como:

<Compete a>

<O não cumprimento de(...).sujeita(...)a>.

<Para os efeitos de>

<De acordo com>

<Na mesma pena incorre>

<Se resulta morte>.

<Se do fato resulta>

O critério extralinguístico é marcado pela pertinência da UT ao tema, ao sistema conceitual e à listagem das categorias de noções. Todos esses aspectos serviram de parâmetro para seleção e colaboraram nesse trabalho.

Cabré (1994) aponta, como ponto nevrálgico para a distinção entre a LG e a LSP, o conceito de especialidade que, para a autora, recobre dois conceitos de especialização: o primeiro relacionado à especialização temática e marcada por um ramo/área particular de conhecimento/atividade; o outro diz respeito à especialização pragmática, mais propriamente ao conjunto de características do processo de comunicação. Esses conceitos são aplicados conjuntamente na caracterização de uma língua de especialidade, visto que não são excludentes entre si. Nesta perspectiva, Maciel (2001) comenta que sejam os termos unidades sígnicas ou lexicais, eles estão vinculados à área temática pelo significado ou pela funcionalidade, ou seja, essa vinculação pode se dar tanto pela pertinência temática, quanto pela pragmática.

A pertinência temática é evidenciada pelos traços distintivos que caracterizam as particularidades/especificidades do domínio. Esses traços costumam ser constantes e possuem forte carga semântica ligada à área.

Sager (1990) salienta a importância do papel do especialista nesse processo quando afirma que os sistemas conceptuais são entidades fluidas que sofrem contínuas interferências, principalmente na pesquisa e no desenvolvimento científico e tecnológico. Nesta pesquisa, consideraremos pertinência temática como a capacidade do termo pertencer a uma terminologia *stricto sensu* e por dominar um conceito correlato ao campo cognitivo de domínio do CP- PE. Nessa concepção, por exemplo, *latrocínio*, *peculato*, *infanticídio*, entre muitos outros, são termos cuja pertinência temática junto ao CP-PE é indiscutível, visto que percorrem conceitos marcados pelos traços característicos da área.

Já a pertinência pragmática diz respeito às informações suplementares que favorecem a compreensão do termo no domínio estudado, tais como o nível de especialidade de cada denominação, conotações associadas ao termo, frequência de uso, etc. De acordo com Maciel (2001), independe da área de especialização e manifesta-se na função informativa em que termos, cuja definição se faz necessária tendo

em vista o contexto de comunicação, dinamizam a comunicação daquela área especializada.

A pertinência pragmática caracteriza-se pelo equacionamento da informação nova, presente na definição do termo do campo especializado e a informação dada, que corresponde a conceitos alheios ao CP-PE. É, portanto, a soma de muitos aspectos que se entrelaçam, pois envolve a qualidade, quantidade, relevância, a forma da mensagem transmitida, atentando ainda para o objetivo proposto, os interlocutores, as circunstâncias em que se efetua a comunicação, entre outros.

Cabré (1999) define como um dos princípios fundamentais da TCT o fato de os conceitos estabelecerem entre si, em um mesmo âmbito de comunicação especializado, relações de diferentes tipos. O conjunto dessas relações forma a estrutura conceptual de uma área. Assim, o valor do termo se estabelece pelo lugar que ocupa na estruturação conceptual da área, de acordo com os critérios estabelecidos no trabalho. Isso é possível porque a idéia central da metodologia da TCT é a adequação, em que a UT é concebida como uma unidade conceptual e denominativa poliédrica, de tal forma que o conceito é percebido segundo uma perspectiva determinada.

Cabré (1999) acrescenta, ainda, que as denominações podem coincidir totalmente (denominação e conceito) ou parcialmente (apenas alguns aspectos do conceito) com UT de outras áreas. Dessa forma, os termos podem apresentar polissemia em um duplo sentido:

- uma unidade pode ser reutilizada com o mesmo significado em uma outra área do conhecimento, conservando os mesmos traços conceituais;
- de uma unidade base pode-se depreender sentidos essencialmente coincidentes, mas parcialmente específicos em função da área em que se aplicam.

A variação denominativa aceita pela TCT se explica pela necessidade de adequar a expressão às características discursivas de cada tipo de situação comunicativa, ou seja, adequar à área, ao tema, à perspectiva de abordagem do tema, ao tipo de texto, ao emissor, destinatário e situação. Em consonância com a TCT, adotaremos nesta etapa da pesquisa o critério da adequação no processo de seleção de termos para análise.

Em relação à estrutura morfossintática e léxico-semântica, foram coletados termos com um único lexema e com uma sequência lexemática.

A coleta das unidades terminológicas foi realizada a partir da leitura do Código Penal – Parte Especial. Os contextos, que subsidiaram o preenchimento das fichas terminológico-discursivas, foram retirados da Revista dos Tribunais (RT) dos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, dos manuais de Direito Penal de Bitencourt (2004) e Mirabete (1991), dos dicionários de Direito de Naufel (1986), Maria Helena Diniz (1998), Iêdo Batista Neves (1991), Plácido e Silva (2007), para a validação dos termos selecionados.

4.5 A DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE TERMOS QUE COMPÕE A AMOSTRAGEM TERMINOLÓGICA PARA ANÁLISE

A Parte Especial do Código Penal possui 11 (onze) Títulos que percorrem do art. 121 ao 361, no entanto o art. 359 se desdobra da letra A até a H, somando 08 (oito) artigos. Desde sua promulgação em 1940, houve também a criação do art. 231 – A (2005), art. 319 – A (2007) e dos art. 337 – A, 337 – B, 337 – C e 337 – D (2002) que, somando aos criados inicialmente, perfazem um total de 254 (duzentos e cinquenta e quatro) artigos. No entanto, 17 (dezesesseis) artigos foram revogados (art. 185, art. 187 a 196, art. 217, art. 219 a 222, art. 240, art. 279, art. 281) e, segundo os doutrinadores em estudo, podemos incluir nesse grupo o

art. 335 que foi revogado tacitamente. Temos, portanto, para estudo e coleta de termos 236 (duzentos e trinta e seis) artigos.

Nesta pesquisa, objetivamos o levantamento de uma amostragem de termos do universo do discurso do CP - PE para verificar, até que ponto, a unidade lexical terminológica, além de constitutivo da produção de saber, incorpora aspectos semânticos e pragmáticos, considerando o contexto linguístico, as similaridades e diferenças na interpretação do texto de especialidade dessa área.

Nesse sentido, entendemos que para constituirmos uma amostragem significativa, não poderíamos nos fixar em alguns Títulos apenas, mas percorrer toda a Parte Especial. Considerando como relação importante nesse trabalho o número de termos específicos em cada Título, fizemos um levantamento em 4 (quatro) dos 11 (onze) Títulos que compõem nosso objeto de estudo, que correspondem, aproximadamente, a uma amostragem de 36% do total da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, visando levantar qual seria o número de termos para que essa amostragem fosse realmente reveladora e permitisse desvelar as características da terminologia dessa área.

Os títulos usados para esse levantamento foram:

- TÍTULO I: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA
- TÍTULO II: DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO
- TÍTULO III: DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL
- TÍTULO IV: DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Com o intuito de comparar algumas características, e também analisar a composição desses Títulos, mostramos no Quadro 1 alguns dados que nos ajudam a dimensioná-los:

Número de:	Título I	Título II	Título III	Título IV
Páginas	13	12	6	3
Parágrafos	240	184	79	36
Linhas	356	306	145	60
Palavras	3.121	2.775	1.333	567

Quadro 1: Constituição dos Títulos do CP-PE.

No Quadro 2, apresentamos a estrutura organizacional desses Títulos, inclusive o número de artigos que os compõe:

Número de:	Título I	Título II	Título III	Título IV
Capítulos	6	8	4	-
Seções	4	-	-	-
Artigos	33	29	13	11

Quadro 2: Estrutura e número de artigos dos Títulos do CP -PE.

Levantamos também, nos demais Títulos, o número de artigos e palavras:

	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
Palavras	221	1.384	1.113	2.421	101	1.872	3.247
Artigos	5	22	15	35	3	23	50

Quadro 3: Número de palavras e de artigos dos Títulos do CP -PE.

Podemos observar que:

1. O Título que apresenta o maior número de artigos, o Título I, foi selecionado para o levantamento do número de termos.
2. A média do número de artigos dos demais Títulos (II a XI) é de 20,7; dessa forma, os Títulos II e III escolhidos para a composição da amostragem consideram um pouco mais (9 artigos acima da

média) e um pouco menos (7 artigos abaixo da média) do número médio, sendo representativos do total de Títulos.

3. Os Títulos levantados representam, na média, os demais artigos da Parte Especial.

No levantamento de termos dos Títulos I, II, III e IV, selecionamos:

Título	Artigos	Termos considerados	Termos/artigo
I	33	274	1,8
II	29	189	6,5
III	3	7	2,3
IV	11	18	1,6

Quadro 4: Termos selecionados X número de artigos dos Títulos considerados para o levantamento da amostragem.

Ao analisarmos o Quadro 4, verificamos que, com exceção do Título II, os demais apresentam pequena variação do número de termos específicos por artigo, com valor médio igual a 1,9. Se considerarmos todos os Títulos no cálculo da quantidade média de termos por artigo, obteremos uma média de 03 (três) termos por artigo. Considerando que a Parte Especial do Código Penal contém 236 artigos passíveis de análise, poderemos estimar, aproximadamente, 708 termos específicos dessa parte do CP. Desse modo, elegemos em torno de 20% desse número estimado como amostragem significativa o que equivale a, aproximadamente, 140 (cento e quarenta) termos.

4.6 A FICHA TERMINOLÓGICO-DISCURSIVA UTILIZADA NA PESQUISA

A ficha terminológica é, para Cabré (1993), o ponto de partida para a organização da informação no trabalho de investigação terminológica. Dubuc (1992) vai além e considera-a pedra angular do trabalho terminológico. Nessa linha, Castillo (1995) orienta que a ficha é uma unidade de base tanto para a investigação, quanto para o tratamento, auxiliando o trabalho lexicográfico e terminográfico. Em outras palavras, podemos afirmar que a ficha terminológica é uma ferramenta fundamental ao trabalho de coleta, armazenamento, síntese e sistematização da informação, tanto para análise terminológica, quanto para subsidiar a construção de verbetes. Para que isso ocorra, no entanto, é necessário que o pesquisador adéque os diversos modelos ao seu projeto de trabalho.

Cabré (1993) descreve a ficha terminológica com uma pauta estruturada que permite consignar, de forma ordenada, as informações sobre o mesmo termo. A autora (1993) distingue, ainda, três tipos de fichas: as fichas terminológicas monolíngues, as fichas terminológicas monolíngues com equivalências e as fichas terminológicas bilíngues ou multilíngues.

Pavel e Nolet (2002) estabelecem como critérios fundamentais à preparação de uma ficha a validade, concisão, atualidade e complementaridade dos dados, pois é a partir desse dossiê terminológico que selecionamos a definição ou o contexto que melhor descreve o conceito e que melhor apresenta a equivalência textual, fundamental a nossa análise.

Em decorrência, portanto, das sugestões de Cabré (1993); Castillo (1995); Dubuc (1992); Pavel e Nolet (2002); TERMCAT (1990) e nas orientações da Prof^a Dr^a Maria Aparecida Barbosa, elaboramos uma ficha coerente com o tipo de análise empreendida. O modelo utilizado é monolíngue e possui 10 (dez) campos que percorrem aspectos

terminológicos e discursivos, por isso denominamo-no de *Ficha Terminológico-discursiva*. Embora a ficha tenha sido informatizada, não foi aplicado nenhum gerenciador de banco de dados por se tratar de aspectos que envolvem a análise do texto. O protocolo de utilização²⁸ detalha os conteúdos de cada campo da ficha:

- Campo 1. ENTRADA: apresenta o termo relativo a apenas um conceito, na forma nominal, no masculino singular. As exceções indicam que o termo é pluralício ou, ainda, que seu conceito possui vários elementos constituintes.
- Campo 2. AUTOR: indica o autor analisado.
- Campo 3. NÚMERO\LETRA: indica o número do arquivo no computador. A letra **A** indica que a ficha pertence a Delmanto *et al*, e **B** que pertence a Jesus.
- Campo 4. DEFINIÇÃO DA LEI: traz a definição constante no CP-PE para o termo.
- Campo 5. CONTEXTO 1: apresenta a transcrição da definição do termo coletada em dicionários especializados.
- Campo 6. CONTEXTO 2: apresenta o contexto extraído das *Revistas dos Tribunais* (RT) ou em manuais de Direito Penal. Esses contextos colaboraram na análise do termo em situações de uso, assim como na delimitação do conteúdo do termo, esclarecendo aspectos explicativos diversos, além de permitir associações com outros termos dentro da área em estudo. Foram importantes também para a escolha dos descritores na construção das definições. Com o intuito de potencializar a

²⁸ Cf. CABRÉ, Maria T. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones, 1993. p. 283.

análise, cada entrada tem registrado, portanto, 02 (dois) contextos definicionais e 01 (um) contexto de uso. Grafamos o termo, quando aparece no contexto, em negrito para realçar e facilitar a análise. A omissão de trechos foi marcada por reticências entre parênteses.

- Campo 6. FONTE: traz a indicação do autor ou da revista (nome abreviado), de acordo com o Catálogo de Códigos de Documentos dos *Corpora*; o ano de publicação da obra e a página. Com exceção apenas para o dicionário de Iêdo B. Neves (IBN) que não utiliza número nas páginas.
- Campo 8. DEFINIÇÃO: traz a definição do termo elaborada pela pesquisadora.
- Campo 9. RESSEMANTIZAÇÃO: Identifica se ocorreu ou não a ressemantização do termo. Em caso afirmativo, desdobram-se possibilidades de como esse processo se deu:
 - *Acréscimo na carga semântica*: Amplia o alcance da lei para além do texto escrito, acrescentando e ampliando o núcleo de sentido do termo.
 - *Subtrações na carga semântica*: limita o núcleo de sentido do termo, apresentando exclusão de informações ou dados relevantes.
 - *Progressiva*: Busca abarcar as novas concepções ditadas pelas transformações sociais, jurídicas ou culturais. Diferencia-se do acréscimo à medida que insere informação dos contextos contemporâneos.
- Campo 10. RETEXTUALIZAÇÃO: Identifica se ocorreu ou não retextualização do termo. Em caso afirmativo, abre-se o subitem *contexto* para a transcrição do texto retextualizado, além do desdobramento de variáveis desse processo:

- *Uso de citações*: indica se o autor usou citações de outros autores na reescrita do conceito.
- *Adaptações na escrita*: identifica se houve acomodações, reordenações ou reformulações na reescrita do texto em relação ao original.
- *Novas opções terminológicas*: identifica se houve o uso de novas terminologias, não constantes no texto do CP – PE, para se referir ao termo.
- *Marcas metalinguísticas*: aponta se houve o emprego de expressões que expliquem o texto a partir da língua como, por exemplo, sinônimos, expressões explicativas, paráfrases entre parênteses, etc.
- *Uso de remissivas*: indica se foram estabelecidas relações entre dois ou mais termos. Tais relações podem ser de equivalência (sinonímia), de oposição (antonímia) ou de inclusão (hiponímia). No Sistema Conceitual do CP-PE pode, por exemplo, equivaler ao tema genérico imediatamente superior dentro do sistema <criminoso primário> = <réu primário>

As fichas foram informatizadas e todo o trabalho aconteceu via digital. A seguir, apresentamos o *Modelo de Ficha Terminológico-discursiva* e um exemplo de *Ficha Terminológico-discursiva* preenchida:

Ficha Terminológico-discursiva

Termo:	Autor:		Nº:
Definição da Lei:			
Contexto 1:			Fonte:
Contexto 2:			Fonte:
Definição:			
Ressemantização: ☐ Sim ☐ Não		☐ Acréscimo na carga semântica ☐ Subtrações na carga semântica ☐ Progressiva	
Retextualização: ☐ Sim ☐ Não Contexto:		☐ Uso de citações ☐ Adaptações na escrita ☐ Novas opções terminológicas ☐ Marcas metalinguísticas ☐ Uso de remissivas	

Termo: Homicídio	Autor: Delmanto <i>et al</i>	Nº:01 - A
Definição da Lei: Art. 121. Matar alguém		
Contexto 1: Do latim homicidium (morte violenta), é geralmente entendido como toda ação que possa causar a morte de um homem. Assim no sentido penal, homicídio exprime a destruição da vida de um ente humano, provocada por ato voluntário (ação ou omissão) de outro homem ou ser humano.		Fonte: PS,1967,766
Contexto 2: Caracterização – Trânsito – Homicídio – Motorista que dirige veículo sem habilitação, em velocidade excessiva para o local, realizando manobras perigosas, assumindo, dessa forma, o risco de causar dano, no caso, atropelamento com resultado morte – conduta que impõe a submissão do acusado ao Tribunal do Júri (...).		Fonte: RT 825/676
Definição: Morte de um homem causada por um outro homem.		
Ressemantização: ☒ Sim ☐ Não	☒ Acréscimo na carga semântica ☐ Subtrações na carga semântica ☐ Progressiva	
Retextualização: ☒ Sim ☐ Não Contexto: Homicídio é a eliminação de uma vida de uma pessoa praticada por outra (...). Pode o homicídio ser praticado por qualquer meio de execução (crime de forma livre), direto ou indireto, tanto por ação como por conduta negativa (omissão), lembrando-se quanto a esta, ser necessário que o agente tenha o dever jurídico de impedir a morte da vítima. (p.347, l. 35)	☐ Uso de citações ☒ Adaptações na escrita ☐ Novas opções terminológicas ☒ Marcas metalinguísticas ☐ Uso de remissivas	

Para a elaboração da amostragem para análise, foram utilizadas 140 (cento e quarenta) fichas terminológico-discursivas para cada autor em estudo, perfazendo um total de 280 fichas.

Essas fichas foram enviadas aos especialistas da área para balizamento e, quando necessário, as fichas foram revisadas e reelaboradas. No preenchimento da ficha 12 – *Violência doméstica*, por exemplo, não localizamos a definição em nenhum dos dicionários de especialidade consultados. Sob orientação do especialista da área, consultamos a Lei 11.330 de 07 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir e prevenir a *violência doméstica* e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Por considerarmos o texto, o contexto e todas as vozes que o atravessam, entendemos que o termo *violência doméstica*, partilhado por outras áreas da linguagem jurídica, faz parte do conjunto de termos do CP – PE. Nessa linha de pensamento, utilizamos a definição constante na lei supra citada para o preenchimento do contexto 1 da ficha em questão.

A constituição e organização da ficha deve-se ao nosso objetivo em estudar, até que ponto, as UTs incorporam os aspectos semânticos e pragmáticos, e sofrem, conseqüentemente, variações em sua carga semântica, assim como identificar as similaridades e diferenças na interpretação do texto de especialidade dessa área. Nesse sentido, Barbosa (1995) relembra que a toda denominação especializada subjaz um recorte epistemológico e uma concepção teórica específicos.

Em suma, a seleção, organização e análise do universo conceitual do CP – PE exigiu análise e compreensão da natureza da área, de seu discurso e de sua terminologia, evidenciando a complexidade no tratamento da natureza deontica do Direito.

4.7 CONJUNTO TERMINOLÓGICO DO TEXTO DO CÓDIGO PENAL - PARTE ESPECIAL

Embora o universo conceitual do Direito Penal esteja consolidado, ele também é processo em virtude de sua abrangência e do surgimento de novos tipos\delitos. A terminologia da área situa-se entre os repertórios com afinidades às áreas humanas que empregam, com certa frequência, o léxico comum na construção dos conceitos teóricos e operacionais.

Nesta pesquisa, registramos uma amostra de aproximadamente 20% das UTs do CP - PE. Para tornar a amostra satisfatória enquanto referência, selecionamos termos de todos os Títulos de modo a permitir a visualização do sistema. O trabalho com esse instrumental teórico-metodológico objetivou explicar a conformação, constituição e nível de interferência na interpretação da lei.

A organização dos termos na amostra privilegiou a natureza temática, fundamentada nos grandes temas destacados no CP – PE a partir dos Títulos.

- *Crimes contra a pessoa*
- *Crimes contra o patrimônio*
- *Crimes contra a propriedade imaterial*
- *Crimes contra a organização do trabalho*
- *Crimes contra o sentimento religioso e os Crimes contra o respeito aos mortos*
- *Crimes contra os costumes*
- *Crimes contra a família*
- *Crimes contra a incolumidade pública*
- *Crimes contra a paz pública*
- *Crimes contra a fé pública*
- Crimes contra a administração pública

Com uma seleção sistemática, procuramos também analisar as relações conceptuais estabelecidas, além das relações hiperônimicas, hiponímicas e co-hiponímicas (ou isonímicas), visto que uma análise

centrada em uma ordem sistemática de conceitos favorece as relações semânticas e potencializa a análise empreendida.

Apoiamo-nos em um paradigma pragmático na seleção de contextos nos manuais comentados do CP – PE e nas RTs. Esse paradigma contou com a validação dos especialistas e revelou-se fundamental nas questões relativas à nomenclatura, jogando luz sobre as particularidades da linguagem jurídico-penal. A partir do uso de contextos selecionados no *corpus* e pelo auxílio dos especialistas, elaboramos uma definição a fim de observarmos os desvios apresentados pelos doutrinadores em questão.

4.7.1 A Definição

A definição assume papel importante na ficha terminológico-discursiva, pois é um dos elementos centrais da terminologia e, nesta análise, elemento de referência para o estudo do processo de ressemantização. Isso porque o enunciado definicional seleciona, descreve e explicita o conceito, delimitando suas fronteiras semânticas, logo é fundamental explicitar esses limites semânticos para que possamos identificar como os doutrinadores ampliam os sentidos.

Sager (1990) comenta que a definição terminológica compreende a explanação aceita do significado especializado dos itens lexicais que pode estar registrada em fontes diversas. O autor ressalta que poucas definições seguem um padrão clássico – gênero e diferença – e considera-a enquanto processo no qual vários métodos são empregados. Assim, ela pode classificar e situar um conceito no interior de um sistema conceitual determinado.

Para Cabré (1993), por outro lado, a definição é um enunciado que descreve uma noção que permite diferenciá-la de outras noções em um sistema nocional. A autora amplia essa visão posteriormente, quando afirma que:

A terminologia compartilha com a lógica o interesse fundamental pelos conceitos. Diferentemente da semântica, que se interessa pela relação entre denominação e significado, a Terminologia se ocupa prioritariamente com a relação que se estabelece entre o objeto da realidade e o conceito que o representa. (CABRÉ, 1994, p. 33)

O jurilinguista Cornu (1990) diferencia o que ele chama de *definições reais* das *definições terminológicas* que, para ele, visam determinar os limites de significação do termo, constituindo-se em normas diretivas que determinam a esfera de aplicação da lei específica a que se referem. Nessa perspectiva, elas são relativas, pois fixam o sentido que a lei confere ao termo e se limitam ao contexto legal que as enuncia, ou seja, objetivam determinar os limites de significado do termo, funcionando como regras de interpretação do texto das leis que as acompanham.

Dessa forma, o condicionamento circunstancial da definição ao contexto é enfatizado por fraseologias como *para os efeitos da lei, entenda-se*, pois delimitam com precisão o significado dos termos usados pelo legislador em determinada lei. Logo, a definição terminológica consiste no processo de fixação do sentido que o legislador quer conferir à palavra no contexto de uma lei dada, por isso seu valor semântico fica circunscrito ao âmbito da lei que a contém.

As *definições reais*, por outro lado, tendem ao valor absoluto e buscam determinar os elementos fundamentais a que o jurista deve se referir ao aplicar a lei. Nelas, há uma apreensão de uma realidade preexistente à sua denominação e a inserção na ordem jurídica. Esse tipo de definição, portanto, corresponde aos termos de definição essencialmente jurídica e aos termos legais e são, marcadamente, do universo de discurso jurídico

Finatto (2001) comenta a importância de adicionarmos uma perspectiva textual discursiva ao tradicional enfoque lógico-semântico. Nessa concepção, a definição, de qualquer tipo, por sua natureza

multifacetada, é também interação entre as posições discursivas daqueles que participam da interlocução que ela instaura e o comportamento linguístico específico que a identifica. A autora considera ainda que ocorre, na microestrutura de um dicionário terminológico, em sua porção definicional, uma reescrita do texto que serve de referência. A definição terminológica reflete a problemática da natureza e realização linguística dos conceitos, das escolhas da interlocução, do domínio em que está inserida e de sua transposição de um texto e de uma linguagem terminológica do tipo fonte para uma linguagem e comunicação do tipo dicionarístico.

Maciel (2001) contrapõe essa argumentação que, pelas características inerentes do discurso legislativo – normativo, auto-suficiente, emitido à distância – o enunciador é levado a evitar a incompreensão do texto gerada pela polissemia. Nesse trabalho, lança mão da definição no uso da autoridade que a lei lhe confere, procurando garantir a exata regulamentação de disposições legais ou a perfeita aplicação de normas governamentais. Para tanto, o legislador recorre, frequentemente, ao processo de delimitação do sentido do termo, empregando a *definição terminológica* propriamente dita.

Na análise de nossa amostragem, partimos da concepção de que na definição terminológica ocorre uma interseção entre os aspectos linguísticos e conceituais, pois entendemos que o texto definicional descreve as características que delimitam um conceito jurídico e inserem-no no domínio do CP – PE. Entendemos também que a definição precisa recuperar as relações que o conceito e o termo mantêm com o universo do discurso em que estão inseridos, assim poderá atender, de fato, a necessidade do consulente de um dicionário terminológico.

Por tudo isso, elaboramos o texto definicional, constante nas fichas, considerando as diferentes e diversas possibilidades de descrever, identificar, expressar um conceito, sem descuidar da clareza, precisão e objetividade, fruto da reflexão crítica dos contextos analisados. Nesse trabalho, selecionamos termos de essência jurídica ou metatermos e

termos legais, isto é, termos cunhados pelo legislador para a escrita da lei. No âmbito do CP – PE, esses termos são contemplados pela lei e pelo *corpus* de análise e possuem definição no *corpora* utilizado.

4.7.2 Remissivas: recuperação X antecipação de sentidos

Em um estudo mais detalhado do discurso doutrinário, constatamos que, em sua busca por explicitar o sentido, os autores em estudo lançam mão de remissivas. A rede de remissivas possui caráter pragmático e, além de relacionar termos e conceitos do CP – PE, funciona também como sistema de recuperação e/ou antecipação de informações, ampliando as possibilidades semânticas do texto. Caracteriza-se, por tudo isso, como sistema adicional na busca da informação em que a análise das relações de significação entre as unidades lexicais como, por exemplo, a polissemia, a homonímia, sinonímia, hiperonímia, parassinonímia e variação alargam a informação contida no texto complementando a reconstituição do significado.

Aproximando-nos do texto dicionarístico, encontramos apoio em Krieger *et al* (1994) quando afirma que a rede de remissivas se constitui em um percurso orientado fundamental à ampliação da abrangência da consulta, estruturando-se em duas direções principais: as relações semânticas entre o termo e outros do domínio ou, ainda, de domínios ligados\próximos; os empregos específicos do termo no interior do universo do discurso em que se insere, em outras palavras, relações pragmáticas.

A TCT trabalha com a possibilidade de existir polissemia dentro de uma mesma área de conhecimento. O surgimento da maioria dos termos polissêmicos é explicado pelo processo de analogia de base entre dois conceitos e pela similaridade semântica parcial.

Em seus estudos semânticos, Barbosa (1998) relaciona o processo de restrição semântico-sintática sofrido pelos sememas de língua nos diferentes níveis de atualização a três aspectos:

- variações diacrônicas, diatópicas, diastráticas e diafásicas;
- níveis de atualização da língua - sistema, norma(s) e fala;
- coerções que os universos de discurso exercem sobre o delineamento semântico e sintático das unidades lexicais.

No caso específico do levantamento de termos do Código Penal – Parte Geral, Dias (2002) acrescenta a esses aspectos a posição sistemática na estrutura legal, isto é, a posição intrauniverso do discurso, que também se aplica à Parte Especial. A análise atenta dos termos e textos do CP – PE evidencia que na passagem do sistema para o discurso alguns termos perdem traços semânticos de seu semema polissêmico e tende a monossemita como, por exemplo, *calúnia*, *alteração de limites*, *dano*, *casa de prostituição*, entre outros.

Barbosa (1990b) considera sinônimos somente os elementos de um campo lexical que têm a mesma referência cognitiva e conotativa e a mesma distribuição, logo devem ser comutáveis em todos os contextos. Os parassinônimos são as unidades lexicais de um campo que têm a mesma referência cognitiva, contudo as referências conotativas são diferentes e apresentam quase a mesma distribuição.

Entendemos como *termos relacionados* os que possuem alguma relação conceitual como no caso dos que apresentam base anafórica, opostos.

Os caminhos metodológicos foram consolidados em razão do funcionamento da linguagem, da terminologia e da análise oferecida. Essa descrição detalhada soma-se a vozes de muitos outros pesquisadores no sentido de confirmar o trabalho terminológico como prática de análise, reflexão e descrição da\ sobre\ na linguagem.

5 ANÁLISE DOS DADOS

As línguas de especialidade pertencem, como dito anteriormente, a uma mesma língua geral e refletem a visão de mundo própria da civilização de que é originária essa LG. Cada especialidade, no entanto, pode ter uma ou várias visões próprias dos fenômenos que estuda.

Para Pavel (2003), esses paradigmas científicos ignoram as barreiras linguísticas e articulam-se por meio de saberes tradicionais, heurísticos, com base em certos temas que mobilizam a reflexão, analogias e imagens que facilitam a compreensão dos conceitos veiculados, ou seja, eles variam de acordo com escolas de pensamento e podem ser desarticulados por revoluções científicas.

Os conceitos da interpretação constituem-se em artefatos culturais sujeitos à mudança histórica e evolutiva, ou seja, à revisão constante. Nossa análise busca identificar como as líquidas fronteiras da linguagem do CP – PE e de como a terminologia pode contribuir no sentido de suavizar, restringir, ou até potencializar essa variação.

5.1 O DISCURSO JURÍDICO À LUZ DE DIFERENTES INTERPRETAÇÕES

A rapidez com que o conhecimento é gerado na contemporaneidade envolve descobertas científicas, valores sócio-culturais e humanos e, conseqüentemente, edição\atualização de novas Leis. Essas mudanças repercutem também nas representações mentais dos atos\ fatos, gerando deslocamentos, supressões, acréscimos e, muitas vezes, elaboração de novos sentidos para o já dado.

Em relação à linguagem, à frase, ao discurso, ou ao intertexto de um domínio particular, essa evolução gera novas estratégias a fim de facilitar

a transmissão e a aceitação do novo saber em permanente interação de temas e conceitos, de questionamentos e de adesões (PAVEL, 2003).

Os textos trazem em seu bojo uma finalidade\objetivo que interfere diretamente na sua construção, nas opções discursivas, na escolha lexical e\ou terminológica. A retextualização caracteriza-se pelo processo de transformação de um gênero textual²⁹ em outro e explicita o funcionamento social da linguagem, além de envolver operações complexas que interferem tanto na linguagem como no sentido e explicita aspectos relevantes entre escrita-escrita.

A ação de retextualizar é uma constante nas práticas sociais e possui, via de regra, um objetivo que é delimitado pelo produtor do texto retextualizado. Nos textos analisados, o trabalho de retextualização tem como objetivo explicitar as possibilidades semânticas do texto legal, explicando, descrevendo, exemplificando, etc. O trabalho desses estudiosos tem como público-alvo juízes, advogados, estudantes de graduação e pós-graduação da área do Direito e pessoas comuns interessadas em conhecer as leis e a sua interpretação

É uma atividade que exige clareza a respeito do nível de linguagem do texto de partida para o texto de chegada. Na transposição, muitas vezes, o mesmo conteúdo pode ser retextualizado de forma diferente. Em virtude disso, nesta análise, especificamente, observaremos o emprego da terminologia jurídica e sua variação semântica nos processos de ressemantização.

É fato que o processo de retextualização exige a compreensão dos efeitos de sentido do texto de partida, ou seja, a atividade cognitiva de compreensão e ressemantização é anterior à retextualização. Assim, essa transposição entre o dito e o compreendido pode gerar muitas lacunas,

²⁹ Entendemos gêneros textuais como instrumentos semióticos complexos, como um evento comunicativo reconhecível caracterizado por um conjunto de propósitos identificados e mutuamente entendidos pelos membros da comunidade profissional ou acadêmica na qual ele regularmente ocorre (Bhatia, 1993, p. 13). “ Gêneros não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, modos de ser. São frames para a ação social” (BAZERMAN, 2006, p. 23)

incoerências, restrições, ampliações e, até mesmo, distorções no processo.

Nessa linha, Grice³⁰ (1971, 1982) busca explicar o significado de uma expressão em relação ao que os usuários da língua querem dizer, ou significam em contextos diferentes. Desse modo, diferencia o dito do implicado, pois o *dizer* está ligado ao significado convencional, expresso em termos literais, no entanto, apenas isso não representa toda a mensagem transmitida pelo texto, faz-se necessário considerar as intencionalidades do produtor, ou o *implicado* que seria o significado oriundo do contexto e apreendido pelos interlocutores por meio de um raciocínio lógico e objetivo.

Texto e discurso, nessa perspectiva, são aspectos complementares da atividade enunciativa. Nesse sentido, Coutinho (2004) reitera a articulação entre o plano discursivo e textual, considerando o discurso como *objeto de dizer* e o texto como *objeto de figura* em que este se realiza no plano da esquematização ou configuração, enquanto aquele, no plano da enunciação. Dessa forma, o discurso é o objeto do dizer que deve ser entendido como prática linguística codificada, associada a uma prática social historicamente situada.

Assim, o texto é o fenômeno linguístico empírico, o observável, e o uso da língua no plano discursivo não pode ser captado apenas no plano de codificação-decodificação, pois não se trata de enunciados organizados em uma sequência, mas de uma configuração global. O texto legal é uma unidade concreta que resulta de um trabalho coletivo, produzido no seio das esferas sociais e que circula no domínio discursivo jurídico com uma finalidade definida. É um texto que possui caráter normativo do tipo injuntivo.

Os textos analisados nesta pesquisa são o *Código Penal Comentado* de Delmanto *et al* (2007). Essa obra está em sua 7ª edição. O texto é escrito a muitas mãos pelos doutrinadores Celso Delmanto, formado em

³⁰ Escreveu o texto **Meaning** (1957), tornando conhecida sua Teoria da Comunicação que possui conceitos fundamentais à origem dos trabalhos de pragmática.

Direito pela Universidade de São Paulo em 1960; Roberto Delmanto formado em Direito pela USP em 1966; Roberto Delmanto Junior, Doutor em Direito pela USP em 2003, e Fábio M. de Almeida Delmanto, Mestre em Direito também pela Universidade de São Paulo (USP). Esses doutrinadores são advogados criminais e possuem outras obras publicadas.

O *Código Penal Anotado* de Damásio Evangelista de Jesus é o outro texto analisado. A obra já está em sua 11^a edição. Jesus é Graduado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Bauru no ano de 1960, dedicou-se, inicialmente, à advocacia, depois ao Ministério Público do Estado de São Paulo como promotor. É professor na área há muitos anos e possui várias obras publicadas.

Delmanto *et al* (2007) e Jesus (2001) realizam um trabalho de retextualização do texto da lei que resulta na transformação do gênero – Lei - em outro – texto informativo-explicativo. Na produção desses autores, encontramos descrições de uma situação para, na sequência, serem apresentadas possibilidades de interpretação\entendimento dessas estruturas.

5.2 RESSEMANTIZAR PARA RETEXTUALIZAR: OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELOS DOUTRINADORES

A transposição textual está sujeita a interferências mais ou menos acentuadas, dependendo das intenções, propósitos comunicativos, interlocutores, estilo, entre outros. Nossa análise tem como um dos objetivos o estudo comparativo dos processos de ressemantização e de retextualização dos textos doutrinários de Jesus (2001) e Delmanto *et al* (2007).

O estudo mais detalhado desses processos permitiu-nos verificar que, embora os autores em questão procurassem respeitar o conteúdo original,

no trabalho de reconfiguração do texto, optaram, de forma consciente, por estratégias diferentes em relação às estruturas discursivas, à seleção e ordenação tópica, à argumentatividade, à eliminação e introdução de novas terminologias, substituindo e reordenando enunciados, em outras palavras, estratégias que envolvem uma ordenação cognitiva que colabora para a qualidade do texto retextualizado.

5.2.1 Retextualizar por Damásio E. de Jesus

Em seu trabalho de retextualização do CP - PE, Jesus (2001) inicia seu texto sempre pelo artigo em estudo em negrito. O autor não segue um padrão de escrita, em alguns artigos registra as alterações que a lei sofreu ao longo dos anos no próprio texto da lei, com caracteres menores, sem negrito. Podemos observar essa estratégia, por exemplo, nos art. 132 (p. 441); art. 153 (p. 523); art. 316 (p. 930); art. 325 (p. 952); art. 339 (p. 1006). Em outros, no entanto, comenta as alterações junto às explicações que faz do texto como no art. 322 (p. 946); art. 335 (p. 993); art. 350 (p. 1042); art. 359 – A (p. 1062).

Com menos frequência que Delmanto *et al* (2007), Jesus (2001) estabelece relações com outros Códigos e leis (LEP, LCO, LICPP, LSN, CPC, CPP, etc.) e com outros doutrinadores e suas obras. Dentre os subitens que o autor explora, os mais frequentes são *Objeto jurídico*, *Subsidiariedade*, *Sujeito ativo*, *Sujeito Passivo*, *conduta típica*.

Ele não separa os textos\exemplos relacionados à doutrina e à jurisprudência, ao contrário, usa a jurisprudência para reforçar a doutrina, como argumento de autoridade. Não segue tampouco um nível de detalhamento dos artigos, pois ao mesmo tempo em que é genérico em alguns, é extremamente detalhista em outros como, por exemplo, no art. 140 – *Injúria* em que elenca 55 (cinquenta e cinco) subitens para esclarecer o artigo.

Jesus (2001) traz, inicialmente, a interpretação mais superficial e, na sequência, vai desfilando outras possibilidades, detalhes e até situações inusitadas, mas possíveis de aplicação da lei, ou seja, a partir dos exemplos, ele levanta possibilidades concretas de aplicação para a lei. No art. 151 – *Violação de correspondência* (p. 513), por exemplo, traz como subitem detalhes e aspectos incomuns que podem envolver essa conduta:

- o CP protege a correspondência, independentemente da violação do segredo;
- é necessário que a correspondência seja atual, por isso uma carta perdida há dezenas de anos e dirigida por alta personalidade histórica a outrem não configurará o crime;
- a carta deve possuir destinatário específico;
- o idioma da correspondência pode ser qualquer um;
- o falecimento do destinatário ou do remetente não exclui o delito;
- conceito de devassa;
- as formas de devassa;
- mensagem codificada dificultando o entendimento da carta;
- se o devassador for cego;
- o marido pode ler a carta da mulher.

Nessa mesma linha, no art. 155 – *Furto* (p.530), o autor traz, além dos aspectos mais recorrentes, itens como o furto de:

- ladrão que furta ladrão;
- homem vivo;
- cadáver;
- coisa perdida;
- direitos;
- minerais e partes do solo;
- coisa tombada;
- semoventes;
- frutos de árvores;
- árvores;

- subtração de identidade;
- bagatela;
- cheque em branco;
- sepultura;
- coisa que só tem utilidade para quem a detém;
- sujeito surpreendido pelo vigia do supermercado colocando mercadoria sob a roupa.

O autor, ainda, lança mão de exemplos no corpo do texto, buscando torná-lo ainda mais claro para o leitor, por exemplo, no Art. 171 – *Estelionato*, §2º, IV (*Fraude na entrega de coisa*), usa exemplos cotidianos para explicar detalhes:

A ação incide sobre a substância (entregar cobre no lugar de ouro), a qualidade (entregar arroz de segunda no lugar de primeira) ou a quantidade (falsear no peso). Exige fraude (...) (JESUS, 2001, p. 631).

Jesus (2001) exemplifica com a jurisprudência retirada de periódicos, diários oficiais, arquivos de tribunais (RT, RAJRS, RAMPR, RBDP, RBCC, RF, RTJ, JTACrimSP, STJ, TACrimSP, DJU, etc.) que, por abrir precedente, reafirma sua posição e possui aceitabilidade. O autor compila, de forma assistemática, casos da jurisprudência que tenham relação com os artigos em estudo, por mais incomuns que possam parecer. Nesse sentido, o art. 150 – *Violação de domicílio* (p. 506) – traz como exemplo o caso da empregada que deixa o amante entrar em seu quarto; dono de uma casa alugada que penetra na residência do inquilino contra sua vontade; a esposa, que na ausência do marido, permite o ingresso do amante na residência, o fato entre divorciados, entre muitos outros casos.

Para reforçar a argumentação, também remete à própria obra e a outros doutrinadores, os quais cita ao final de cada artigo. O autor assume

o posicionamento dos autores citados como próprio, no excerto a seguir, essa postura fica evidenciada:

Há, segundo nossa posição, concurso de crimes. Vide nosso Crimes de porte de arma de fogo e assemelhados, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1999, p. 40. No mesmo sentido: Edison Miguel da Silva Junior, Crime de ameaça e porte ilegal de arma de fogo, Boletim do IBCCrim, São Paulo, revista dos Tribunais, 95:9 e 10, out. 2000. (JESUS, 2001, art. 147, p. 495).

Em outros momentos, no entanto, apresenta diversas posições, e assume posicionamento, explicitando seu entendimento do fato:

Há discussão na doutrina e na jurisprudência sobre a vigência do art. 322 do Código Penal. Para alguns ele foi revogado pela lei que define os delitos de abuso de autoridade (Lei n. 4.898\65). Para outros, não. Existem duas posições (...). Essa posição é pacífica no tribunal de Alçada de São Paulo, correspondendo à nossa orientação. (JESUS, 2001, art. 321, p. 946)

Há três posições: 1ª o funcionário público (...) A terceira orientação é a que nos parece correta. O funcionário público que pratica o fato contra outro despe-se dessa qualidade, equiparando-se ao particular(...) (JESUS, 2001, art. 321, p. 974).

Delmanto *et al* (2007), ao comentarem esse artigo, também apresentam três posicionamentos, contudo não se posicionam como Jesus (2001) a respeito de qual seria o mais adequado, resguardando-se de possíveis divergências.

Buscando facilitar a compreensão do texto legal, Jesus (2001) traz conceitos que, embora não sejam o foco do artigo em questão, estão ligados ao artigo como, por exemplo, o conceito de *ameaça* e os requisitos para que de fato seja considerado *ameaça* (p. 493) ou, ainda, no art. 158 – *Extorsão*, diferencia *extorsão*, *roubo*, *constrangimento ilegal* e

concussão. Dessa forma, antecipa e elimina qualquer dúvida ou possível confusão que o leitor possa vir a ter. Em alguns casos, o autor antecipa conceitos necessários ao entendimento do artigo em estudo, repetindo-os posteriormente. No art. 159 – *Extorsão mediante seqüestro* (p. 583), por exemplo, apresenta a definição de *quadrilha* ou *bando* que é foco do art. 288 – *Quadrilha ou bando*. Delmanto *et al* (2007, p. 483), nesse sentido, assumem postura mais econômica e fazem remissiva ao art. 288.

Em outros momentos, Jesus (2001) explora as estruturas gramáticas da língua para reforçar os sentidos pretendidos, para tanto busca na gramática tradicional respaldo como em:

O verbo *vir*, seguido da preposição *a*, mais o infinitivo impessoal (ser, escrever, dar, traduzir, conhecer, falecer, saber, casar, etc.), indica o resultado final da ação. Assim, “isto vem a traduzir a minha idéia” significa “traduz a minha idéia”, vir a ser famoso” quer dizer “tornar-se famoso” (Evanildo Bechara, *Moderna gramática portuguesa*, 35 ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1994, p. 112); “vim a conhecê-lo indica que realmente o sujeito veio a ser conhecido (Celso Ferreira da Cunha, *Gramática da Língua Portuguesa*, MEC-Fename, 1976, p. 381)(...) (JESUS, 2001, p. 551)

No art. 311 – *Adulteração de sinal identificador de veículo automotor* (p. 914), Jesus (2001) comenta que a redação do § 2º é defeituosa, pois, segundo o autor, não se trata de “veículo remarcado ou adulterado”, como diz o texto e sim de sinal de identificação adulterado ou remarcado. Delmanto *et al* (2007, p. 776), no entanto, interpretam o texto sem fazer comentários à redação.

O autor assume também uma estratégia de levantar possibilidades de aplicação do artigo em estudo, mesmo que não sejam tipificações para o delito, apresenta-as, como se quisesse sanar\antecipar possíveis dúvidas do leitor, por exemplo, no art. 147 – *Ameaça* (p. 495), em que descreve o que não é *ameaça*.

Bravata – Não configura o crime (JTACrimSP, 70:378 e 71:225)
Simples desafio – Não configura o delito (JTACrimSP, 34:296)

Essas irregularidades no processo de retextualização do texto legal evidenciam que o autor não segue uma metodologia, ou mesmo possui uma sistematicidade organizacional das informações que devem ser exploradas.

5.2.2 Retextualizar por Delmanto *et al*

Delmanto *et al* (2007) assumem estratégia discursiva diversa de Jesus (2001) e inicia os Títulos a serem estudados sempre com uma nota explicativa que tem por objetivo contextualizar o leitor sobre o assunto de que o Título trata. Para isso, fazem um apanhado em diversos autores da doutrina, traçando um panorama geral sobre o Título.

Introduzem o artigo com o texto da lei em negrito. Quando há alterações, reescritas, atualizações, acréscimos, relações estabelecidas nos últimos anos, os autores inserem-nas na sequência do texto legal, antes de descrever, conceituar e comentar as particularidades. O art. 148 – *Sequestro e Cárcere privado* (p.432) ilustra essa estratégia, após o texto legal, o autor apresenta a lei 10.741, de 1.10.2003 (Estatuto do Idoso) que dá nova redação ao inciso I do §1º, e inclui a vítima maior de 60 anos, alterado, posteriormente, pela Lei 11.106, de 28.03.2005 em que se acrescenta a situação da vítima companheira(o) do agente, entre outros exemplos. Ou ainda, no art. 197 – *Atentado Contra a liberdade de trabalho* (p. 568), em que introduz o artigo, estabelecendo relações com a Constituição Federal e destacando que nem todos os crimes que aparecem neste título serão de competência da Justiça Federal, apenas aqueles que ofenderem o “sistema de órgãos e institutos destinados a preservar, coletivamente, os direitos e deveres dos trabalhadores”.

Nesse trabalho de contextualização, ocorre o confronto e o estabelecimento de relações com outras leis, tais como a Lei dos Juizados Especiais Criminais Federais (LJECF), Lei dos Juizados Especiais Estaduais (LJEDE), Lei de Crimes Hediondos (LCH), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entre outras, em que o estudioso comenta a aplicação do artigo por elas, a transação e a suspensão condicional do processo (p. 446) dentre as várias ações possíveis. Os autores apoiam-se também em outros códigos como, por exemplo, CPP (p. 423), Lei dos JECE 9.099\95 (p. 423, 425), Lei dos JECF 10.259\01 (p. 425), Lei 11.313 (p. 425), CR (423, 425).

O texto é dividido em duas partes, de modo a separar os aspectos relacionados à doutrina e à jurisprudência, que traz exemplos concretos que reforçam algumas posições do autor e também ampliam as possibilidades de interpretação.

O texto possui estrutura sistemática e apresenta, via de regra, os seguintes subitens: *Lei ou Conciliação, Transação, Suspensão condicional do processo, Noção, Objeto jurídico, Sujeito ativo, Sujeito Passivo, Tipo objetivo, Tipo subjetivo, Consumação, Tentativa, Subsidiariedade, Classificação, Pena, Ação Penal.*

Como estratégia argumentativa, Delmanto *et al* (2007) expõem interpretações\possibilidades semânticas da lei, apresentando-as como expressão da maioria dos estudiosos da área, para tanto emprega frases como:

- *Para a doutrina tradicional (...) (p. 506)*
- *Existem autores que entendem (...) (p. 411)*
- *Na doutrina, domina o entendimento de que (...) (p.421)*
- *Conforme aulas de pós-graduação na Faculdade de Direito da USP, ministradas por ROGÉRIO LAURIA TUCCI em abril de 2006 (...) (p. 423)*
- *O entendimento dos doutrinadores (...) (p. 427)*
- *Há, também, forte corrente no sentido de que (...) (p. 428)*

- (...)segundo a opinião da maioria dos autores (cita inúmeros autores (...)) (p. 429)
- Entretanto, a doutrina dominante inclui (...) (p. 438)
- A respeito divide-se a doutrina, entendendo-se ser apenas (...) (p. 794)

Essa é uma posição confortável em relação à interpretação dos artigos, pois, em muitos deles, apenas informam como os doutrinadores de renome entendem o artigo em questão, não se posicionando a respeito do assunto. Dessa forma, comprometem-se menos que Jesus (2001), e deixam a interpretação final por conta do leitor. Essa postura é reforçada pelo uso recorrente das formas verbais em 3ª pessoa do singular como *entende-se*, *admite-se*, *observe-se*, *note-se*, *pune-se*, *incrimina-se*, *assinale-se*.

Em relação ao posicionamento dos doutrinadores, em alguns artigos, mesmo apresentando posições controversas entre os doutrinadores, Delmanto *et al* (2007) não se posicionam:

Quanto à fraude nos negócios ilícitos ou imorais (torpeza bilateral), divide-se a doutrina: a. *não configura crime*: (Hungria, *Comentários do Código Penal*, 1967, v. VII, p.191 a 202); b. *configura* (H. Fragoso, *Lições do Direito Penal – Parte Especial*, 1995, v. I, p. 278; Magalhães Noronha, *Direito Penal*, 1995, v. II, p. 378). (DELMANTO, art. 171, p. 518)

Há momentos, no entanto, que os autores apresentam posições contrárias e se posicionam, sempre em consonância com doutrinadores de reconhecido respeito:

Para alguns é delito formal (Damásio de Jesus, *Direito Penal – Parte Especial*, 1995, v. 2, p.336; Hungria, *Comentários ao Código Penal*, 1967, v. VII, p. 89), enquanto para outros é *material* (H. Fragoso, *Lições do Direito Penal – Parte Especial*, 1995, v. I, p.

227). Entendemos que se trata de infração formal (DELMANTO *ET AL*, art. 161, p. 488)

A referência a esses estudiosos da Lei funciona como argumento de autoridade e dá respaldo à interpretação realizada. Delmanto *et al* (2007), em momentos esporádicos, assumem posição. Para marcarem seu posicionamento, usam expressões como:

- (...) *em nosso entendimento* (...) (p. 423)
- *Predomina – a nosso ver – acertadamente – o entendimento* (...) (p. 428)
- *Em nossa opinião* (...) (p. 526)
- *Entendemos mais correta a primeira posição, posto que a figura do crime* (...) (p. 716)
- *A nosso ver, o acusado que* (...) (p. 871)
- *A nosso ver, diante desse quadro* (...) (p. 901)

No item *Interceptação de conversa telefônica* (Lei 9.296\96), Delmanto et al (2007, p. 443) levantam possibilidades de aplicação para a lei, apoiados em posicionamento de outros doutrinadores, e assumindo posicionamento também como em:

A nosso ver, contudo, a interceptação telefônica durante a instrução processual não deveria ser admitida (...) pensamos que para evitar a violação de garantias individuais, melhor seria que a lei ordinária tivesse limitado essa interceptação à fase do inquérito policial, onde, no entender da maioria da doutrina não haveria o contraditório. (Delmanto *et al*, p. 444, art. 151).

Ainda que Delmanto *et al* (2007) sigam um padrão, com poucas variações, nesse § do art. 151, os autores trazem a diferença entre interceptação de telefones de terceiros e gravação do próprio telefone, posicionando-se no sentido de que, nesse caso, não há crime, embora a

prova deva ser considerada ilícita por violação do direito à intimidade. Em alguns trechos do texto, ainda, os autores empregam expressões que não afirmam, nem negam o subitem ou o fato em análise, por exemplo, no art. 341- *Auto-acusação falsa*, em que descreve o subitem *Tentativa* como:

Tentativa: *De difícil configuração.* (p. 870)

Tal descrição é ambígua e possibilita ao leitor entender tanto como uma afirmativa, quanto como uma negativa. O posicionamento evasivo poupa os autores de discordâncias quanto a sua posição, resguardando-os de possíveis críticas. Jesus (2001, p. 1015), no mesmo item, argumenta que a *Tentativa*

É admissível na forma realizada por escrito (crime plurissubsistente); na auto-acusação verbal a tentativa é impossível (crime unissubsistente). (JESUS, art. 341, p. 1015).

Posturas como essa, evidenciam que Jesus (2001) assume mais posicionamentos interpretativos, comprometendo-se com o processo de ressemantização. Enquanto Delmanto *et al* (2007) se colocam de forma mais recuada e impessoal.

Ao final de cada artigo, os autores trazem exemplos da jurisprudência em que apresentam, com certa frequência, casos curiosos e incomuns que ilustram o artigo em estudo. Destacamos abaixo alguns exemplos:

- art. 146 – *Constrangimento ilegal*: o agente, ao ausentar-se do lar, obriga a mulher a usar cinto de castidade para assegurar a fidelidade conjugal (TAMG, RJTAMG 51\289);
- art. 147 – *Ameaça*: por telefone – Nada impede que se realize por via telefônica, pois é delito formal (TACrSP, julgados 95\97);
- art. 148 – *Sequestro e cárcere privado*: motim em navio: não configura cárcere privado o confinamento de pouca duração das vítimas em compartimento, visando inutilizar qualquer

possibilidade de reação delas (TRF da 2ª R., RCr 25.410, mv – DJU 30.06.92, p. 19602);

- art. 157 – *Do roubo e da extorsão* – no §1º, emprego de arma, traz possibilidades como: emprego de revólver da própria vítima, encontrado no local do assalto; arma defeituosa; arma descarregada; peça ornamental assemelhada à arma; arma de brinquedo; arma de brinquedo na cintura, sem emprego; simulação de porte de arma; simples afirmação de porte de arma; emprego de arma por um dos co-autores; constituem armas; chave de fenda; etc.;
- art. 299 – *Falsidade ideológica*: vestibular ou concurso público: o preenchimento, através de “cola eletrônica”, de gabaritos em vestibular não tipifica crime de falsidade ideológica, pois neles não foi omitida, inserida ou feita declaração falsa diversa do que deveria ser escrita; a eventual fraude mostra-se, também, insuficiente para caracterizar o estelionato que não existe *in incertam personam* (STJ, mv – RT 758\502; TRF da 1ª R., RT 783\754).

Os autores demonstram preocupação com a linguagem, coerência e com as estruturas gramaticais da linguagem padrão e, quando encontram impropriedades na escrita da lei, chamam a atenção para as falhas cometidas pelo legislador. Segundo Delmanto *et al* (2007), esses equívocos geram brechas para interpretações que fogem ao objetivado pelo legislador. A qualificadora do § 5º do art. 155 – *Furto* apresenta a seguinte redação:

A pena é de reclusão de três a oito anos, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior (CP – PE, art. 155)

Nesse texto, o legislador falhou na redação ao omitir o transporte de um Estado para o Distrito Federal e vice-versa, Delmanto *et al* (2007) identificam o equívoco e o apontam, levantando hipóteses e fazendo inferências de como o leitor deve entender o parágrafo. Tal falha exige que a interpretação se apóie em fatores pragmáticos e comunicacionais para se chegar à proposição mais adequada à sentença, aproximando-a, dessa forma, ao pretendido pelo legislador. Davis (1991) comenta que os falantes de uma língua possuem um conhecimento tácito que possibilita utilizarem e compreenderem sentenças de sua língua. Nesse sentido, embora se reconheça que o enunciado está mal formulado, é possível compreendê-lo adequadamente.

O cuidado com a escrita e com a clareza do texto gera observações a respeito das falhas do legislador: "(...) o legislador, por evidente lapso, não cominou, cumulativamente, pena de multa, como fizera no *caput* e no § 4." (art. 155, p. 463). "A influência pretextada pode ser por meio de terceira pessoa que influiria no funcionário". Obviamente, a expressão 'ato praticado' deve ser entendida como 'ato a ser praticado' (art. 332³¹, p. 832).

Os doutrinadores, em raros momentos, fazem apreciações com juízo de valor em que evidenciam sua postura sociopolítica como, por exemplo, no art. 149 – *Redução à condição análoga à de escravo*, em que, ao se referirem aos cortadores de cana, argumentam que:

Infelizmente, o crime de redução à condição análoga à de escravo continua a ser praticado em nosso país, inclusive nos Estados mais prósperos da Federação. Em 2006, ano que o Brasil tornou-se o maior produtor mundial de açúcar, São Paulo, vergonhosamente, registrou quinze casos de cortadores de cana que, recebendo pagamento em razão da tonelagem cortada, e não em forma de salário fixo (o que diminuiria a exaustão desse trabalho que, por sua natureza, já é esgotante), acabaram morrendo durante o trabalho no campo. (p.433)

Ou ainda, no art. 353 – *Arrebatamento de preso*:

O arrebatamento não visa à fuga do preso, mas, ao contrário, ao fim de maltratá-lo, o que marca o elemento subjetivo da figura. Lamentavelmente, de tempos em tempos, ocorrem caso de arrebatamento de presos para linchamento, sendo eles tomados à força e mortos (p. 899)

Em relação à linguagem, ainda, Delmanto *et al* (2007) revelam-se mais abertos à variação linguística e empregam expressões amplamente divulgadas pela mídia como *sequestro-relâmpago* (p. 485), e expressões gírias como, *chispada*³², *queima de arquivo*³³, *trombada*³⁴, *surf ferroviário*. Embora Jesus (2001) use também as gírias *trombada* e *surf ferroviário*, essa opção linguística é mais acentuada em Delmanto *et al* (2007). O uso de expressões populares aproxima o texto do cotidiano dos interlocutores\leitores e gera maior aceitabilidade\facilidade no entendimento\estabelecimento de relações e significações.

Nessa tentativa de aproximação com o contemporâneo, os autores comentam crimes mais atuais como o *falso sequestro* no art. 158 – *Extorsão*:

Nos últimos anos a sociedade brasileira tem sofrido com a ação de criminosos que, por telefone, mentem ao dizer que seqüestraram um parente próximo, ameaçando matá-lo caso não lhes seja paga determinada quantia. Fatos como esse, a nosso ver, tipificam o crime de extorsão previsto neste art. 158, e não o crime de estelionato do art. 171 do CP. É que, para além da iludida, a vítima, aqui, é *constrangida* mediante *grave ameaça* que, para ela, é factível e verossímil, gerando terror e pânico. (p. 480).

³¹ Tráfico de influência

³² Correr nu (art. 624)

³³ Matar alguém

³⁴ Batida\choque que o ladrão dá no transeunte das grandes cidades com o objetivo de furtar ou roubar, dependendo se a ação foi praticada contra coisa ou contra pessoa (art. 155 e 157).

Ou, ainda, enquadram crimes:

Quanto a movimentos populares cujos integrantes invadem fazendas visando exclusiva e unicamente pressionar o governo a desapropriá-las, a fim de acelerar a implementação da reforma agrária prevista na CR (arts. 184 a 191), é nossa opinião que essa conduta não configura o crime do art. 161, § 1, II, constante no Capítulo III do Título II do CP, que trata dos crimes contra o patrimônio. Com efeito inexistente o elemento subjetivo exigido pelo tipo, ou seja a intenção de tomar a propriedade alheia, apropriando-se da terra. Nestes termos, não há confundir-se a turbação e o esbulho de posse, previstos no CC (arts. 1210 e ss.), com o crime de esbulho processório aqui tratado (...) (art. 161, p.489).

Em uma contemporaneidade em que as verdades técnico-científicas são provisórias, e o saber é cada vez mais relativizado, Delmanto *et al* (2007) reconhecem as mudanças, reveem posicionamentos em obras anteriores e, embora partam do significado literal do termo pré-estabelecido pela comunidade de especialistas, propõem novos sentidos, explicitando a presença do leitor no processo de descobrimento dos significados a partir da leitura que realiza do texto. Nos art. 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 274, 275, 289, apoiados nos princípios da proporcionalidade e da ofensividade e nas mudanças dos contextos sócio-culturais e políticos, os autores retificam sua interpretação em relação à edição anterior da obra³⁵ e propõem:

Na 6ª edição deste *Código Penal comentado*, entendíamos que “a figura é considerada de perigo abstrato, que se perfaz pela prática do ato idôneo, lesivo à segurança ou funcionamento do serviço”. Mudamos nossa opinião: para que haja crime, não basta que o ato seja idôneo a colocar em risco a segurança e ou o funcionamento de serviço público, devendo haver efetivo risco de perigo de dano, sob pena de ofensa aos já referidos princípios constitucionais (...) (DELMANTO *et al*, p. 677, art. 265)

³⁵ 6ª edição.

Até a 6ª edição, entendíamos que a expressão “nas mesmas penas” referia-se às penas do *caput*. Mudamos nosso entendimento: não apenas por uma posição topográfica deste § 4º, colocando logo em seguida à figura qualificada do § 3º, mas também pela gravidade equivalente das condutas, cremos ser mais acertado o entendimento de que a pena referida por este § 4º é a do § 3º, e não a do *caput* (nesse sentido, cf. Mirabete, *Manual de Direito Penal*, 23ª ed., Atlas, v. III, p. 187). (DELMANTO *et al*, art. 289, p. 726)

Em 03 (três), dos dez (10) casos supra citados, a interpretação da edição anterior era igual à de Jesus (2001) e em 01 (um) (p. 680) a revisão de posicionamento passa a ser consonante com Jesus. Essa mudança de posicionamento evidencia a importância de contextos situacionais e pragmáticos, pois o texto e suas terminologias não mudaram, no entanto, as possibilidades de leitura se ampliaram, porque as variantes situacionais\sócio-histórico-culturais mudaram.

5.3 PONTOS DE INTERSECÇÃO\CONVERGÊNCIA NO PROCESSO DE RETEXTUALIZAÇÃO ENTRE DELMANTO *et al* E JESUS

Jesus (2001) e Delmanto *et al* (2007), como interlocutores do texto do Código Penal - Parte Especial, não buscaram refazer o texto legal, mas, respeitando seu conteúdo original, procuraram transpô-lo para um outro gênero, empregando um outro nível de linguagem, conceituando a terminologia e exemplificando de forma a clarificar e levantar possibilidades semânticas. Nesse objetivo, lançam mão de contextos situacionais a fim de concretizar determinados conceitos, recursos linguísticos e discursivos, terminologia, estilo e estratégias semântico-pragmáticas de apresentação, descrição das leis, artigos, incisos e exemplos da jurisprudência e, em alguns casos, argumentações em defesa das posições assumidas. No trabalho de retextualização, esses

autores apresentam alguns pontos de contato\convergentes como, por exemplo:

- Mantêm a divisão em grandes tópicos, conforme o CP – PE: Títulos, Capítulos, artigos, parágrafos, incisos, comentando os aspectos relevantes dos grandes tópicos e alguns detalhes dos incisos.
- Subdividem o texto em subitens. Embora não sigam a mesma sequência e, às vezes, nem a mesma terminologia, apresentam, nesta subdivisão, itens comuns: *Objeto jurídico*, *Sujeito ativo*, *Sujeito passivo*, *Tipo objetivo e subjetivo* (*Conduta típica* por Jesus p. 509), *Exclusão de ilicitude* (Delmanto *et al*)\Exclusão de *antijuricidade* (Jesus p. 511). Delmanto *et al* apresentam esses itens seguindo sempre a mesma sequência, enquanto Jesus, em determinados artigos, altera essa ordem, dilui esses itens no mesmo subitem (art. 337 – A), ou, simplesmente, os omite.
- Embora haja divergência em relação à terminologia do subitem, pois Delmanto *et al* usam *tipo objetivo*, enquanto Jesus usa *Conduta típica*, os autores explicam o termo a partir de sua base semântica. Essa estratégia de ressemantização e retextualização é encontrada, por exemplo, no art. 160 – *Extorsão indireta*:

São duas as condutas previstas: *exigir* ou *receber*. *Exigir* tem a significação de impor, obrigar. *Receber* tem o sentido de tomar, aceitar. O objeto material é *documento que pode dar causa a procedimento criminal*, isto é, que seja capaz de dar causa a processo penal (contra a vítima ou terceira pessoa) (DELMANTO *et al*, 2007, p. 486)

Exigir: o sujeito impõe à vítima, como condição da entrega da prestação em dinheiro ou qualquer valor, o documento que pode dar causa a procedimento criminal contra ela ou terceiro. Receber: a própria vítima entrega ao sujeito o documento como garantia da dívida. A iniciativa cabe ao ofendido, que procura o sujeito ativo, a ele entregando o documento incriminado. (JESUS, 2001, p. 587)

- Ambos os autores empregam, com frequência, frases explicativas com o objetivo de dissipar possíveis dúvidas a respeito dos aspectos descritos:

“O primeiro é o dolo, que consiste na vontade livre e consciente de constranger a vítima, mediante violência em sentido amplo” (JESUS, art. 146, p. 493).

“O fato criminoso tem o nome de ‘plágio’, que significa a sujeição de uma pessoa ao domínio de outra” (JESUS, art. 149, p. 503).

“É o dolo, ou seja, a vontade livre e consciente de constranger” (DELMANTO *et al*, art. 146, p.427).

“Nas figuras do *caput* é o dolo (direto), ou seja, a vontade livre e consciente de praticar as condutas incriminadas (dolo genérico para a doutrina tradicional)” (DELMANTO *et al*, art. 149, p. 434).

- Embora a forma de apresentação e os termos sejam diferentes, os autores apresentam contextos definitórios que ajudam o leitor a compreender o texto do CP –PE. No art. 153 – *Divulgação de segredo*, por exemplo, Delmanto *et al* (p. 448) buscam esclarecer o termo *segredo* e a expressão final do artigo *possa produzir dano a outrem*, como se observa no trecho:

Segredo é o fato que deve ficar restrito ao conhecimento de uma ou de poucas pessoas (...) a expressão “possa produzir dano a outrem” significa que deve existir a possibilidade de dano (moral ou econômico) para terceiro (DELMANTO *et al*, p. 448).

Já Jesus (2001) assume estratégia diferente e detém-se no verbo que encabeça o artigo, definindo-o: "*Divulgar* é narrar alguma coisa a um número indeterminado de pessoas" (JESUS, 2001, p. 524)

Embora a apresentação de contextos definitórios seja uma constante nesses autores, em Jesus (2001) ela é mais recorrente.

- Mesmo havendo dissensos, discordâncias e interpretações que variem entre os dois autores, Delmanto *et al* (2007) assumem muitas interpretações de Jesus (2001) que, com menos frequência, também o cita para reforçar sua interpretação do texto legal:

(...) o endossante jamais poderia praticar a segunda conduta ("frustrar"), que o parágrafo também incrimina. Esta posição deve ser reputada a melhor (apóiam-na Cunha Peixoto, *O Cheque*, 1959, v. I, p. 130; Damásio de Jesus, *Direito Penal – Parte Especial*, 1995, v. I, p. 286), não obstante haja opiniões em contrário(...) (DELMANTO, art. 171, p. 529).

(...). No primeiro caso, a duplicata é totalmente falsa quanto à venda (o negócio é inexistente); no segundo, a venda existe, porém a duplicata não corresponde à qualidade ou quantidade da mercadoria transacionada. Exemplo do segundo caso: o sujeito vende vinte unidades e emite duplicata referente a duzentas. Nesse sentido: Celso Delmanto e Roberto Delmanto, *Código Penal comentado*, 3ª ed., Rio de Janeiro, p. 316(...) (JESUS, art. 171, p. 636).

- Os autores comentam possíveis impropriedades, lacunas e deslizes na redação do texto legal. No art. 180 – *Receptação*, no §1º, por exemplo, tanto Jesus (p. 666) quanto Delmanto *et al* (p.555) sugerem a alteração da redação da expressão *que deve saber ser*, pois ela diz menos do que queria expressar, para *quem sabe* ou *deve saber*, impondo penas distintas para as pessoas\condutas que cometem esse crime. Da forma com está escrito esse

parágrafo, segundo Delmanto *et al* (p. 555), é necessário o emprego de interpretação com efeitos extensivos, o que é inadmissível quando tais efeitos alargam o âmbito da conduta típica.

- Fazem observações em relação à redação do texto, ponderando e justificando determinadas escolhas dos legisladores como, por exemplo, o emprego dos verbos *modificar* e *alterar* no *caput* no art. 313 – B. *Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações*:

Embora a lei não deva usar palavras desnecessárias, os verbos acima referidos têm o mesmo significado (Aurélio Buarque De Holanda Ferreira, *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*, Nova Fronteira). Para Antônio Lopes Monteiro, entretanto, o conceito de *alterar* é mais abrangente que o de *modificar*, sendo este espécie e aquele gênero (...) (Delmanto *et al*, 2007, p. 786)

Os núcleos do tipo são os verbos *modificar*, cujo significado é mudar, e *alterar*, que quer dizer adulterar, transformar. Teria o legislador formulado verbos idênticos? Cremos que não, já que *modificar* prende-se a dados que dizem respeito à estrutura do sistema (de dados) ou ao programa de informática. Já o *alterar* vincula-se a informações contidas no sistema ou no programa. Ponderamos que a colocação de dois núcleos tão parecidos teve a finalidade de não deixar dúvidas aos intérpretes e aplicadores da norma penal. Trata-se de um tipo misto alternativo, em que a concretização de mais de um dos núcleos, num mesmo contexto fático, constitui crime único. (JESUS, 2001, p. 926).

- Assumem postura econômica em relação ao texto ao lançarem mão de remissivas para localizar e contextualizar o leitor. No art. 126 – *Provocar aborto com o consentimento da gestante*, por exemplo, Delmanto *et al* (2007, p. 372) fazem remissão ao art. 128 - *Não se pune aborto praticado por médico*. Desse modo, não precisam antecipar conceitos e discussões. Embora essa prática

seja mais consistente em Delmanto *et al* (2007), Jesus (2001) a emprega em inúmeros momentos, como no art. 140 – *Injúria* (p. 473), em que faz remissiva ao art. 138 - *Calúnia* para distinção entre *injúria*, *calúnia* e *difamação*. Na sequência, diferencia *injúria* e *desacato*, caracterizando a *injúria qualificada* e afirmando, ainda, que a *injúria* é absorvida pelo *desacato* e pela *difamação*.

- Ilustram sua interpretação com vastos exemplos da jurisprudência. No art. 330 – *Desobediência* (p. 821), por exemplo, Delmanto *et al* (2007) levantam 56 itens para exemplificar a jurisprudência. Jesus (2001), no art. 140 – *Injúria* (p. 473), elenca 55 subitens relacionados à jurisprudência.

5.4 DISCORDÂNCIA ENTRE OS DOUTRINADORES

Em uma análise para levantarmos os artigos que poderiam ser estudados em uma análise comparativa, verificamos que a Parte Especial do Código Penal percorre do art. 121 ao 361, no entanto o art. 359 se desdobra da letra A até a H, somando 08 (oito artigos) em um total de 248 artigos.

Desde a promulgação do CP - PE em 1940, houve também a criação do art. 231 – A (2005), art. 319 – A (2007) e dos art. 337 – B, 337 – C e 337 – D (2002) que, devido a sua criação posterior à edição do Código Penal Anotado de Jesus (2001), não farão parte deste estudo comparativo. Há que se incluir nesse grupo os 18 (dezoito) artigos que foram revogados (art. 187 a 196, art. 217, art. 219 a 222, art. 240, art. 279, art. 281) e os art. 326 e 335 que, segundo os doutrinadores em estudo, foram revogados tacitamente. O art. 149 sofreu alteração pela Lei 10.803, de 11.12.2003, não permitindo análise comparativa entre os autores. Com a subtração dos artigos criados posteriormente a publicação

do texto de Jesus (2001) e dos revogados, temos para nossa análise comparativa um total de 222 (duzentos e vinte e dois) artigos.

Ao analisarmos as operações linguístico-textual-discursivas como um todo, verificamos que, nos aspectos de reformulação e adaptação do texto da lei para o texto informativo\explicativo, os autores percorrem caminhos diferentes, embora haja pontos de intersecção. Tanto Jesus (2001) quanto Delmanto *et al* (2007) estruturam o texto em tópicos. Esses mantêm, com poucas exceções, uma sistematização da informação (*Objeto Jurídico, Sujeitos Ativo e Passivo, Tipo Objetivo, Tipo Subjetivo, Consumação, Tentativa, Classificação, Concurso de Crimes, Tentativa, Pena, Ação Penal*, etc.), obedecendo a uma sequência. Jesus (2001), salvo o *Objeto Jurídico, Sujeito Ativo e Passivo*, apresenta alguns dos itens elencados por Delmanto *et al*, mas não os sistematiza, revelando ausência de regularidade em sua análise.

O art. 146 - *Constrangimento ilegal*, exemplifica essa postura. Nele, Jesus (2001, p.491) estabelece como *Objeto Jurídico* a liberdade de autodeterminação e abre o subitem "assento constitucional" em que cita a CF, art. 5, II – *Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei*. Ao explicar o *Sujeito Ativo*, abre um subitem para descrever o *Sujeito ativo funcionário público* e estabelece relação com o art. 350 do CP e com a lei 4.898 (abuso de autoridade). Na sequência, para explicar os *Tipos Qualificados*, descreve as espécies de armas, ilustra com a jurisprudência o emprego de arma de brinquedo (TACrimSP, RvCrim336.030, 1 Gr. Câms. rel. Juiz Érix Ferreira, RT, 768:592) e assume posição contrária, afirmando que arma de brinquedo não é arma. Comenta a necessidade do uso da arma para que a qualificadora seja utilizada, além de comentar a não exigência de mais de uma arma, e justifica argumentando que a lei faz menção ao gênero, não ao número de armas empregadas.

Delmanto *et al* (2007, p. 425), nesse mesmo artigo, estabelecem como *Objeto Jurídico* a liberdade psíquica e física da pessoa, especialmente a sua liberdade de autodeterminação, para reforçar essa

posição também comenta que isso está assegurado na CF, art. 5, II. Em relação às figuras qualificadas, o autor é bastante sintético, comentando apenas o número mínimo de pessoas exigido para executar o crime, o uso de arma de brinquedo como desqualificadora.

A análise desses dois fragmentos revela-nos uma escrita assistemática de Jesus (2001), que vai entremeando diversas informações, inúmeros detalhes, que não se mantêm em todos os artigos. No art. 150 – *Violação de domicílio*, por exemplo, para reforçar a compreensão do *caput*, o autor (2001, p. 505) define *casa*, mediante sinônimo e descrição, lançando mão de exemplos concretos como (...) o *legislador procurou proteger o lar, a casa, o lugar onde alguém mora, como a barraca do saltimbanco ou do campista, o barraco do favelado ou o rancho do pescador* (p. 505). Não satisfeito, ao explicar o §4, o autor abre subitens para explicar os incisos I, II e III e o *caput* final, além de 11 (onze) subitens para explicar o que não pode ser considerado *casa*, isto é, a partir de uma definição negativa, busca afirmar tudo que o conceito não é. Dentre esses subitens, destacamos:

Lar desvirtuado – não é casa (RJTJSP, 69:386)

Cassinos clandestinos – não é casa (RJTJSP, 69:386)

Bar – não é casa (II):RT, 416:256)

Almoxarifado desabitado – não é casa: RT, 469:411

Dubuc (1992) orienta que, em uma definição terminológica, essa estratégia é considerada um dos principais defeitos e deve ser evitada. No mesmo artigo, ao tratar da *Consumação do crime*, embora os autores concordem quanto à consumação, Jesus (2001) afirma que a entrada precisa ser concreta, o que, segundo ele, torna necessário que o sujeito entre com o corpo inteiro na casa da vítima (RT, 391:292), Delmanto *et al* (2007) não fazem menção a esse fato.

Delmanto *et al* (2007) mostram-se mais flexíveis no trabalho de reformulação e adaptação, não se preocupando em seguir linearmente o texto de partida (lei). Ao comentarem, por exemplo, o art. 167 – *Ação Penal*, pulverizam a ação nas notas de cada artigo do capítulo,

significando-a no contexto. Jesus (2001) assume postura diversa, e comenta a ação penal na sequência proposta pelo CP – PE, revelando-se mais cartesiano.

Situação semelhante encontramos no art. 177 – *Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações* em que a cada inciso Jesus (2001) apresenta um *Objeto Jurídico*, marcando algumas especificidades, enquanto Delmanto *et al* (2007) só apresentam o que encabeça o artigo e trazem uma definição mais genérica. Movimento inverso acontece no art. 208 – *Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo, em que* Delmanto *et al* (2007) elegem um *Objeto Jurídico* para cada parte do artigo, ressaltando traços semânticos entre as partes e Jesus (2001) apresenta o termo *Objeto Jurídico* no plural, definindo-o apenas uma vez.

No tratamento da linguagem padrão\formal, ao analisarmos a transposição do texto de um formato linguístico para outro, deparamo-nos com marcas de estilo, em que há fidelidade ao conteúdo, contudo, abrem-se possibilidades para variações da linguagem. Em uma leitura atenta dos textos, verifica-se que Jesus (2001) assume uma linha mais conservadora em relação ao emprego do vocabulário\terminologia, enquanto Delmanto *et al* (2007) buscam atualizar a linguagem. Encontramos, por exemplo, em Jesus (2001) o vocábulo *ébrio* (p. 498), *dissentimento* (p. 509), *denegar* (p. 541). Delmanto *et al* (2007), por sua vez, empregam vocabulário mais corrente e usam, em contextos semelhantes aos de Jesus (2001), *embriaguez* (p.428), *sem consentimento* (p. 437). Quando usam palavras mais eruditas, os autores têm o cuidado de trazer, entre parênteses, uma forma sinônima, como em:

“No entanto, o intuito deve ser de esbulho (desapossamento), e não de mera turbação (perturbação) (...)”. (Delmanto *et al*, p. 489, art. 161)

Nesse mesmo artigo, empregando o mesmo vocabulário e terminologia, Jesus (2001) não apresenta o sinônimo entre parênteses. Essa variação pode ser resultado da diferença temporal entre as publicações, 06 (seis) anos, mas também uma estratégia de facilitação da

leitura, como já comentado anteriormente, adotada por Delmanto *et al* (2007), ao aproximar sua linguagem, dentro das possibilidades, da linguagem dos interlocutores do texto.

Em relação à linguagem, ainda, verificamos que, muitas vezes, os autores percorrem caminhos diferentes na escrita, com resultados semelhantes em relação ao conteúdo do texto. No art. 137 – *Rixa*, por exemplo, o texto da lei não faz menção a um número mínimo de sujeitos para se caracterizar o delito. Jesus (2001) conceitua *rixa* como briga entre mais de duas pessoas, acompanhada de vias de fato ou violências físicas recíprocas. Delmanto *et al* (2007), entretanto, definem como a luta entre três ou mais pessoas, com violências físicas recíprocas, ou seja, a partir de construções diferentes, dizem a mesma coisa.

Já discutimos anteriormente que o processo de retextualização pressupõe o de ressemantização, processo cognitivo de apropriação de conteúdos e sentidos a partir de inferências diretas sobre o que foi aprendido. Tal movimento, por si só, implica interferências, acresce-se o fato de que, em nossa análise, ocorre a mudança de um gênero a outro, com mudança no modelo global de transmissão. Nos textos em estudo, constatamos que os autores apresentam diferenças conceituais em elementos fundamentais à interpretação do artigo. Essas diferenças na base conceitual geram um efeito que se propaga por toda a interpretação do texto legal.

Como dito anteriormente também, os autores subdividem o texto em subitens. Embora não sigam a mesma sequência, constatamos que *Objeto jurídico*, *Sujeito ativo* e *Sujeito passivo* são elementos recorrentes. Delmanto *et al* (2007) os apresentam sempre na mesma sequência, enquanto Jesus (2001), em determinados artigos, altera essa sequência, dilui esses itens no mesmo subitem e, em raros momentos, omite-os.

Por serem elementos recorrentes nos dois autores em estudo, realizamos uma análise comparativa com os 222 (duzentos e vinte e dois) artigos nos dois doutrinadores e identificamos que esses itens são caracterizados em 198 (cento e noventa e oito) desses artigos. Tal análise

comparativa teve por objetivo verificar a ocorrência de diferenças de sentido em relação aos itens *Objeto jurídico*, *Sujeito ativo* e *Sujeito passivo*, fundamentais à interpretação da lei.

O *Objeto Jurídico* representa o assunto, a matéria sobre o que recai o Direito, uma ação ou uma obrigação. É o ponto de partida e de chegada, isto significa que o objeto representa a essência do artigo. Nesse estudo, constatamos que, em relação ao *Objeto Jurídico*, os autores concordam em 141 (cento e quarenta e um), em um total de 71,2%. Em 49 (quarenta e nove) artigos, os autores concordam parcialmente, ou seja, em 24,8% e discordam em 8 (oito), ou 4%. O gráfico 01 ilustra esses números:

Gráfico 1: Objeto Jurídico

O item *Objeto Jurídico* denota a razão de ser e o valor semântico do artigo. É o resultado de múltiplas representações mentais e relações internas e externas e podem ser quantificáveis. Por tudo isso, essa discrepância na sua interpretação revela como o processo de ressemantização pode ser influenciado por fatores vários, ampliando as

fronteiras semânticas, diluindo-as e, em alguns casos, contraindo-se em um movimento de retração e expansão das possibilidades semânticas.

No art. 204 – *Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho*, por exemplo, Jesus (2001) dá como *Objeto Jurídico* a nacionalização do trabalho, enquanto Delmanto *et al* (2007), o interesse na nacionalização do trabalho. Nessa perspectiva, Delmanto *et al* delimitam e restringem o significado do objeto do artigo analisado, do que Jesus, pelo emprego do termo *interesse*.

Em relação ao *Sujeito Ativo*, verificamos que há concordância em 193 (cento e noventa e três) o que equivale a 97% dos artigos pesquisados. Os autores concordaram parcialmente em 05 (cinco), o que equivale a 3%. Não houve discordância em nenhum artigo, como demonstra o gráfico 02 a seguir:

Gráfico 2: Sujeito ativo

O item *Sujeito Passivo* apresenta concordância em 181 (cento e oitenta e um) ou 91% dos artigos pesquisados. O índice de concordância parcial subiu para 17 (dezessete) ocorrências, ou seja, 9%. Assim como no *Sujeito Ativo*, esse item não apresentou discordância quanto à interpretação, como podemos visualizar no gráfico 03.

Gráfico 3: Sujeito Passivo

Esse levantamento, ilustrado pelos gráficos 1, 2 e 3, evidencia que o texto legal, ainda que empregue terminologia específica e busque clareza e objetividade, de forma a evitar ambiguidades e incoerências, possibilita leituras diferenciadas, de acordo com a complexa rede sógnica de aspectos semânticos, pragmáticos, sintáticos e estéticos que permeiam todo o processo de ressemantização e retextualização. A variação na carga semântica desses elementos que são a base do artigo tende a se repercutir em todo o texto dos doutrinadores em estudo.

Em nossa análise, ainda, encontramos outras divergências interpretativas relacionadas a diversos aspectos do texto legal como, por exemplo:

- Jesus (2001) compreende que a gravidez se inicia com a constituição do ovo, ou seja, desde que as células germinais se fundem. Para Delmanto *et al* (2007), no entanto, a gravidez se inicia quando o ovo é implantado no útero materno. Em sua tese, Jesus apoia-se na jurisprudência (RJTJSP, 35:237), enquanto Delmanto *et al*, na doutrina e na Medicina legal (Fragoso, 1995, v. 1, p. 80-81 e ODON RAMOS MARANHÃO – Curso básico de medicina Legal, 1990, p. 159).

- No art. 134 – *Exposição ou abandono de recém-nascido*, Jesus (2001) considera que além da mãe (a maioria dos doutrinadores considera apenas a mãe), o pai incestuoso ou adúltero poderia cometer o delito. Entende como *sujeito passivo* desse delito o recém nascido até a queda do cordão umbilical. Delmanto *et al* (2007) entendem como crime próprio, portanto apenas a mãe pode cometê-lo, pois a lei se refere à desonra “própria”. Para eles, o recém-nascido deve ser compreendido em seu sentido comum ou vulgar, amplo e não científico, restrito à queda do cordão umbilical. Os elementos básicos da lei que envolvem o *objeto jurídico*, o *sujeito ativo* e o *passivo*, na interpretação desses autores, estão desencontrados, provocando, desse modo, diferentes sentidos. Essas diferenças na forma de desconstruir o texto da lei se devem, muitas vezes, aos diferentes lugares de onde esses autores falam, já que seus referenciais não são os mesmos.
- No art. 143 – *Retratação*, Jesus (2001, p. 486) afirma que, *em regra, a retratação do sujeito não tem relevância jurídica, funcionando somente como circunstância judicial na aplicação da pena (CP, art. 59, caput)*. Excepcionalmente, continua o autor, *o estatuto penal lhe empresta força extintiva de punibilidade (...)*. Ele não faz menção à ação de reparação e abre um subitem para explicar, em detalhes, a expressão *antes da sentença*, que neste artigo tem significado fundamental ao entendimento do artigo, pois a decisão em questão não se trata de decisão irrecurável, admitindo-se retratação até o momento anterior à sua publicação em mão do escrivão. Delmanto *et al* (2007, p. 421), no entanto, afirmam que a retratação é *causa expressa de extinção de punibilidade (CP, art. 107, VI)(...)*, e continuam os autores, *Note-se, porém, que a extinção de punibilidade causada pela retratação tem efeitos só penais, não obstando a propositura da ação civil de*

reparação (CPP, art. 67, II). Em relação à expressão *antes da sentença*, informam a posição dominante na doutrina de que só é operante até antes da decisão de primeira instância na ação penal.

- No art. 145 – que orienta sobre os crimes do Capítulo sobre *Rixa*, Jesus (2001) entende que a ação penal nos crimes contra a honra é, em regra, privada e excepcionalmente pública. Na sequência, explora exemplos concretos, detendo-se na classificação entre ação penal e pública. Delmanto *et al* (2007), por sua vez, entendem que a ação é privada, sem menção à ação pública e segue o rito dos arts. 519 a 523 do CPP. Na sequência, abrem o subitem *exceções* em que elencam quatro casos específicos em que a ação pode ser pública. Verifica-se uma incoerência na argumentação de Delmanto *et al* (2001).
- Jesus (2001), no art. 147 – *Ameaça*, entende que toda pessoa com capacidade de entendimento pode ser *sujeito passivo*, para reforçar sua interpretação cita RT, 446:418. O autor abre novo subitem para afirmar que a criança e o louco não podem ser sujeitos passivos. Em relação à *embriaguez*, o autor comenta as duas posições existentes – a embriaguez afasta o crime de ameaça, a embriaguez não exclui o crime de ameaça. No período seguinte, assume posição afirmando que a embriaguez por si só não exclui o dolo, para reforçar sua posição cita o CP, art.28, II. No mesmo parágrafo, o autor pondera que o estado de embriaguez pode ser tal que exclua a seriedade exigida pelo tipo, no entanto, argumenta que a embriaguez pode tornar mais sério o prenúncio de mal injusto e grave. Delmanto *et al* (2007) entendem, como sujeito passivo, qualquer pessoa, incluindo a criança, desde que seja capaz de sentir a intimidação. No que diz respeito à embriaguez, Delmanto *et al* (2001, p. 427) citam o predomínio da doutrina e posicionam-se a respeito do

entendimento de que não se configura delito quando a ameaça é feita: a) *em momento de cólera, revolta ou ira*; b) *em estado de embriaguez*; c) *quando a vítima não lhe dá maior crédito*. Não se aprofundando mais no assunto.

- Ambos os autores concordam que o consentimento válido da vítima exclui o delito no art. 148 – *Sequestro e cárcere privado*. Todavia, Delmanto *et al* (2007) salientam que o consentimento torna-se juridicamente inválido e ineficaz no caso de a “duração” ou modo de supressão da liberdade ou o escopo, fira os princípios de direito público e de moral social queiram invioladas a personalidade humana e a liberdade individual. Nos tipos qualificados para esse delito, Jesus (2001) apresenta tipos não coincidentes com Delmanto *et al* (2007).
- No art. 151 – *Violação de correspondência*, Jesus (2001, p. 515) define como *Objeto Jurídico a liberdade de comunicação do pensamento* e considera lícita a conduta do marido ler a correspondência da esposa. Delmanto *et al* (2007, p. 441) trazem como *Objeto Jurídico a liberdade individual, especialmente a garantia de sigilo de correspondência*, assumindo um posicionamento mais específico quanto ao núcleo desse objeto. Apresentam o posicionamento dos doutrinadores quanto ao marido ler a correspondência da esposa e posicionam-se nesse sentido, afirmando que está é uma conduta ilícita. No §1º, II, Delmanto *et al* (2007, p.442) inscrevem como *Objeto Jurídico a liberdade individual, especialmente o sigilo das comunicações telegráficas, radioelétricas e telefônicas*, enquanto Jesus (2001, p. 517), apenas *a correspondência transmitida pelo telégrafo, com ou sem fio*. Em relação à conduta, Jesus refere-se a gravar e divulgar. Delmanto *et al*, a divulgar, transmitir indevidamente ou utilizar abusivamente.

- Em relação ao concurso de pessoas (IV) no art. 155 – *Furto*, Delmanto *et al* (2007) citam a posição dos doutrinadores, mas defendem que é necessária a presença de duas ou mais pessoas no local para que a figura qualificada seja reconhecida. Jesus (2001), no entanto, entende que comete crime quem, de qualquer modo, concorre para sua realização, por isso o partícipe ou co-autor, mesmo não estando no local, também comete crime.
- No art. 153 – *Divulgação de segredo*, Jesus (2001) interpreta de forma extensiva quando afirma que o *Objeto Jurídico* é o resguardo de fatos da vida cujo conhecimento pode causar dano a terceiro. Não caracteriza como crime se o sujeito relata o segredo a uma só pessoa. Delmanto *et al* (2007) apresentam como *Objeto Jurídico* a liberdade individual, especialmente a proteção dos segredos cuja divulgação possa causar dano a outrem, pois, segundo os autores, o artigo fala de conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial ou, ainda, no §1º, informações sigilosas ou reservadas, sem fazer referência aos fatos da vida. Assim, para caracterizar o crime basta que se narre a uma só pessoa, pois o que se tem em vista é o comportamento *divulgar* e não o resultado divulgação.
- Há discordância quanto ao tipo de vantagem no art. 159 – *Extorsão mediante sequestro*: Jesus (2001) entende como vantagem devida, enquanto Delmanto *et al* (2007), apoiados em outros doutrinadores, consideram vantagem indevida.
- No art. 162 – *Supressão ou alteração de marcas em animais*, há discordância quanto ao número de animais: Jesus (2001) considera que é suficiente que o sujeito suprima ou altere marca em um só animal. Delmanto *et al* (2007) consideram que ao usar

os coletivos gado e rebanho, além de a rubrica se referir a animais, não se pode ampliar o sentido de forma a incriminar a conduta quando ela é praticada em um só animal.

- No art. 164 – *Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia*, Jesus (2001) considera que basta um só animal para a realização do tipo. Delmanto *et al* (2007, p. 496) questionam essa posição e argumentam que um único animal não tipifica o delito, a menos que resulte efetivo dano a propriedade, para reforçar sua posição citam o texto legal *desde que do fato resulte prejuízo*
- Delmanto *et al* (2007) entendem como tacitamente revogado o art. 165 – *Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico* pela Lei 9.605\98, art. 62, que o engloba. Embora Jesus (2001) cite e comente a lei, não faz nenhum comentário nesse sentido. Esse posicionamento se repete no art. 166 – *Alteração de local especialmente protegido*, em que Delmanto *et al* (2007) iniciam o comentário, apresentando-o como tacitamente revogado pela Lei 9.605\98, em seu art. 63 que engloba o art. citado. Embora Jesus (2001) cite e comente a lei, não faz nenhum comentário a respeito da possível revogação tácita.
- Em relação ao tipo privilegiado, no art. 171 - *Estelionato*, os autores discordam, Delmanto *et al* (2007) entendem que se alude ao prejuízo e não ao valor, enquanto Jesus (2001) entende que o valor não deve superar a um salário mínimo.
- No art. 215 – *Posse sexual mediante fraude*, no item *Sujeito Passivo*, Jesus (2001) acrescenta que a mulher tem que ser honesta e agir dentro dos padrões socialmente aceitáveis. Para não deixar dúvidas sobre o assunto, o autor caracteriza a mulher

desonesta. Delmanto *et al* (2007), no entanto, advertem que é irrelevante à caracterização do tipo saber se a mulher é ou não “honesta”, pois a conduta é praticada mediante fraude, engodo, que leva a enganada à falsa aparência da realidade.

- No art. 253 – *Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante*, Jesus (2001) considera que é desnecessário que das condutas advenha perigo concreto à coletividade, considerando o perigo abstrato. Delmanto *et al* (2007) retificam posição anterior, semelhante a de Jesus, e ponderam que para que haja antijuricidade ou ilicitude deve haver efetiva lesão ou efetivo perigo de lesão ao bem judicialmente tutelado.
- No art. 257 – *Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento*, Delmanto *et al* (2007) entendem que, por força da expressão *destinados*, só podem ser incluídos como objeto material do crime as coisas ou meios *inequivocadamente* destinados às finalidades de salva-vidas, extintores de incêndio, etc.. Jesus (2001) amplia os já citados e considera também os meios circunstancialmente úteis.
- Em relação ao perigo, no art. 264 – *Arremesso de projétil*, Jesus (2001) considera que ele não necessita ser comprovado, podendo ser presumido, enquanto Delmanto *et al* (2007) entendem como indispensável o perigo concreto para que haja a violação do bem tutelado.
- No art. 265 – *Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública*, Jesus (2001) aceita o perigo presumido, enquanto Delmanto *et al* (2007) consideram que, para que haja crime, não basta que o ato seja idôneo a colocar em risco a segurança e ou o

funcionamento de serviço público, devendo haver efetivo risco de perigo de dano, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais.

- Para configurar o crime do art. 266 – *Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico*, basta para Jesus (2001) que se presuma a ocorrência do crime. Delmanto *et al* (2007), porém, consideram que o crime só se configurará se, em razão da conduta do agente, houver efetivo perigo para um número indeterminado de pessoas ou coisas.
- Para configurar o ilícito do art. 270 – *Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal*, Delmanto *et al* (2007), em revisão a interpretação anterior, entendem que é necessária a comprovação, mediante perícia, de que a água envenenada, efetivamente, apresentava risco à saúde pública. Jesus (2001) entende como crime de perigo abstrato, ou seja, sem necessidade de comprovação.
- No art. 268 – *Infração de medida sanitária preventiva*, Jesus (2001) considera crime de perigo abstrato, enquanto Delmanto *et al* (2007) entende que para esse crime exige-se prova de perigo concreto. O mesmo acontece no art. 271 – *Corrupção ou poluição de água potável* em que Jesus (2001) comenta que não se exige perigo concreto, enquanto Delmanto *et al* (2007) argumentam que é requisito do tipo que a corrupção ou poluição efetivamente torne a água prejudicial à saúde humana, ou seja, exige perigo concreto.
- Em relação ao perigo abstrato e concreto, no art. 273 – *Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais* e 274 – *Emprego de processo proibido ou de substância não permitida*, Jesus (2001) não exige perigo concreto, enquanto Delmanto *et al* (2007)

comentam que esse delito se configurará quando houver efetiva comprovação de nocividade à saúde de indeterminado número de pessoas ou da real redução do valor terapêutico ou medicinal do produto, ou seja, exige perigo concreto.

- No art. 275 – *Invólucro ou recipiente com falsa indicação*, ainda, Delmanto *et al* (2007) argumentam que é necessária a comprovação de perigo concreto de dano à saúde humana, enquanto Jesus (2001) compreende que não é necessário que o produto seja entregue ao consumo para a consumação do crime.
- No art. 277 – *Substância destinada à falsificação*, devido ao uso da expressão *inequívoca*, Delmanto *et al* (2007) consideram que a substância deve ser específica, não incluindo eventuais substâncias destinadas à corrupção, alteração ou adulteração. Jesus (2001) entende, por outro lado, que devem ser consideradas aquelas substâncias eventualmente destinadas à falsificação.
- No caso de crime continuado no art. 288 – *Quadrilha ou bando*, Jesus (2001) entende que o crime de quadrilha caracteriza-se mesmo que a quadrilha tenha sido formada para a prática de um só crime continuado. Delmanto *et al* (2007) assumem como mais correta a interpretação de que a associação não se coaduna com a unidade individuada do crime a praticar, para tanto argumentam que o artigo em questão exige a intenção de praticar *crimes* (no plural). Para reforçar sua posição citam: “como a lei não tem palavras inúteis, deve ser distinguido o associado do participante” (MIRABETE, 1990).
- No art. 345 – *Exercício arbitrário das próprias razões*, Jesus (2001) afirma que a consumação se dá no instante típico imediatamente anterior ao resultado objetivado pelo sujeito, com a realização da

conduta que visa à satisfação da pretensão. Para Delmanto *et al* (2007), a consumação se dá com a efetiva satisfação da pretensão. Nesse artigo, ainda, Jesus entende, na ação penal, que a violência pode ser física e moral, enquanto Delmanto *et al* preveem, unicamente, a violência física contra a pessoa, não abrangendo a violência moral.

- Para Jesus (2001), o art. 350 – *Exercício arbitrário ou abuso de poder* teve revogado, tacitamente, o *caput* e o inciso III do dispositivo pela lei 4.898\1965. Delmanto *et al* (p. 894) informam, no entanto, que todo o artigo foi revogado, ou seja, o *caput* e os incisos I, II, III e IV, mesmo assim fazem as anotações aos incisos
- No art. 352 – *Evasão mediante violência contra pessoa*, Jesus (2001) admite a possibilidade de *Tentativa*, enquanto Delmanto *et al* (2007) não admitem, pois entendem que a *Tentativa* é equiparada ao delito consumado.
- Em relação à *Tentativa*, ainda, no art. 359 – A – *Contratação de operação de crédito*, Delmanto *et al* (2007) argumentam que, embora de difícil ocorrência, a *Tentativa* é admissível nas três modalidades (ordenar, autorizar, realizar). Jesus (2001), por outro lado, pondera que nas modalidades de *ordenar* e *autorizar* a *Tentativa* é inadmissível pela impossibilidade de fracionar-se a conduta.

Mesmo percorrendo caminhos diferentes, os autores transpuseram as informações do texto de partida – Lei – ao gênero retextualizado – texto informativo-explicativo –, em um movimento de inserção, que mantém os elementos semânticos decisivos, mas também se caracteriza por uma tendência de ampliação, a fim de que o texto final atingisse seu objetivo de explicitar os possíveis sentidos que o texto legal pode carregar. Esse

trabalho não se restringiu apenas à explicação, mas também informou, analisou, expôs, apresentou posicionamento, esclareceu pontos obscuros, ilustrou, dentre outras funções, de modo a favorecer os processos de compreensão.

Poder-se-ia pressupor, inicialmente, que a objetividade do texto da lei e sua terminologia pudessem evitar conflitos decorrentes de possíveis ambiguidades. No entanto, constatamos que isso não acontece, pois a divergência interpretativa se revela bastante produtiva entre os dois autores em estudo.

Nossa análise evidencia que o sentido não está no texto, por mais que os enunciados e a linguagem da lei\terminologia, assentada na idéia de que é possível estabelecer clareza e segurança jurídicas a partir de regras rigorosamente elaboradas, busquem um alto grau de precisão, de forma a garantir univocidade às decisões judiciais e aos atos administrativos. A comunicação não se reduz ao que os termos representam, visto que, mesmo nas LSPs, é importante considerar todos os aspectos que a permeiam.

Constata-se um hiato entre o texto e as representações semânticas. Os sentidos se corporificam na interlocução, nos diversos e diferentes contextos sócio-culturais e apenas na ação se pode estabelecer as possibilidades semânticas. Assim, os processos de ressemantização e retextualização questionam os sistemas de significação preexistentes, renovando-os. Enquanto discurso, a noção de circunstancialidade, que envolve o contexto de produção, os valores, as inferências e outros importes fáticos, foram decisivos nos processos significativos do texto.

O texto legal revelou-se um *locus* da ação interpretativa, fonte do sentido jurídico, em que as injunções sociais, históricas, econômicas, culturais, políticas, psicológicas, técnicas, etc. estão presentes e pulsam nos momentos interpretativos.

5.5 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS CONCEITOS TERMINOLÓGICOS INSERIDOS NO PROCESSO DE RESSEMANTIZAÇÃO E RETEXTUALIZAÇÃO

A terminologia é uma disciplina fundamental ao estabelecimento, à caracterização e à categorização das diferentes linguagens de especialidade. Como dito anteriormente, é centrada nas unidades terminológicas. Os conceitos formam redes de relações, possibilitando, a partir da elaboração da estrutura conceitual, a recuperação da organização do conhecimento do domínio que se toma como objeto de estudo e o estabelecimento das relações entre os conceitos e todas as suas possibilidades de denominação. O trabalho terminológico pressupõe, portanto, o domínio da competência cognitiva, linguística e sociofuncional.

A análise e a descrição do subconjunto das UTs que constitui o CP – PE permitem reconhecer o uso de determinados termos e estruturas que compõem esse espaço conceptual e o papel desses termos nesse sistema estruturado de conceitos. O carácter monorreferencial dos termos desempenha um papel chave na precisão e univocidade da comunicação jurídica especializada. A análise mais detalhada desse repertório, no entanto, revela que esse subconjunto possui uma caracterização recursiva da verdade atravessada por intenções, contextos e identidades que formam a comunidade linguística especializada.

Nesse sentido, a TCT, apoiada na teoria do conhecimento, na teoria da comunicação e na teoria da linguagem, alarga a compreensão da conceptualização das realidades especializadas, levando em conta as diversas situações em que elas podem se produzir, assim como abre espaço para o estudo das singularidades significativas das UTs, responsáveis por ativar a comunicação nessas situações comunicativas.

A partir dessa base, analisamos, em um estudo comparativo, as 280 Fichas Terminológico-discursivas, sendo 140 de Delmanto *et al* e 140 de Jesus, com o objetivo de verificar como esses doutrinadores desconstruíram/interpretaram os termos estudados e os retextualizaram.

Como comentado anteriormente, nossa amostra se constitui de termos de todos os Títulos de modo a permitir a visualização do sistema Conceitual. O trabalho com esse instrumental teórico-metodológico objetivou explicar a conformação, constituição e nível de interferência na interpretação da lei.

A organização dos termos na amostra privilegiou a natureza temática, fundamentada nos grandes temas destacados no CP – PE a partir dos Títulos e ficou assim estruturada:

Título I – Dos crimes contra as pessoas

- 01 - Homicídio (art. 121)
- 02 - Homicídio qualificado (art. 121)
- 03 - Homicídio privilegiado (art. 121)
- 04 - Perdão judicial (art. 121)
- 05 - Induzimento à suicídio (art. 122)
- 06 - Infanticídio (art. 123)
- 07 - Auto-aborto/Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento (art. 124)
- 08 - Aborto necessário (art. 128)
- 09 - Aborto sentimental art. 128)
- 10 - Lesão Corporal (art. 129)
- 11 – Lesão corporal seguida de morte (art. 129)
- 12 - Violência doméstica (art. 129)
- 13 - Perigo de contágio venéreo (art. 130)
- 14 - Perigo de contágio de moléstia grave (art. 131)
- 15 - Perigo de vida (art. 132)
- 16 - Abandono de incapaz (art. 133)
- 17 - Abandono de recém-nascido (art. 134)
- 18 – Omissão de socorro (art. 135)
- 19 – Maus-tratos (art. 136)
- 20 - Rixa qualificada (art. 137)
- 21 - Calúnia (art. 138)

- 22 - Difamação (art. 139)
- 23 - Injúria (art. 140)
- 24 - Constrangimento ilegal (art. 140)
- 25 - Ameaça (art. 147)
- 26 - Cárcere privado (art. 148)
- 27 - Sequestro (art. 148)
- 28 - Violação de domicílio (art. 150)
- 29 - Violação de correspondência (art. 151)
- 30 - Destruição de correspondência (art. 151)
- 31 - Divulgação de segredo (art. 153)
- 32 - Violação de segredo profissional (art. 154)

Titulo II – Dos crimes contra o patrimônio

- 33 - Furto (art. 155)
- 34 - Furto privilegiado (art. 155)
- 35 - Furto noturno (art. 155)
- 36 - Roubo (art. 157)
- 37 - Roubo qualificado pela lesão corporal grave (art. 157)
- 38 - Latrocínio (art. 157)
- 39 - Extorsão (art. 158)
- 40 - Extorsão mediante sequestro (art. 159)
- 41 - Extorsão indireta (art. 160)
- 42 - Alteração de limites (art. 161)
- 43 - Usurpação de águas (art. 161)
- 44 - Esbulho processório (art. 161)
- 45 – Dano (art. 163)
- 46 - Apropriação indébita (art. 168)
- 47 - Apropriação de coisa achada (art. 169)
- 48 - Estelionato (art. 171)
- 49 - Disposição de coisa alheia como própria (art. 171)
- 50 - Defraudação de penhor (art. 171)
- 51 - Fraude no pagamento por meio de cheque (art. 171)

- 52 - Abuso de incapazes (art. 173)
- 53 - Induzimento à especulação (art. 174)
- 54 - Fraude no comércio (art. 175)
- 55 - Negociação de voto (art. 177)
- 56 - Fraude à execução (art. 179)
- 57 - Receptação (art. 180)
- 58 - Receptação qualificada (art. 180)

Título III – Dos crimes contra a propriedade imaterial

- 59 – Violação de direito autoral (art. 184)

Título IV – Dos crimes contra a organização do trabalho

- 60 – Atentado contra a liberdade de trabalho (art. 197)
- 61 - Boicotagem violenta (art. 198)
- 62 - Atentado contra a liberdade de associação (art. 199)
- 63 - Paralisação de trabalho de interesse coletivo (art. 201)
- 64 - Sabotagem (art. 202)
- 65 - Invasão de estabelecimento (industrial, comercial ou agrícola) (art. 202)
- 66 - Aliciamento para fim de emigração (art. 206)

Título V – Dos Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos

- 67 - Impedimento de cerimônia funerária (art. (art. 209)
- 68 - Violação de sepultura (art. 210)
- 69 - Subtração de cadáver (art. 211)
- 70 - Ocultação de cadáver (art. 211)
- 71 - Vilipêndio a cadáver (art. 212)

Título VI – Dos crimes contra os costumes

- 72 - Estupro (art. 213)
- 73 - Atentado violento ao pudor (art. 214)

- 74 - Corrupção de menores (art. 218)
- 75 - Favorecimento da prostituição (art. 228)
- 76 - Rufianismo (art. 230)
- 77 - Ato obsceno (art. 233)
- 78 - Objeto obsceno (art. 234)

Título VII – Dos crimes contra a família

- 79 - Bigamia (art. 235)
- 80 - Conhecimento prévio de impedimento (art. 237)
- 81 - Simulação de casamento (art. 239)
- 82 - Registro de nascimento inexistente (art. 241)
- 83 - Parto suposto (art. 242)
- 84 - Ocultação de recém-nascido (art. 242)
- 85 - Registro de filho alheio (art. 242)
- 86 - Sonegação de estado de filiação (art. 243)
- 87 - Abandono material (art. 244)
- 88 - Frustração de pagamento de pensão (art. 244)
- 89 - Entrega de filho menor a pessoa inidônea (art. 245)
- 90 - Abandono intelectual (art. 246)
- 91 – Abandono Moral
- 92 - Subtração de incapazes (art. 249)

Título VIII – Dos crimes contra a incolumidade pública

- 93 - Incêndio doloso (art. 250)
- 94 - Uso de gás tóxico (art. 252)
- 95 - Perigo de inundação (art. 255)
- 96 - Atentado contra a segurança de transporte aéreo (art. 261)
- 97 - Arremesso de projétil (art. 264)
- 98 - Infração de medida sanitária preventiva (art. 268)
- 99 - Omissão de notificação de doença (art. 269)
- 100 - Corrupção de água potável (art. 271)
- 101 - Falsificação de produto alimentício (art. 272)

102 - Exercício ilegal da arte dentária (art. 282)

103 - Charlatanismo (art. 283)

104 - Curandeirismo (art. 284)

Título IX – Dos crimes contra a paz pública

105 - Incitação ao crime (art. 286)

106 - Apologia de crime (art. 287)

107 - Formação de quadrilha (art. 288)

Título X – Dos crimes contra a fé pública

108 - Circulação de moeda falsa (art. 289)

109 - Falsidade ideológica (art. 299)

110 - Falso reconhecimento de firma (art. 300)

111 - Falsidade material de atestado (art. 301)

112 - Falsidade de atestado médico (art. 302)

113 - Uso de documento falso (art. 304)

114 - Supressão de documento (art. 305)

115 - Falsa identidade (art. 307)

Título XI – Dos crimes contra a administração pública

116 - Peculato (art. 312)

117 - Concussão (art. 316)

118 - Corrupção passiva (art. 317)

119 - Prevaricação (art. 319)

120 - Advocacia Administrativa (art. 321)

121 - Abandono de função (art. 323)

122 – Violação de sigilo funcional (art. 325)

123 – Usurpação da função pública (art. 328)

124 – Resistência (art. 329)

125 – Desobediência (art. 330)

126 - Desacato (art. 331)

127 - Tráfico de influência (art. 332)

- 128 - Corrupção ativa (art. 333)
- 129 - Contrabando (art. 334)
- 130 - Descaminho (art. 334)
- 131 - Reingresso de estrangeiro expulso (art. 338)
- 132 - Auto-acusação falsa (art. 341)
- 133 - Exercício arbitrário das próprias razões (art. 345)
- 134 - Fraude Processual (art. 347)
- 135 - Favorecimento Pessoal (art. 348)
- 136 - Favorecimento Real (art. 349)
- 137 - Abuso de poder (art. 350)
- 138 - Arrebatamento de preso (art. 353)
- 139 – Motim de presos (art. 354)
- 140 - Patrocínio infiel (art. 355)

A análise comparativa das fichas evidenciou que os termos não possuem um sentido único, mas um referente prototípico que suscita interpretações diferenciadas que se aproximam mais ou menos. Assim, nosso estudo explorou o termo e as habilidades do leitor para produzir e apropriar-se dos sentidos ao ressemantizá-los e retextualizá-los.

Embora essas ações sejam distintas, estão intimamente inter-relacionadas. Ressemantizar implica mudar características designativas do termo, permitindo a alteração de sua carga semântica. Esse processo apóia-se em inferências³⁶ e ambiguidades a partir de informações contidas tanto no texto, como as situadas em contextos mais amplos. Nossa análise permitiu-nos constatar que, na dimensão contextual, os doutrinadores recorrem a outros doutrinadores, à apreciação axiológica dos fatos, a adjetivações, muitas vezes, desqualificadoras, ao emprego de variáveis axiológicas, entre outras características.

³⁶ Modo de produção de sentidos que se dá pela identificação e extração de informações codificadas, mas como uma atividade em que conhecimentos de diversas procedências entram em ação por formas de raciocínio variadas. (MARCHUSCHI, 2008)

A análise realizada evidencia essa afirmação ao verificar que Jesus (2001), dos 140 termos, ressemantiza 87 (oitenta e seis), ou seja, altera a carga semântica de 62% das UTs pesquisadas, como mostra o gráfico 4:

Gráfico 4: Ressemantizações produzidas por Jesus (2001)

Ao analisarmos como esse processo de ressemantização se deu, verificamos que 45 (quarenta e cinco) tiveram acréscimo na carga semântica, introduzindo elementos que não estavam implícitos, 38 (trinta e oito) foram ressemantizados com subtração da carga semântica, ou seja, houve a exclusão de informações, dificultando, em alguns casos, a compreensão do termo ou, ainda, não permitindo dimensioná-lo em toda a sua extensão semântica. A ficha terminológico-discursiva utilizada na pesquisa possibilitou a identificação de mais de um processo de ressemantização para cada termo. Nesse sentido, verificamos que 04 (quatro) termos apresentaram movimento duplo de acréscimo e de subtração. Nenhum dos termos ressemantizados apresentou características progressivas, em outras palavras, nenhum apresentou uma atualização em relação ao contexto contemporâneo. O Gráfico 5 ilustra esses dados:

Gráfico 5: Processos de ressemantização por Jesus (2001)

Em relação ao processo de retextualização, verificou-se uma incidência ainda maior, das 140 (cento e quarenta) UTs analisadas em Jesus (2001), 117 (cento e dezessete) foram retextualizadas, correspondendo a um total de 84%:

Gráfico 6: Retextualização dos termos por Jesus (2001)

No processo de retextualização, verificou-se que em 18 (dezoito) houve o emprego de citações com o objetivo de reforçar a interpretação realizada. Identificamos marcas metalinguísticas que potencializam o entendimento do texto ao empregar expressões referenciais para explicar/esclarecer o termo em 28 (vinte e oito); e a apresentação de novas opções terminológicas em 10 (dez). O uso de remissivas apresentou apenas 02 (duas) ocorrências, evidenciando não ser uma prática recorrente no processo de reescrita de Jesus (2001). O gráfico 7 retoma esses dados:

Gráfico 7: Processos de retextualização por Jesus (2001)

Desses dados, faz-se necessário comentar que 35 termos apresentaram mais de 02 (dois) aspectos do processo de retextualização simultaneamente e, em 08 (oito) termos, verificamos a incidência de 03 (três) desses aspectos.

Jesus (2001) possui formas para ressemantizar e retextualizar que singularizam seu texto. O doutrinador emprega a jurisprudência para reforçar sua interpretação, como argumento de autoridade. Não conceitua, com sistematicidade, os termos, mas elenca subitens para esclarecer alguns traços do termo. Essa estratégia de escrita evidencia que o autor compilou exemplos e dados de várias fontes e, no processo de

retextualização, ele os elenca. Tal prática não favorece a compreensão do conceito, apenas levanta algumas possibilidades semânticas.

No estudo dos processos de ressemantização e retextualização realizados por Delmanto *et al* (2007), constatamos uma diferença significativa na extensão dos processos. Apuramos que 129 (cento e vinte e nove) termos foram ressemantizados, o que corresponde a 92% do total analisado.

Gráfico 8: Ressemantizações produzidas por Delmanto *et al* (2007)

No estudo dessas ressemantizações, identificamos que houve acréscimo na carga semântica em 122 (cento e vinte e dois). A inserção de elementos novos deu-se a partir de operações de generalização, particularização, sintetização, ampliação, entre outras. Ocorreu subtração da carga semântica em apenas 06 (seis) termos. A ressemantização progressiva mostrou-se mais recorrente em Delmanto *et al* (2007) com 05 (cinco) ocorrências. Os autores mostraram-se mais abertos às mudanças e à apropriação do contexto sócio-cultural. Em 04 (quatro) dos termos analisados, houve, simultaneamente, a ressemantização por acréscimo e por progressão, como se pode observar no gráfico 9:

Gráfico 9: Processos de ressemantização por Delmanto *et al* (2007)

Constatamos que Delmanto *et al* (2007) retextualizam todos os termos em estudo, evidenciando uma prática de reescrita bastante efetiva.

No texto retextualizado por Delmanto *et al*, todos os termos apresentaram adaptações na escrita. Em 71 (setenta e um), os autores empregaram citações e, em alguns casos, até mais de uma. Tal estratégia de reescrita é empregada com o objetivo de reforçar a argumentação em defesa da interpretação da UT empreendida pelos doutrinadores. No trabalho de explicitar o conceito, os autores usaram marcas metalinguísticas como paráfrases, apostos ou expressões sinônimas em 119 (cento e dezenove). Novas opções terminológicas foram identificadas em 06 (seis) itens, e na retextualização de 08 (oito) termos, o autor faz uso de remissivas, como evidenciado no gráfico 10:

Gráfico 10: Processos de retextualização por Delmanto *et al* (2007)

Nesses dados, assim como em Jesus (2001), verificamos a ocorrência de 62 (sessenta e dois) termos ressemantizados por 02 aspectos simultâneos, 65 (sessenta e cinco) por 03, e 04 (quatro), por 04 aspectos.

Delmanto *et al* (2007) são retextualizadores atentos que sistematizam os termos mais centrais dos artigos, conceituando-os, e favorecendo, dessa forma, a interpretação do leitor. A análise possibilitou constatar também que Delmanto *et al* (2007) aprofundam mais os processos de ressemantização e retextualização do que Jesus (2001), ampliando as possibilidades de compreensão dos conceitos analisados.

Essa análise evidencia como, a cada interpretação, as leis e, conseqüentemente, seu conjunto terminológico ganham novos contornos semânticos ao serem aplicados, sofrendo ressemantizações para ajustar-se à realidade, às demandas e aos cenários contemporâneos, sofrendo influências políticas, culturais, sociais e, acima de tudo, interagindo com o sujeito leitor.

6. CONCLUSÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a terminologia e o texto legal do CP – PE, assim como os processos de ressemantização e retextualização que permeiam esse texto. Nossa análise contemplou esses objetos em sua totalidade de significação, relacionando e integrando-os na complexa teia de relações que os envolve. Assim compreendido, o texto e a terminologia que o constitui funcionam como instrumento, mas também como produto da interação linguística especializada.

O Direito é uma área de especialidade intimamente ligada à sociedade, que se adapta às necessidades da vida. O conjunto terminológico que o constitui acompanha esse movimento. Ao pesquisarmos o conjunto terminológico do CP - PE, procuramos identificar e compreender como os conceitos são constituídos, empregados e transmitidos. Nesse sentido, a TCT, por sua flexibilidade, adequou-se às particularidades do texto legal, favorecendo o trabalho com a realidade linguística que marca esse discurso especializado.

O estudo do uso linguístico ou modo de significar passou pela análise das alterações significativas que os termos sofreram no processo de retextualização. Essa análise explorou o significado de base, neste caso, dado pelo CP – PE e pelo dicionário de especialidade do CP – PE e o significado contextual, atravessado pelos efeitos de sentido oriundos do processo comunicativo empreendidos por Jesus (2001) e Delmanto *et al* (2007).

A análise dos processos de ressemantização e retextualização do texto do CP – PE explicitaram uma realidade linguística que, embora marcada pela estabilidade e terminologia do discurso normativo, é permeada por redimensionamentos de valores e ideologias que põem em relevo a presença do leitor, ao transfigurar e adequar o sentido dos termos e do texto à realidade sócio-político-cultural, ou seja, ao estabelecer uma relação dialógica com o texto.

O estudo dos termos nos contextos estudados, pautado nos princípios teóricos que sustentam esta tese, permitiu-nos tecer algumas considerações concernentes aos processos de interpretação, ressemantização e retextualização:

- os autores empregam a terminologia da área com rigor;
- O texto normativo do CP – PE está sujeito à interpretação e o conjunto terminológico que o constitui contribui para as ondulações de sentido que o atravessam;
- a interpretação do CP – PE implica seleção, reordenação, reconstrução, inferência, associação e caracteriza-se como atividade dialógica que se corporifica na interação com o outro ao inter-relacionar os conhecimentos do texto com os do leitor;
- há um hiato entre o significado do enunciado e sua interpretação. Assim os enunciados não apenas transmitem proposições, vão além, pois expressam atitudes, posicionamentos, etc.;
- a intenção inicial do produtor do texto, muitas vezes, é suplantada pelas possibilidades semânticas que subjazem à estrutura textual, evidenciando que mesmo o texto normativo do CP – PE está sujeito ao uso;
- embora o uso de remissivas tenha sido identificado em nossa análise, seu emprego não é uma estratégia recorrente na composição da textualidade dos doutrinadores analisados;
- o estabelecimento de intertextualidade marca fortemente o processo de retextualização do texto do CP - PE e favorece o

processo de ressemantização ao promover a constituição de novos sentidos;

- as UTs sofrem afluxos de sentido advindos da sociedade, do próprio sistema jurídico, assim como das mudanças oriundas da passagem do tempo, evidenciando um caráter não sistemático;
- embora tenhamos verificado uma ampliação semântica, marcada por diferentes possibilidades de significar os termos no contexto jurídico-penal, fenômenos como a polissemia e a sinonímia não se revelaram muito produtivos.
- o processo de retextualização, como prática de sentido que é, de escrita sobre a escrita, de gênero (lei) sobre gênero (informativo-explicativo), fundamenta-se em recursos retóricos e persuasivos;
- a linguagem jurídica é influenciada por causas não linguísticas de mudança, como, por exemplo, a dominação política e cultural de um grupo linguístico, de uma classe social ou de um meio cultural;
- os doutrinadores em estudo lançam mão da metalinguagem, intertextualidade, ou seja, falam a partir de outros textos, especialmente textos doutrinários. São tendenciosos e possuem escrita didática. Tal análise evidencia uma tendência desse tipo de discurso;
- as UTs que constituem o conjunto terminológico do CP – PE ganham novos contornos semânticos ao serem interpretadas, sofrendo ressemantizações para ajustar-se à realidade, demandas e cenários contemporâneos a cada interpretação;

- os autores analisados, Jesus (2001) e Delmanto *et al* (2007) apresentam formas distintas para o processo de ressemantização e retextualização que influenciaram diretamente os dados levantados, assim como influenciam o nível de compreensão do leitor.

Essas constatações evidenciam que, mesmo se tratando de um texto normativo constituído por um conjunto terminológico definido, os aspectos pragmáticos permitem compreender como a ideologia está intimamente ligada à estrutura conceitual explicitada nas leis. Assim, a univocidade significativa só pode ocorrer se houver uma coincidência ideológica.

A interpretação da lei, nesse sentido, exige leitores que desvelem as conexões entre os termos e os fatores sociais, políticos, ideológicos, caso contrário corremos o risco de coisificação e até mesmo de dominação dos sujeitos sociais.

A interação entre textos, sujeitos e contextos sociais resulta em uma atividade recorrente de construção de sentidos. O movimento textual é marcado por uma dinâmica textual paradoxal, pois o *continuum* e a mudança coexistem na influência e absorção das práticas sociais favorecendo a ampliação semântica dos termos, amalgamando e incorporando os diversos valores sócio-histórico-culturais.

Em suma, esta análise problematiza o conjunto terminológico do CP – PE e os processos de ressemantização e retextualização ao estudar os termos e a compreensão a respeito deles, explicitando a dinâmica interação entre valores, idéias, princípios e aspectos culturais. Nessa perspectiva, a terminologia da área não se caracteriza como um sistema hermético, mas como um organismo vivo, que influencia outros sistemas, ao mesmo tempo em que é influenciada por eles, em um movimento de contextualização, ampliação e atualização de seu repertório.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gladis Maria de B. O percurso da terminologia: de atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma. **Revista TradTerm**: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia, São Paulo, n. 9, p. 211-222, 2003.

AMÊNDOLA NETO, Vicente. **História e evolução do direito penal no Brasil**. Campinas: Julex, 1997.

AUBERT, Francis H. **Introdução à pesquisa terminológica bilíngüe**. São Paulo: Humanitas, 1996. (Cadernos de terminologia; 2)

AUGER, Pierre; ROSSEAU, L-J. **Méthodologie de la recherche terminologique**. Quebec: Office de la Langue Française, 1978.

ARISTÓTELES. **A política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Cambridge: Mass: Harvard University Press, 3. ed, 1978.

BALDINGER, Kurt. **Teoria semântica**: hacia uma semântica moderna. Madrid: Alcalá, 1977.

BARROS, Lídia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Trad. de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BARBOSA, Maria Aparecida. Transcodificação Terminológica e Intercientificidade. In: XIX Encontro Nacional da ANPOLL, **Anais**, 2004.

_____. Terminologização, vocabularização, cientificidade, banalização: relações. **Acta semiótica et linguística**, São Paulo, v. 7, p. 25-44, 1998.

_____. **Léxico, produção e criatividade**: processos de neologismo. 3. ed. São Paulo: Plêide, 1996.

_____. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In: Simpósio Latino-Americano de Terminologia, I Encontro Brasileiro de Terminologia Técnico-Científica. **Anais...**, Brasília, 1990.

_____. Da Função Semiótica, das Funções Metasemióticas e suas Aplicações à Elaboração da Macro e Microestrutura e do Processo de Remissivas da Obra lexicográfica. **Estudos Linguísticos XLX**. Bauru, GEL, p. 141-148, 1990b.

BAZERMAN, Charles. Gêneros, agência e escrita. In: BAZERMAN, Charles; DIONISIO, Ângela P.; HOFFNAGEL, Judith C. (Org.). **Gêneros textuais: tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2006.

BEAUGRANDE, R. de. LSP and terminology in a new science of text and discourse. In: GALINSKY, Cristian; SCHIMITZ, Klaus-Dirk. **TKE'96: Terminology and Knowledge engineering**. Frankfurt: Indeks Verlag, 1996. p. 12-26.

BÉJOINT. Henri; THOIRON, Philippe. Macrostructure et microstructure dans un dictionnaire de collocations en langue de spécialité. Luxembourg. **Terminologie et traduction**, n. 2-3, p. 513-522, 1992.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BEVILACQUA, Cleci R. Unidades fraseológicas especializadas: novas perspectivas para sua identificação e tratamento. In: **Temas de terminologia**.

BHATIA. **Analysing genre: language use in professional settings**. London: Longman, 1993.

BIDERMANN, Maria Tereza Camargo. Terminologia e Lexicografia. **TradTerm 7: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia/FFLCH/USP**. São Paulo: Humanitas, 2001.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal – Parte especial**. Vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **Tratado de direito penal**. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003. 2 v.

BITTAR, Eduardo C. B. **Linguagem jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BONFIM, Edilson Mougenot. **Direito penal da sociedade**. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: O. Mendes, 1998.

BOUTIN-QUESNEL, R. *et al.* **Vocabulaire systématique de la terminologie**. Quebec: Publications Du Québec, 1985.

BRANDÃO, Cláudio. **Introdução ao direito penal**: análise do sistema penal à luz do princípio da legalidade. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BRUNO, Aníbal. **Direito penal**: tomo I. São Paulo: Forense, 1984.

_____. **Direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1956. 4 v.

BUNGE, M. **La investigación científica: su estrategia y su filosofía**. 5ª ed. Barcelona: Ariel, 1976.

CABRÉ, Maria Teresa. La terminologia, uma disciplina en evolución: pasado, presente y algunos elementos de futuro. **Revista debate terminológico**, n. 1, mar. 2005. Disponível em: <http://www.riterm.net/revista/n_1/cabre.pdf> Acesso em: 12/05/2008.

_____. Sur la représentation mentale des concepts: bases pour une tentative de modélisation. In: **Le sens em Terminologie**. Presses Universitaires de Lyon, 2000.

_____. **La terminologia**: representación y comunicación: elementos para uma teoria de base comunicativa y otros artículos. I. Universitat

Pompeu Fabra. Institut Universitari de Lingüística Aplicada II. Barcelona, 1999.

_____. **Elementos para uma teoria de la terminologia**: de la denominación a la comunicación. Actas do VI Simpósio Iberoamericano de Terminologia. Cuba, 1998.

_____. Lexicologia y variación: hacia um modelo integrado. In: **Actas del V Simpósio Iberoamericano de Terminologia**: Terminologia, Ciência y Tecnologia. Ciudad de México, del 3 al 8 de noviembre de 1996. Paris: União Latina. (p. 1-8), 1996.

_____. Terminologie et dictionnaires. **Meta**, Montreal, n. 4, v. 39, décembre, 1994. p. 590-597.

_____. **La Terminología** – teoría, metodología, aplicaciones (Trad. Castelhana de Carles Tebé). Barcelona: Editorial Antártida/ Empúries, 1993.

CABRÉ, Maria Teresa *et al.* La terminologia hoy: replanteamiento o diversificación. **Organon**, v. 12, n. 26, p. 33-41, 1998.

CAPITANT. **Instituições do de direito civil**. Trad. de Caio M. da S. Pereira, São Paulo: Forense, 1976.

CASTILLO, Rodolfo Alpízar. **El léxico de la terminologia. Intento de la sistematización**. La Habana: Editorial Academia, 1995.

CATHREIN, Viktor. **Filosofía del derecho**: el derecho natural y el positivo. Madrid, 1959.

BRASIL. Código civil (2002). **Código civil**. 10. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

CORNU, Gerard. La définition dans la loi. In: GEMAR, Jean-Claude. **Language du droit et traduction: essais de jurilinguistique**. Québec: Linguatex\Conseil de la langue française, 1982 (p. 15-29) / **Linguistique juridique**. Paris: Monchrestien, 1990.

COSERIU, Eugenio. **Princípios de semântica estrutural**. Madrid: Gredos, 1986.

COUTINHO, M. Antónia. Schematisation (discursive) et disposition (textuelle). In: ADAM, Jean-Michel; GRIZE, Jean-Blaise; BOUACHA, Magid Ali (Ed.). **Texte et discours**: categories pour l'analyse. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2004. p. 29-42.

CULLER, Jonathan. **Sobre a desconstrução**: teoria e crítica do pós-estruturalismo. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.

DAVIS, Steven. **Pragmatics**: a reader. Oxford: Oxford University Press, 1991.

DELMANTO, Celso *et al.* **Código Penal Comentado**. 7 ed. Atual. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

DIAS, Marieta Prata de. **Para um vocabulário Sistemático do Código Penal Brasileiro (Parte Especial)**. 2002. 233 f. (Tomo I). Tese (Doutorado) -Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. São Paulo: Saraiva, 14 ed., 2002.

_____. **Dicionário jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1998. 4 v.

DUBUC, Robert. **Manuel pratique de terminologie**. Quebec: Linguatéc, 1992.

DURKHEIM, E. **De la division du travail social**. 2. ed. Paris, 1902.

ECO, Umberto. Interpretação e história. In: ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 53-77.

_____. **A estrutura ausente**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

_____. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. **Semiótica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

ENGISCH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

FELBER, H. En memòria d'E. Wüster. In: CABRÉ, M. Teresa. **Terminologia**: selecció de textos d'E. Wüster. Barcelona: Servei de Llengua Catalana: Universitat de Barcelona, 1996. p. 17-29.

_____. **Manuel de terminologie**. Paris: Unesco/InfoTerm, 1984.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Teoria da norma jurídica**: ensaio de pragmática da comunicação normativa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978a

_____. **Função social da dogmática jurídica**. Tese. São Paulo, 1978b.

FERREIRA, Waldemar. **História do direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1952.

FINATTO, Maria José Bocorny. Microestrutura no dicionário terminológico: bases teóricas e orientações metodológicas em direção ao seu tratamento formal. In: KRIEGER, Maria da G.; MACIEL, Anna M. B. (Org.) **Temas de Terminologia**. Porto Alegre: São Paulo: Ed. Universidade UFRGS; Humanitas/USP, 2001.

FISH, Stanley. **Is there a text in the class?** the authority of interpretive communities. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

FOCAULT, Michael. **As palavras e as coisas** (Trad.: Salma Tannus Muchail) São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de Direito Penal. Parte Geral.** 15 ed. Ver. E atual. Por Fernando Fragoso. Rio de Janeiro: Forense, 1994. 2 vol.

FRANÇA, R. Limongi. **Hermenêutica jurídica.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

FRIEDE, Reis. **Ciência do direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GARCIA, Basileu. **Instituições do direito penal.** Vol. I, Tomos I e II. São Paulo: Ed. Max Limonad, 1973.

GAUDIN, François. Terminologie: l'ombre du concept. **Meta**, Montreal, v. 41, n. 4, 1996. p. 605-621.

GERALDI, José W. **Portos de passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GILISSEN, J. **Introdução histórica ao direito.** Trad. A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

GOUADEC, Daniel. Nature et traitement des entités phraséologiques. In: GOUADEC, Daniel (Org.) **Terminologie et phraséologie:** acteurs et aménageurs. Paris: La Maison du Dictionnaire, p. 167-193, 1994.

_____. **Terminologie:** constitution des données. Paris, AFNOR, 1990.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Análise do discurso em Ciências Sociais.** São Paulo: Global Ed., 1986.

_____. **Semântica estrutural:** pesquisa de método. (Trad. Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein). São Paulo: Ed. Cultrix, 1976a.

_____. **Semiótica e ciências sociais**. (Trad. de Álvaro Lorecini e Sandra Nitrini). São Paulo: Ed. Cultrix, 1976b.

GRICE, H. Paul. Meaning. In: **Philosophical review**, 67. Reprinted in Steinberg & Jakobovits, 1971. p. 53-59.

_____. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.) **Fundamentos metodológicos da linguística**. v. 4, p. 81-103, 1982.

GUILBERT, Louis. La spécificité du terme scientifique et technique. **Langue Française**, n. 17, p. 5-17, février, 1973.

HUNGRIA, Nélon. **Comentários do código penal**: vol. I, tomo I. São Paulo: Forense, 1958.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 704: **terminology work – principles and methods**. Geneve, 2000.

_____. ISO 860. **Unificação Internacional de Conceitos e termos**. Traduzido por Bianca Amaro de Melo, Enilde Faulstich, João Dino F. P. dos Santos e Lígia M. C. de Miranda. Brasília, 1993.

_____. ISO 1087: **terminology work: vocabulary**. Geneve, 1990.

JESUS, Damásio E.. **Código Penal anotado**. 11 ed. Ver. E atual. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. **Direito penal**: vol. I. São Paulo: Saraiva, 1992.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**: doutrina do direito. Bauru: Edipro, 2003.

KOCK, Ingedore. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

KRIEGER, Maria da Graça. A face linguística da Terminologia. In: KRIEGER, Maria da G.; MACIEL, Anna M. B. (Org.) **Temas de terminologia**. Porto Alegre: São Paulo: Ed. Universidade UFRGS; Humanitas/USP, 2001a.

_____. O termo: questionamentos e configurações. **TradTerm 7**: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia/FFLCH/USP. São Paulo: Humanitas, 2001b.

_____. Terminologia revisitada. In: KRIEGER, Maria da G.; MACIEL, Anna M. B. (Org.) **Temas de terminologia**. Porto Alegre: São Paulo: Ed. Universidade UFRGS; Humanitas/USP, 2001c.

KRIEGER, Maria da Graça, et al. Relações semânticas em um dicionário ambiental. In: **Simpósio Iberoamericano de Terminologia**. Terminologia y desarrollo. RITERM, 4, Buenos Aires. Actas...Buenos Aires: Secretaria de Ciência e Tecnologia de La Nación, Subsecretaria de Informática y desarrollo, Union Latina, v. 2, p. 127-131, 1994.

LURQUIN, G.. Le langage et l'homme. In: **Memorian Eugen Wüster** 1979.

MACIEL, Anna M. Becker. Pertinência pragmática e nomenclatura de um dicionário terminológico. **Revista Internacional de língua portuguesa**, Lisboa, n. 15, p. 69-76, 1996.

NUNES, R. **Manual de introdução ao estudo do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. Terminologia, linguagem de especialidade e dicionários. In: KRIEGER, Maria da G.; MACIEL, Anna M. B. (Org.) **Temas de terminologia**. Porto Alegre: São Paulo: Ed. Universidade UFRGS; Humanitas/USP, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARQUES, José Frederico. **Curso de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 1954. v. 1, 2, 3.

MATÊNCIO, Maria de Lourdes M. Atividades de (re)textualização em práticas acadêmicas: um estudo do resumo. In: **Revista scripta**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, 2002.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Signos**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MIRABETE, Júlio F. **Manual de direito penal**. São Paulo: Atlas, 1991. vol. 1.

NAUFEL, José. **Novo dicionário jurídico brasileiro**. São Paulo: Ícone, 1986.

NEVES, Iêdo Batista. **Vocabulário Prático de Tecnologia Jurídica e de Brocados Latinos**. 4^a ed. São Paulo: Edições-Fase, 1991.

NORONHA, Magalhães. **Direito penal**. São Paulo: Saraiva, 1991. v. 1.

OLIVEIRA, Edmundo. **Comentários ao código penal**: parte geral. São Paulo: Forense, 1994.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. Os limites semânticos de Humpty Dumpty. **A cor das letras**: Revista do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana, n. 5, p. 157-169, 2004.

OLIVEIRA NETTO, José. **Dicionário jurídico**: terminologia jurídica e latim forense. São Paulo: Edijur, 2005.

OLSON, David R. **O mundo no papel**: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita. São Paulo: Ática, 1997.

ORGANISATION INTERNACIONALE DE NORMALISATION. **Terminologie - vocabulaire**. Genebra, ISO, 1990.

PADEL, R. **In and out of the mind**: greek images of the tragic self. Princeton, NJ: Princenton University Press, 1992.

PAIS, Cidimar Teodoro. O percurso gerativo da enunciação: produtividade léxica e discursiva. **Confluência**: Revista do Departamento de Linguística da Unesp-Assis, Assis, v. 3, p. 162-181, 1995.

PAVEL, Silvia. A fraseologia na língua de especialidade. Metodologia de registro nos vocabulários terminológicos. In: FAULSTICH, Enilde; ABREU, Sabrina P. (Org.). **Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia**: cooperação internacional: Brasil e Canadá. Porto Alegre: UFRGS; Instituto de Letras; NEC, 2003.

PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. **Manual de terminologia**. Ministério de Obras Públicas e Serviços Governamentais do Canadá, 2002. n.º do catálogo S53-28\2002.

PICHT, H. LSP phraseology from the terminological point of view. **Terminology science and research**. IISTF, Viena, v. 1, n. 1-2, p. 33-48, 1990.

PLATÃO. **Crátilo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. **Górgias ou a oratória**. São Paulo: Difel, 1970.

POTTIER, Bernard. **Théorie et analyse em linguistique**. 2. ed. Paris: Hachette, 1992.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal** brasileiro: vol. I - parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

RASTIER, François. **Sens et textualité**. Paris: Hachette, 1989.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. **O direito como experiência**. São Paulo. E. Saraiva, 1968.

REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1912-. Índice acumulado. ISSN 0034-9275 (anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008)

REY, Alain. La terminologie dans un dictionnaire générale de la langue française: le Grand Robert. **TermNet News**, Viena, n. 14, p. 5-7, 1985.

_____. **La terminologie: noms et notions**. Paris: Paris Universitaires de France, 1979.

_____. **Le lexique**: images et modeles, du dictionnaire à la lexicologie. Paris: Colin, 1977.

RICOEUR, Paul. **A Metáfora Viva**. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo. Edições Loyola, 2000.

RONDEAU, Guy. **Introduction à la terminologie**. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

SAGER, J. C.. **A practical course in terminology processing**. Amsteram: John Benjamins, 1990.

SANDRINI, Peter. Comparative analysis of legal terms: equivalence revisite. In: **TKE'96: Terminology and knowledge engineering**. Frankfurt: Indeks, 1996.

SANDRINI, Peter. Comparative analysis of legal terms: equivalence revisite. In: TKE'96: **Terminology and Knowledge engineering**. Frankfurt: Indeks. p. 341-350, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale**. Édition critique préparée par Tullio Mauro. Paris: Payot, 1994.

SEGANFREDDO, Sonia Maria S. **Como interpretar a lei**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1979.

SIDARUS, A.-Y. Onomástica Aegyptiaca: La tradition des lexiques thématiques em Egypte a travers lês ages et lês langues. **Histoire-Epistemologie-Language**, s.l., 12 (1), p. 7-19, 1990.

SILVA, A. J. da Costa e. **Código penal anotado**. Cia. São Paulo: Nacional, 1943. v. 1.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.

SILVA, José Geraldo da. **Direito penal brasileiro**. São Paulo: De Direito, 1996. v. 1.

SILVA, José Geraldo da. **Direito penal**: arts. 1 a 31 do código penal: história do direito penal, a lei penal, teoria do crime. São Paulo: LED, 1996.

TERMCAT, Centre de Terminologia. **Metodologia del treball terminològic**. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1990.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **Thought and language**. Cambridge, MS: MIT Press, 1977.

WEZEL, Hans. **Culpa e delitos de circulação**. Revista de Direito Penal, n. 3, Rio de Janeiro, 1971.

WÜSTER, Eugen. **Introducción a la teoria general de la terminologia y a la lexicografia terminológica**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998.

ZAFFARONI, Eugênio R. *et al.* **Direito penal brasileiro**. São Paulo: Revan, 2003. v. 1.

ZAFFARONI, Eugenio R.; PIERANGELLI, José H. **Manual de direito penal brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. p. 258-261.